

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ANA JÚLIA QUEIROZ FURQUIM

**AS POSSÍVEIS SIGNIFICAÇÕES DA PALAVRA DISCURSO EM  
PROPOSTAS DE TRABALHOS ACADÊMICOS**

Uberlândia  
2009



ANA JÚLIA QUEIROZ FURQUIM

**AS POSSÍVEIS SIGNIFICAÇÕES DA PALAVRA DISCURSO EM  
PROPOSTAS DE TRABALHOS ACADÊMICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de concentração: Estudos em Lingüística e Lingüística Aplicada.

Linha de pesquisa: Linguagem, Texto e Discurso

Orientador: Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos

Uberlândia  
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

F989p Furquim, Ana Júlia Queiroz, 1978-  
As possíveis significações da palavra discurso em propostas de trabalhos acadêmicos / Ana Júlia Queiroz Furquim. - 2009.  
156 f. : il.

Orientador: João Bosco Cabral dos Santos.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Lingüística.  
Inclui bibliografia.

1. Análise do discurso - Teses. I. Santos, João Bosco Cabral dos.  
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Lingüística. III. Título.

CDU: 801

**ANA JÚLIA QUEIROZ FURQUIM**

**AS POSSÍVEIS SIGNIFICAÇÕES DA PALAVRA DISCURSO EM PROPOSTAS DE  
TRABALHOS ACADÊMICOS**

Dissertação intitulada “**As possíveis significações da palavra discurso em propostas de trabalhos acadêmicos**”, de autoria da mestrande Ana Júlia Queiroz Furquim, aprovada pela comissão examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. José Guillermo Milan-Ramos - UNINCOR

---

Prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo - UFU

---

Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos (Orientador) - UFU

Profª. Dra. Alice Cunha de Freitas  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Lingüística  
UFU – Universidade Federal de Uberlândia



**Ao LEP – Laboratório de Estudos Polifônicos.**



### **Agradecimento Especial**

Agradeço especialmente ao “meu” orientador Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos pela dedicação e paciência nessa trajetória.

João, “por sua atenção, muito obrigada”.



## AGRADECIMENTOS

Ao Grande Arquiteto do Universo.

Aos meus amados pais, Júlio e Dalva por confiarem e sempre acreditarem em mim e me apoiarem em todos os momentos.

Ao meu Filho, Magno, pela compreensão de minha ausência e por ser a razão de meu viver.

Aos meus irmãos Edilton Sobrinho e Júlio Júnior pelo companheirismo, carinho e apoio.

Ao minha afilhada Emanuele por trazer uma nova luz em nossos caminhos.

A Giselly amiga e irmã de coração pelo carinho, apoio, compreensão e além de tudo por compartilhar de todos os momentos nessa trajetória.

As minhas cunhadas Giselly e Maria Tereza, minhas avós, tios, primos pela torcida organizada.

A Sonia, minha querida amiga, pela presença, pela troca, e principalmente por me mostrar a todo momento que sou capaz de conseguir sempre mais.

Aos meus amigos Ivi, Thyago, Grenissa desde o começo sempre afetuosos e dedicados.

A Roberto, Aline, Ciro, Kelen, Dilma, Judith, Hejane, Luiz Fernando, Jéssica, Marília, Luzana, Janaína, Ana Maria, Ana Cardoso, Ilma, Jeane e minha “cumadi” Juliene, pessoas especiais que sempre dividiram momentos de alegria.

Ao professor Ernesto por me mostrar uma postura acadêmica comprometida e dedicada, pelo seu respeito, não só a mim como a todos os acadêmicos do mestrado.

A todos os professores do ILEEL que direta ou indiretamente estiveram presentes nessa caminhada.

As secretárias do MEL Solene, Eneida e Gláucia por serem sempre prontas a nos atenderem.

A Capes pelo incentivo financeiro.



## RESUMO

Este trabalho tem por principal objetivo verificar, a partir de uma perspectiva discursiva, algumas significações possíveis da palavra discurso em propostas de trabalhos acadêmicos, publicados em anais de um evento científico na área da Lingüística. Especificamente resumos acadêmicos de Lingüística Textual e de Análise do Discurso publicados no SILLEL – Simpósio de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia. Para tanto, iniciamos o trabalho de análise, procurando verificar as possíveis significações do lexema discurso que apontavam para diferentes concepções não coincidentes com as postulações teóricas de inscrição epistemológica dos sujeitos enunciadorees. Partimos da hipótese de que existe uma relação de equivocidade que provoca deslocamentos nas significações da palavra discurso, quando utilizada em diferentes propostas de trabalhos acadêmicos nas áreas da linguagem. Para proceder a análise dos resumos tomamos como base teórica pressupostos da Análise do Discurso de vertente francesa, particularmente os postulados sobre discurso e sujeito de Michel Pêcheux (1975/1983). Como base referencial sobre as questões da enunciação e da significação numa perspectiva dialógico-polifônica da linguagem as propostas de Mikhail Bakhtin (1929/1988). Abarcamos como ferramenta metodológica um percurso metodológico que envolve a noção de *Essência Sêmica* proposta por Santos (2004). O funcionamento da essência sêmica nos possibilitou instaurar uma conjuntura de significações da palavra discurso, e assim perceber efeitos enunciativos neste acontecimento discursivo. Como base complementar, tomamos os pressupostos teóricos da Lingüística Textual, em que procuramos estabelecer um contraste conceitual entre as manifestações de alteridade existentes numa amplitude teórica situada na Lingüística Textual e na Análise do Discurso. Os dados analisados indiciam que existem equivocidades epistemológicas tanto numa amplitude interior ao próprio campo de inscrição, quanto em uma amplitude exterior entre os campos.

**Palavras-chave:** análise do discurso francesa; discurso acadêmico; significação; interpelação; equivocidade.



## *ABSTRACT*

This dissertation aims at verifying possible meaning of the word “discourse” in academic abstracts in the area of Linguistics. It was taken as corpus abstracts from SILLEL – Letters and Linguistics Symposium at Federal University in Uberlândia. Research focus was centered in different theoretical conceptions of the word “discourse” according its use by research’s epistemological inscriptions. The research hypothesis is that there is our equivocality relation which provokes delocations in the several meanings the word “discourse” can be taken in academic abstracts. French Discourse Analysis was considered as theoretical framework, mainly notions of discourse and subject by Michel Pêcheux (1975/1990,1975/1997, 1983/2002). Mikhail Bakhtin’s approach of enunciation, dialogy and polyphony were mentioned as referential support. As methodological tools it was emphasized Santos (2004) notion of Semic Essence which composed a meaning conjuncture to analyse conceptual contrasts on the word discourse. It was also considered as a complementar theoretical basis, notions on theoretical framework of Textual Linguistics. Analysis shower epistemological equivocates, both in on internals or exterior theoretical amplitude.

**Key-words:** French Discourse Analysis; academic discourse; meaning; interpelation; equivocality.



A linguagem não é a vida, ela dá ordens à vida; a vida não fala, ela escuta e aguarda. Em toda palavra de ordem, mesmo de um pai a seu filho, há uma pequena sentença de morte — um Veredito, dizia Kafka. O difícil é precisar o estatuto e a extensão da palavra de ordem. Não se trata de uma origem da linguagem, já que a palavra de ordem é apenas uma função-linguagem, uma função coextensiva à linguagem. Se a linguagem parece sempre supor a linguagem, se não se pode fixar um ponto de partida não-lingüístico, é porque a linguagem não é estabelecida entre algo visto (ou sentido) e algo dito, mas vai sempre de um dizer a um dizer.

Deleuze & Guatarri, (1980/1995, p.4)



## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	21
<b>I A Episteme da Análise do Discurso</b> .....	29
1.1 Análise do Discurso e Michel Pêcheux .....	30
1.2 Da Inquietação de Michel Pêcheux à Proposta da Análise Automática do Discurso .....	31
1.3 As Três Épocas da Análise do Discurso .....	35
1.4 Processos de Dispersão dos Sentidos sob o Discurso Acadêmico .....	56
1.5 Do Enunciado à Significação: a Natureza Dialógico-Polifônica da Linguagem .....	60
<b>II A Episteme da Lingüística Textual</b> .....	65
2.1 A Lingüística Textual e suas épocas .....	66
2.2 Balizando Teoricamente as Fronteiras entre Texto e Discurso .....	70
2.2.1 Lingüística Textual e Texto .....	70
2.2.2 Lingüística Textual e Discurso .....	82
<b>III A Palavra Discurso e as Relações de Equivocidade Epistemológica</b> .....	93
3.1 Algumas Considerações sobre o <i>Corpus</i> da Pesquisa .....	93
3.2 Metodologia de Análise do <i>Corpus</i> .....	94
<b>IV As Significações da Palavra Discurso em Propostas de Trabalhos Acadêmicos</b> .....	107
4.1 As Significações da Palavra “Discurso” em Propostas de Trabalhos Acadêmicos da Lingüística Textual .....	107
4.1.1 Análise do Resumo 1 da Área de Lingüística Textual .....	107
4.1.2 Análise do Resumo 2 da Área de Lingüística Textual .....	115
4.1.3 Análise do Resumo 3 da Área de Lingüística Textual .....	118
4.2 As Significações da Palavra “Discurso” em Propostas de Trabalhos Acadêmicos da Análise do Discurso .....	124
4.2.1 Análise do Resumo 1 de Análise do Discurso .....	130
4.2.2 Análise do Resumo 2 de Análise do Discurso Francesa .....	134
4.2.3 Análise do Resumo 3 de Análise do Discurso Francesa .....	
<b>Considerações Finais</b> .....	139
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	141
<b>Anexos</b> .....	149



## INTRODUÇÃO

A palavra Discurso, no escopo dos estudos lingüísticos, tem experimentado uma trajetória singular com o avanço do estruturalismo e o aparecimento de outras perspectivas teóricas acerca dos estudos da linguagem. Os diversos campos de conhecimento no interior dos estudos lingüísticos suscitaram “a necessidade de recorrer a conceitos e/ou reflexões de outras (áreas) e trazê-los para seu interior visando à resolução de problemas encontrados no interior de seu domínio” (FERNANDES, 2004, p.43). Portanto, cada um desses campos se propõe a responder questões específicas a partir de seus objetos de estudo, o que provoca distintas acepções teóricas numa diversidade de terminologias que nem sempre são coincidentes em termos de inserção epistemológica.

Diante dessa questão, elegemos o termo discurso para uma discussão teórica sobre significação e os efeitos que esse termo provoca quando usado dentro dos estudos lingüísticos.

Assim sendo, esta pesquisa tem como objetivo principal investigar as diferentes acepções da palavra discurso recorrentes em propostas de trabalhos acadêmicos em duas áreas do conhecimento, quais sejam, Análise do Discurso e Lingüística do Texto. Destarte, as manifestações acadêmicas que compõem o *corpus* do trabalho configuram-se em resumos acadêmicos, publicados em anais de eventos acadêmico-científicos.

Para efetuarmos as análises, optamos por recortar resumos acadêmicos apresentados nas três últimas edições do Simpósio de Letras e Lingüística (SILEL). O SILEL é um evento acadêmico-científico promovido pelo Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, cujo objetivo é propiciar divulgações científicas e técnicas, intercâmbio entre pesquisadores bem como o aperfeiçoamento de profissionais ligados à área de estudos da linguagem. A escolha se justifica por esse evento contemplar as diversas áreas da Lingüística. Trata-se de um evento com representatividade nacional e internacional, além do fato de se realizar por meio de Grupos Temáticos, portanto, organizado por áreas. Nosso objetivo de pesquisa se instaura a partir de duas áreas no interior dos estudos lingüísticos recorrentes em apresentações de trabalhos no SILEL.

Suscitamos a hipótese de que os acadêmicos inscritos nas áreas de Lingüística Textual e de Análise do Discurso costumam deslocar as significações do escopo teórico de uma para outra e vice-versa ao utilizar a palavra discurso em seus arcabouços teóricos. Isso significa que os acadêmicos que inscrevem seus trabalhos na área de Lingüística Textual utilizam a

palavra discurso com uma significação de efeito de sentido, ou ainda, acadêmicos da área de Análise do Discurso que utilizam a palavra discurso equivalente a texto.

Desse modo, esses deslocamentos conceituais em que acadêmicos de ambos os campos utilizam significações diferenciadas da palavra discurso se deve ao fato de que os estudos lingüísticos acerca do texto e do discurso possuem uma filiação epistemológica similar. A filiação epistemológica pode ocorrer porque os estudos sobre o texto e sobre o discurso buscam referenciais teóricos coincidentes. Embora haja convergências terminológicas em alguns casos, em outros, configura-se um distanciamento epistemológico. Essas convergências e distanciamentos se esboçam porque as filiações epistemológicas de ambos os campos de conhecimento possuem bases conceituais em referenciais teóricos como a Teoria da Enunciação e a Semântica Argumentativa de base lingüístico-filosófica nos estudos bakhtinianos.

Os deslocamentos que incidem sobre o uso da palavra discurso nos resumos acadêmicos despertaram a motivação deste trabalho pela necessidade de examinar pormenorizadamente a natureza epistemológica do uso desta palavra em enunciações acadêmicas como uma equivocidade teórica por apagamento.

Diante desses argumentos, suscitamos a hipótese de que existe uma relação de equivocidade que provoca deslocamentos nas significações da palavra discurso, quando utilizada em diferentes propostas de trabalhos acadêmicos nas áreas da linguagem, mais especificamente nos campos da Lingüística textual e da Análise do Discurso.

Para investigar os deslocamentos nas significações da palavra discurso, trabalhamos, portanto, a partir dos seguintes questionamentos:

- Quais as movências de sentido da palavra discurso presentes nos cadernos de resumos do SILEL?
- Quais as manifestações de alteridade existentes na relação entre uma amplitude teórica lingüístico-textual e uma amplitude teórica lingüístico-discursiva nos cadernos de resumos supracitados?
- Quais os elementos distintivos de significação na palavra discurso quando utilizada em diferentes campos do conhecimento lingüístico?

Em vista das questões que propomos investigar, definimos os seguintes objetivos:

- Investigar as diferentes significações da palavra discurso recorrentes nos resumos de apresentações individuais, coordenadas e grupos temáticos constituintes de três

edições do SILEL – Simpósio de Letras e Linguística – da Universidade Federal de Uberlândia;

- Identificar as movências de sentido da palavra discurso nos resumos investigados;
- Verificar a natureza da significação enunciativa de uso da palavra discurso nos resumos do SILEL;
- Observar os encaminhamentos enunciativos de significação e as respectivas inscrições epistemológicas da palavra discurso nos resumos tomados como *corpus*;
- Contrastar as manifestações de alteridade existentes nas relações epistemológicas subjacentes à noção de discurso na materialidade do *corpus* supracitado.

Em termos acadêmicos, acreditamos que este trabalho, realizado pelo viés da Análise do Discurso de Linha Francesa, poderá propiciar o encaminhamento de um olhar outro em relação à equivocidade que esses deslocamentos de significações da palavra discurso provocam quando utilizadas, em diferentes propostas de trabalhos acadêmicos, na área dos estudos da linguagem, mais especificamente nos campos da Linguística Textual e da Análise do Discurso.

Escolhemos fazer a pesquisa na perspectiva da Análise do Discurso, uma vez que os estudos sobre o discurso permitem, a partir de uma perspectiva de interface<sup>1</sup>, construir fronteiras teóricas para uma percepção da pluralidade de significações instauradas na materialidade linguística. Portanto, é no campo Análise do Discurso Francesa que será construído o arcabouço teórico da pesquisa.

Para fundamentar a possibilidade de existência dos deslocamentos epistemológicos nas áreas do conhecimento de Linguística Textual e de Análise do Discurso, faz-se necessário explicitar o valor científico que é dado a episteme de cada uma dessas áreas do conhecimento. Para tanto, refletir sobre a noção de ciência que circunda as teorias linguísticas torna-se relevante, uma vez que o tratamento científico no interior das epistemes influencia a formalização de conceitos de acordo com o objeto de estudo.

Nesse sentido, assumimos nesta dissertação uma posição que trata a ciência enquanto representação, assim como proposta por Omnés (1996, p.257) quando afirma que “a ciência representa o mundo como encerrado numa estreita malha de regras. Essas regras ou essas leis têm uma imensa importância, mas é difícil alcançar sua natureza profunda; constatamo-las apenas, para em seguida reconhecermos sua ação permanente, onipresente”.

---

<sup>1</sup> Abordada aqui, segundo Santos (2007,p.188), como “fronteiras que envolvem uma organização relacional entre elementos de uma rede conceitual com o intuito de estabelecer um *continuum* teórico que sirva de postulados fundadores na interpelação acadêmica.”

Por entendermos a ciência como representação e, considerando a Lingüística como uma ciência de investigação sobre a linguagem, abordaremos, pois, a linguagem como uma materialidade dessa representação. Nesse sentido, o papel da linguagem, na ciência lingüística, passa a ser o ponto de contato com um dado “real”, instaurado a partir dessa representação.

Dessa forma, a representação científica passa a ser uma formalização filosófica de um dado campo de conhecimento. Essa formalização filosófica funciona como um dispositivo de coerência lógica, por meio do qual, regras implícitas geraram princípios que culminaram em leis teóricas na formalização de um dado conhecimento. Sendo assim, dado o objeto que propomos a investigar, o discurso acadêmico, este passa a ser compreendido como uma representação, um “real” da linguagem, visto a partir do campo de conhecimento da Análise do Discurso francesa e a partir do campo de conhecimento da Lingüística Textual.

Cabe salientar que as ciências podem evoluir no decorrer do tempo. Ou seja, são representações que atendem as especificidades e descobertas de um dado objeto, configura-se, pois, em um processo de continuidade teórico-metodológico.

Nesse sentido, podemos atribuir um caráter heterogêneo e ao mesmo tempo singular a uma dada corrente epistemológica. Desse modo, uma episteme, ao mesmo tempo em que é singular em um dado momento, ela também pode ser considerada heterogênea. Podemos dizer isso, no sentido de que, uma episteme sempre mantém uma relação de continuação e/ou refutação com os processos desenvolvidos no decorrer do tempo.

Transpondo essa questão heterogênea e singular para nossa pesquisa, temos epistemes instituídas em um mesmo campo de conhecimento. Destarte, temos a Lingüística Textual e a Análise do Discurso inscritas em um mesmo campo de conhecimento, tal seja, a Lingüística.

Não queremos ser aqui reducionistas, a ponto de considerar a Lingüística Textual e a Análise do Discurso em um mesmo lugar teórico-epistemológico. Queremos expor que são correntes teóricas que examinam questões sobre a linguagem, enfocando-a sob a égide teórica de aspectos distintos. Os pesquisadores da Lingüística Textual abordam elementos lingüísticos para examinar, pormenorizadamente, questões sobre o texto. No caso da Análise do Discurso francesa, os pesquisadores partem da materialidade lingüística para evidenciar efeitos de sentidos. Portanto, as correntes teóricas da Lingüística Textual e da Análise do Discurso, a partir de seus objetos de estudos, vincularam-se sob algum aspecto, aos dispositivos epistemológicos que fundaram a Lingüística.

Nessa perspectiva é que dizemos que esses campos são heterogêneos e singulares. O modo de formalização dessas correntes epistemológicas confere-lhes uma potência de

heterogênese, quer dizer, o desenvolvimento de processos teórico-metodológicos de diferenciação, necessários aos seus objetos de estudo.

A partir dessa heterogênese, é possível diferenciar o plano de consistência do conceito teórico e de seu valor diante da episteme enquanto referência de cientificidade. Da mesma maneira, acontece quanto ao objeto de estudo, conceitos de um determinado campo transformam-se e deslocam-se.

Para observar os deslocamentos e as transformações que os conceitos sofrem, refletiremos, nos capítulos 1 e 2, sobre os aspectos teórico-metodológicos que contribuíram no desenvolvimento das áreas da Lingüística Textual e da Análise do Discurso francesa.

No primeiro Capítulo, encontram-se os pressupostos teóricos que fundamentam a natureza epistemológica desta pesquisa. Como explicitamos anteriormente, tomamos por base teórica os fundamentos epistemológicos da Análise do Discurso Francesa. Dessa maneira, tencionamos desenvolver uma discussão reflexiva da episteme da Análise de Discurso Francesa no sentido de construir um suporte que respalde uma identificação de lugares de inscrição epistemológica dos sujeitos enunciadore, inscritos, teoricamente no campo de Análise do Discurso. Tal explicitação, também servirá de suporte para identificar, dentre os resumos tomados para estudo, quais os que de fato se inscrevem teoricamente no campo da Análise do Discurso. Nesse sentido, traçaremos algumas considerações sobre o funcionamento sentidural do discurso acadêmico, além de explicitar, também, como o processo de dispersão dos sentidos revelam a representação que os sujeitos enunciadore fazem das perspectivas teóricas que estão inscritos.

Ainda neste capítulo, proporemos uma discussão sobre o aspecto dialógico- polifônico da linguagem com o intuito de verificar a natureza das significações da palavra discurso nos resumos acadêmicos. Para isso, enquanto base referencial, recorreremos aos pressupostos teóricos desenvolvidos pelo filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin, no que se refere aos aspectos teóricos de enunciação e significação.

No segundo Capítulo, abordaremos os pressupostos teóricos da Lingüística Textual que funcionam, nesta pesquisa, enquanto base teórica complementar. Tal complementação estabelecerá um contraste conceitual nas manifestações de alteridade existentes entre a amplitude teórica da Análise do Discurso e da própria Lingüística Textual, situadas em diferentes lugares.

Desse modo, o objetivo central deste capítulo é explicitar, sob perspectiva teórica da Lingüística Textual, a noção de texto e discurso a partir da episteme dessa área. Problematizaremos, a partir dos limites desse campo, questões sobre o sentido para, no

momento de análise dos resumos acadêmicos que compõem o *corpus*, estabelecer uma comparação acerca da forma como os conceitos são abordados pelos sujeitos pesquisadores inscritos no campo da Lingüística Textual. Apresentaremos, ainda, um quadro ilustrativo com termos coincidentes entre a Lingüística Textual e a Análise do Discurso, com a intenção de facilitar a compreensão das relações terminológicas dessas epistemes em estudo.

No terceiro Capítulo, intitulado *As Possíveis Significações da Palavra Discurso e as Relações de Equivocidade Epistemológica*, ponderaremos sobre a metodologia de análise do *corpus*. Este trabalho configura-se em uma pesquisa de ordem qualitativa-interpretativista, com base teórica e ferramentas inscritas no campo teórico da Análise do Discurso Francesa. Nessa perspectiva, abarcaremos como ferramenta um percurso metodológico que envolve a noção de *Essência Sêmica* proposta por Santos (2004). A Essência Sêmica diz respeito “aos aspectos constituintes, específicos e gerenciadores da produção de sentidos” (SANTOS, 2000b, p.37). O funcionamento da essência sêmica possibilita instaurar uma conjuntura de significações da palavra discurso e a conseqüente produção de seus efeitos enunciativos.

No quarto Capítulo, procederemos à análise do *corpus*, verificando as significações possíveis da palavra discurso nos resumos e, a partir dessas significações, delinearemos a natureza dos equívocos epistemológicos que configuram nos resumos. Preocupar-nos-emos, portanto, com a análise das significações e das relações dessas significações com o campo de inscrição dos sujeitos acadêmicos na Lingüística Textual e/ou na Análise do Discurso.

Por fim, apresentaremos as considerações finais, com a pretensão de responder às questões colocadas, tomando, portanto, uma posição acerca de nossa hipótese de pesquisa.

Iniciamos, imediatamente, a trajetória de escrita da dissertação sobre as possíveis significações da palavra discurso em resumos acadêmicos, considerando, por um lado, os fundamentos das áreas em estudo – a Lingüística Textual e a Análise do Discurso – e, por outro, a reflexão sobre a nossa própria prática discursiva acadêmica enquanto pesquisadores.

A posição de trabalho que aqui evoco em referência à análise de discurso não supõe de forma alguma a possibilidade de algum cálculo dos deslocamentos de filiação e das condições de felicidade ou de infelicidade eventuais. Ela supõe somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados. Face às interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se aí, para mim, de uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade.

Pêcheux (1983/2002, p.57)



## I A EPISTEME DA ANÁLISE DO DISCURSO

Neste primeiro capítulo, refletiremos sobre a construção da episteme da chamada Análise do Discurso francesa, para mostrar as transformações e deslocamentos que configuram o discurso como objeto dessa corrente. É relevante salientar que nosso trabalho se inscreve na perspectiva teórica da Análise do Discurso, dessa forma, apresentamos, aqui, uma resenha aprofundada sobre os pressupostos teóricos desta teoria. Para tanto, baseamos nos princípios epistemológicos de Pêcheux, mais especificamente no texto publicado em 1975<sup>2</sup> e no livro *Semântica e Discurso*.

O objetivo principal deste capítulo é abordar alguns tópicos que visam a uma fundamentação teórico-reflexiva da presente pesquisa. As reflexões acerca da fundamentação teórica fazem-se necessária, uma vez que a discussão epistemológica da Análise do Discurso de vertente francesa (ADF) fomenta a pertinência dos estudos discursivos em um lugar acadêmico-científico, como, também, a relevância de uma prática social vinculada à linguagem e aos discursos.

Assim, nosso propósito, nesse capítulo, é discutir a relação epistemológica da ADF com os lugares de inscrição epistemológica dos sujeitos enunciadore de resumos acadêmicos, objetivando circunscrever o imaginário ideológico desses sujeitos no espaço acadêmico-científico. Especificamente, objetivamos problematizar os efeitos de sentido decorrentes do discurso acadêmico e o processo de dispersão dos sentidos que revelam a representação que os sujeitos enunciadore fazem das perspectivas teóricas que estão inscritos.

Outro tópico que respaldará esse capítulo será a questão do enunciado analisado em uma conjuntura sentidural do discurso acadêmico, isto é, os efeitos enunciativos que perpassam o discurso acadêmico.

Propomos também, uma discussão sobre a questão dialógico-polifônica desenvolvida por Mikhail Bakhtin. O estudioso postula que a palavra é a revelação de um espaço, no qual os valores de uma dada sociedade explicitam-se e confrontam-se, ou seja, de acordo com o contexto em que a palavra surge, ela transforma-se e, assim, possibilita diferentes significados, revelando os sujeitos e a ideologia. Essa postulação torna-se imprescindível ao nosso trabalho, uma vez que nos revelará as vozes que dialogam no momento de enunciação dos resumos acadêmicos.

---

<sup>2</sup> *A propósito da Análise Automática dos Discursos: Atualizações e Perspectivas* (1975/1990).

## 1.1 ANÁLISE DO DISCURSO E MICHEL PÊCHEUX

Faz-se necessário abriremos, nesse momento, um espaço para falarmos sobre o sujeito-empírico Michel Pêcheux e o lugar em que enuncia, para, então, podermos compreender as formulações, articulações e desenvolvimento da teoria do discurso proposta por esse autor.

Michel Pêcheux nasceu em 1938, na França, formou-se na Escola Normal Superior Francesa. Em 1963, nessa mesma instituição de ensino, adquire autorização para ministrar aulas de filosofia, tornando assim, filósofo. Segundo escreve Henry (1990)

Pêcheux é um filósofo de formação, mas um filósofo fascinado pelas máquinas, pelas ferramentas, pelos instrumentos e pelas técnicas (...). Ele não é um filósofo qualquer, mas sim um filósofo convencido de que a prática tradicional da filosofia, em particular no que tange às ciências, está desprovida de sentido ou é, no mínimo um fracasso. (HENRY, 1990. p.18)

A Escola Normal Superior na França, nessa época, não se destacava apenas por seu prestígio, mas também por ser um lugar em que a veemência teórica culminava por pensamentos interdisciplinares emergentes. É nesse espaço de ardor teórico que Pêcheux tem um primeiro contato com as idéias políticas de Althusser, com as questões da história das ciências e da epistemologia orientado por Canglilhem. Sob essas influências, Pêcheux começa a refletir questões sobre a história, a epistemologia e a filosofia do conhecimento empírico, na busca pela transformação das práticas humanas e sociais.

No final de 1966, Pêcheux começa a trabalhar no CNRS (Centro Nacional de Pesquisa Científica), mas precisamente no Laboratório de Psicologia Social. Lá, conhece Michel Plon (que possui formação em Psicologia) e Paul Henry (matemático e lingüista), juntos fazem leituras, discussões e trabalhos que, de acordo com Maldidier (2003, p.17) essa “‘Comuna dos três amigos’ está na retaguarda do grande Projeto de Michel Pêcheux”.

Dentre as influências que circundam as propostas de Pêcheux, precisamos destacar um pólo de referência que, segundo escreve Maldidier (2003), seriam as construções propostas por Louis Althusser:

Althusser é para Michel Pêcheux, aquele que faz brotar a fagulha teórica, o que faz nascer os projetos de longo curso. A toda uma geração, aliás, ele oferecia a possibilidade de “pensar o marxismo fora de uma vulgata mecanicista” Ele tinha, notadamente em 1964, em seu artigo “Freud e Lacan” designado aos marxistas inquietos com a psicanálise, esta “ideologia reacionária”, o horizonte de aproximação teórica. Sua leitura “sintomática” do Capital tinha a ver com os métodos de interpretação freudiana dos sonhos. (MALDIDIÉRIER, 2003. p. 18, grifos da autora)

As construções propostas por Louis Althusser perpassam o percurso traçado por Pêcheux. Assim, as idéias althusserianas não devem ser apreendidas em um sentido de apropriação, mas com sentido de revisitação, (re)elaboração, (re)interpretação que funcionem como um processo de sustentação para o projeto da ADF.

Poderíamos ser contraditórios em nossa inscrição na Análise do Discurso, se desconsiderássemos a inscrição ideológica marxista de Pêcheux. Ou seja, o lugar social ocupado por Pêcheux, na proposição de uma teoria do discurso, é um lugar marcado por suas preocupações com questões sobre luta de classes, com as relações de poder e com a ideologia. A história, para esse filósofo, era apreendida como um percurso de lutas na procura por mudanças. Seria o mesmo que negar as condições de produção de formulação da Análise do Discurso, elaborada e (re)elaborada incessantemente pela inquietude de Pêcheux.

Nesse sentido, passaremos a explicitar, no item subsequente, o incômodo da questão científica para Pêcheux e as influências que forneceram subsídios teóricos para a proposição do objeto de estudo, as significações da palavra discurso, e, assim, a proposta da Análise Automática do Discurso.

## **1.2 DA INQUIETAÇÃO DE MICHEL PÊCHEUX À PROPOSTA DA ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO**

Segundo Henry (1990, p. 14) “Pêcheux sempre teve por ambição abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e em particular, da psicologia social”. Isso posto, nota-se que, naquele momento, para Pêcheux, as ciências sociais não eram consideradas científicas por não apresentarem um instrumento científico próprio ao campo. Essas críticas, que incidem sobre o que o filósofo considerava estado pré-científico das ciências sociais, são discutidas por Pêcheux em dois textos sob o pseudônimo de Thomas Herbert<sup>3</sup>: *Réflexions sur La situation théorique des sciences sociales, spécialement de La psychologie sociale* (Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais, especialmente da psicologia social), publicado em 1966 e *Remarques por une theorie générale des idéologies*, (Observações por uma teoria geral da ideologia) publicado em 1968.

---

<sup>3</sup> Conforme escreve Henry (1990, p.14) “(...) poderia levar a pensar que Pêcheux utilizou-se de um codinome e que nestas publicações acadêmicas, escondeu seu ponto de vista por puro oportunismo: evitar uma apresentação explícita e direta de suas orientações teóricas efetivas que, não estando na linha acadêmica da psicologia francesa, poderiam causar inconvenientes a sua carreira. Ao contrário, longe de ser oportunista, a atitude de Pêcheux representava a tradução de uma estratégia cuidadosamente deliberada”.

No primeiro texto, Herbert/Pêcheux critica a falta de cientificidade e desenvolve análises sobre o que pode ser considerado um instrumento científico<sup>4</sup>. Para Pêcheux, toda ciência requer instrumentos e esses instrumentos, por sua vez, podem ter consistido em simples técnicas antes de serem empregados nas práticas científicas.

No segundo texto, Herbert/Pêcheux faz um compêndio dos resultados do primeiro texto e delibera duas proposições:

1) faz referência sobre as condições em que uma ciência estabelece seu objeto. Assim sendo, toda ciência, antes de tudo, é uma ciência da ideologia, com a qual rompe, no sentido de que um objeto de uma determinada ciência não pode ser considerado um objeto empírico, precisa ser um objeto construído, que exige um trabalho de preparação teórico-conceitual que explore seu discurso (linguagem) a partir de seu interior, testando sua consistência e razão de ser;

2) refere-se aos processos de “reprodução metódica” desse objeto em que as ferramentas e os instrumentos possuem uma função determinante dada à transformação e produção do objeto já instituído. Ou seja, os instrumentos só existem em relação a uma teoria, que deverão ser *reinventados*; quando tomados por empréstimo de uma teoria já fundamentada, deverão ser *apropriados* à teoria proposta.

Desse modo, retomamos os dizeres de Henry (1990).

(...) esse instrumento não podia ser somente um instrumento a mais, acrescido a todo o conjunto existente dos instrumentos utilizados pelas ciências sociais, completando este conjunto para efetuar as tarefas que os outros instrumentos não preenchiam. Pêcheux visava a uma transformação da prática nas ciências sociais, uma transformação que poderia fazer desta prática uma prática verdadeiramente científica. (HENRY, 1990, p.18)

Nesse sentido, podemos depreender a ruptura ideológica que Pêcheux propõe no campo das ciências sociais. Para esse autor, as práticas nas ciências estavam sendo desenvolvidas sempre em contato com as práticas políticas, em que o instrumento era o discurso (enquanto linguagem). Portanto, não tinha um objeto construído no interior do próprio campo das ciências sociais, nem um dispositivo adequado à teoria das ciências sociais, assim sendo, não poderiam ser consideradas práticas científicas.

---

<sup>4</sup> É a partir das bases de análises de instrumento científico que Pêcheux constrói a o sistema de análise automática. (HENRY, 1990, p.18).

Para tanto, precisava então propor um objeto e um instrumento que proporcionasse uma legitimidade científica. Dessa forma, Pêcheux elege como objeto o discurso e a “análise do discurso como o lugar preciso onde é possível intervir teoricamente (a teoria do discurso), e praticamente construir um dispositivo instrumental (a análise automática do discurso)” (HENRY, 1990, p.25).

A proposta da Análise Automática do Discurso (AAD) é considerada um momento fundador da disciplina Análise do Discurso de vertente francesa. O projeto da AAD se apóia no materialismo histórico desenvolvido por Althusser a partir de uma releitura de Marx; na psicanálise lacaniana, tal como Lacan retoma Freud; e, no estruturalismo sob o aspecto não reducionista de abordar as questões sobre a linguagem.

O estruturalismo era uma corrente epistemológica que no final da década de sessenta estava em plena culminância. Tal episteme possibilitou à Lingüística ser uma ciência-piloto, por tentar delimitar seus aparatos metodológicos por meio de elementos lingüísticos, bem como “transferiu todo um conjunto de conceitos lingüísticos para quase todos os domínios das ciências humanas e sociais” (Henry, 1990. p.24).

No campo da linguagem, a principal característica do estruturalismo é estudar a língua por meio de regularidades, e, assim, tentar apreendê-la em sua totalidade. Portanto, os estudos estruturalistas não consideram os elementos externos à língua, uma vez que seriam os elementos gerenciadores de irregularidades. Tais elementos afetariam o sistema, por isso não fazem parte da estrutura da língua. Desse modo, a língua, sob a perspectiva estruturalista, funciona por sua estrutura interna em um sistema fechado sobre si mesmo.

Lacan, ao tomar emprestado da lingüística esse aspecto de sistema estrutural, ocupa-se de estudos sobre a psicanálise e centraliza seus estudos sobre a linguagem e os sujeitos. Lacan estabelece, dessa forma, uma releitura dos escritos de Freud, autor este que revolucionou uma geração de estudos psicanalíticos pela descoberta do inconsciente. Os estudos de Freud propiciaram uma alteração na concepção de sujeito, em que este deixa de ser homogêneo para uma proposição de sujeito crivado, dividido entre o inconsciente e consciente.

Desse modo, para responder às questões sobre a língua a partir dessa proposição de sujeito, Lacan recorre ao estruturalismo lingüístico e (re)interpreta as questões de condensação e deslocamento freudiano em relação a metáfora e a metonímia. Logo, assume uma noção de linguagem como inconsciente estruturado, como uma cadeia de significantes. Essa cadeia de significantes funciona no/pelo discurso (linguagem), sob o qual repete e interfere constantemente, no sentido de que sempre existem discursos sob os discursos, ou seja, discursos outros. Assim o discurso (linguagem) é sempre atravessado por um discurso

Outro, esse Outro é de natureza do inconsciente. Portanto, o sujeito se constitui em sujeito por se estabelecer na ordem da linguagem, isto é, por se configurar como representação que acontece sempre por sujeito constituir-se pela/na relação com o discurso do Outro.

É a proposta do sujeito lacaniano que interessa a Pêcheux. Esse fato se justifica por ser um sujeito identificado em função de sua estruturação e pela relação constante que este mantém com o inconsciente, portanto com a linguagem.

Há, no entanto, outra proposta que Pêcheux se referenda para desenvolver sua proposição, a proposta de Althusser. Louis Althusser procurava romper com as idéias dogmatizadas de Marx. Para tanto, propôs um método por ele mesmo definido como sendo uma “leitura de sintomas”<sup>5</sup>. A leitura que Althusser faz das idéias marxistas segundo Henry (1990, p.31): é “uma leitura centralizada sobre as descontinuidades, os saltos, os pontos de embaraço, as reformulações que aparecem nos textos de Marx. Este método implica que os textos de Marx sejam confrontados entre si antes de serem referidos a qualquer outra coisa exterior a eles mesmos”.

O objetivo de Althusser centrava-se na idéia de expandir o marxismo “para novas elaborações teóricas sem perder o que Marx havia produzido” (HENRY, 1990, p.31). Essas questões muito interessavam a Pêcheux, uma vez que ele procurava articular o marxismo e a linguagem. Então, Pêcheux procurava elaborar uma teoria do discurso que sistematizaria o método Althusseriano.

As formulações de Althusser incidem sobre o paralelo entre “a evidência da transparência da linguagem e o efeito ideológico elementar” (ALTHUSSER, 1987, p.88). O autor evidencia a condição de sujeito posta pela interpelação ideológica. Nesse sentido, não existe sujeito senão interpelado pela ideologia, por isso se trata de um efeito elementar. Nota-se que Pêcheux baseia-se nesta perspectiva, de sujeito ideológico, pois se tratava de um instrumento filosófico sobre o qual poderia construir relações entre a linguagem e ideologia marxista. Segundo Henry (1990, p.34): “Althusser estabeleceu o paralelo sem definir uma ligação. E foi para expressar essa ligação que Pêcheux introduziu aquilo que ele chama discurso, tentando desenvolver uma teoria do discurso e um dispositivo operacional de análise do discurso”.

Assim, as influências althusserianas permitem a Pêcheux introduzir uma concepção de sujeito enquanto efeito ideológico. Nesse sentido, Pêcheux propõe um deslocamento da concepção de linguagem, dominante nas ciências humanas e sociais, enquanto instrumento de

---

<sup>5</sup> Althusser é citado em Henry (1990, p.31).

comunicação. Para o autor, a linguagem enquanto instrumento comunicacional funcionava como uma ideologia que dissimula a ligação das ciências com a prática política. Dessa forma, rompe com essa noção de linguagem e elabora uma concepção original de discurso.

Enfim, é nesse ínterim teórico epistemológico que nasce a proposta de uma análise automática do discurso proposta por Michel Pêcheux. Feita a exposição das condições teóricas e metodológicas que implicaram o projeto pecheutiano, relataremos o modo como Pêcheux articulou as propostas de Althusser, Lacan e do estruturalismo que lhe interessavam, bem como suas críticas que contribuíram na construção da teoria do discurso.

### 1.3 AS TRÊS ÉPOCAS DA ANÁLISE DO DISCURSO

O percurso traçado por Pêcheux é marcado por críticas, formulações, reformulações, construções de conceitos, reconstruções, reinterpretações que incidem sobre o desenvolvimento da proposta da Análise do Discurso de vertente francesa. Essas marcas podem ser vistas desde o primeiro momento da proposta da ADF. Diante disso, Pêcheux reconhece três momentos da Análise do Discurso:

- A primeira época é centrada na “exploração metodológica da noção de maquinaria discursivo-estrutural” (PÊCHEUX, 1990, p.311);
- A segunda época volta-se para o estudo do “entrelaçamento desigual” dos processos discursivos (*op. cit*, p.312); e
- A terceira época interessa “fazer emergir novos procedimentos de análise a partir da consideração da heterogeneidade/equivocidade do sujeito e do sentido”. (TEIXEIRA, 2005, p.16).

Na primeira época da Análise do Discurso (AD1), Pêcheux propõe reflexões fundamentais sobre texto, leitura e sentido. As reflexões, propostas pelo filósofo, partem de críticas sobre o modo como as denominadas por ele “análise de conteúdo e, às vezes também análise de texto” (PÊCHEUX, 1990, p.63) forneciam respostas sobre o sentido do texto. Para Pêcheux, as correntes que trabalhavam com perspectivas de análises textuais pelo conteúdo não poderiam ser científicas, uma vez que a lingüística se consagrou científica pelo deslocamento proposto por Saussure. Saussure aborda a língua enquanto um sistema, portanto, segundo Pêcheux (1990, p.62), “a partir do momento em que a língua deve ser

pensada como o sistema, deixa de ser compreendida como tendo função de exprimir sentido; ela torna-se um objeto pelo qual uma ciência pode descrever o funcionamento”.

Nesse sentido, Pêcheux assevera que o texto não poderia ser objeto de uma prática científica por não possuir elementos definidos de funcionamento. Para o autor, o que funciona é a língua, considerada “um conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições reguladas por elementos definidos, cujos mecanismos colocados em causa são de dimensão inferior ao texto” (PÊCHEUX, 1990, p.62).

Para Pêcheux (1990, p.73), a corrente gerativista<sup>6</sup> teria alcançado o objetivo, que era o de construir uma teoria lingüística da frase dentro do sistema da língua, portanto apresentava instrumentos que o filósofo considerava científico. Entretanto, ele questiona a idéia dos gerativistas sobre o modo de referenciação das frases que, no escopo dessa teoria, era o que gerenciava o sentido dos enunciados. A idéia de referência da frase, para os gerativistas, se dá pela “normalidade do enunciado”, em que o funcionamento da gramática proposta pelos gerativistas “supõem um tipo de locutor que chamaremos de neutralizado” (*op.cit.*, p.73) por estarem ligados a enunciados canônicos, uma vez que as classes gramaticais são fixadas por uma dada norma dita universal da língua.

Essa acepção de referência, para Pêcheux, era um exemplo de dificuldade e fragilidade epistemológica da corrente gerativista. Estabelecer que determinada frase fosse normal ou anômala, somente pela referência posta por normas universais, levando em conta os locutores, a homogeneidade de sentido não seria possível.

Nesse sentido, Pêcheux postula que a referência só pode ser concebida sempre em relação a um contexto específico. Portanto, determinada frase só pode exprimir sentido no interior de um determinado contexto, e não como regra universal, fixada, mas dependente de outros elementos.

Dessa maneira, Pêcheux questiona as correntes lingüísticas, assinalando pontos de fragilidade teórico-metodológicos, bem como elementos exteriores a língua. Ou seja, elementos que não são abordados pelos lingüistas naquele momento. Assim sendo, para expor as questões com as quais pretende trabalhar, o autor propõe uma “mudança de terreno” para abordar a linguagem e analisar o sentido:

---

<sup>6</sup> Corrente da Lingüística já consolidada como científica e em ascensão na época. Para os gerativistas, os enunciados que produzimos têm uma certa estrutura gramatical em conformidade com regras de boa formação (gramaticalidade) que ele construiu em sua mente, pela aplicação da capacidade inata para a aquisição da linguagem aos dados lingüísticos que ele ouviu à sua volta na infância. cf. (LYONS, 1987)

(...) mas que talvez a conceptualização dos fenômenos que pertencem ao “alto da escala” necessite de um deslocamento da perspectiva teórica, uma “mudança de terreno” que faça intervir conceitos exteriores à região da lingüística atual. (grifos do autor) (PÊCHEUX, 1990, p.73).

Desse modo, a “mudança de terreno” começa a ser exposta a partir de um “exame crítico” do conceito saussureano de instituição da língua. Assim sendo, o filósofo discute, cuidadosamente, o posicionamento de Saussure sobre a distinção da instituição da língua em relação a outras instituições sociais. Para Saussure, tais instituições eram compreendidas como meios adaptados aos fins, ao contrário da língua, para a qual não havia um meio já dado por natureza. Sob esse aspecto, Pêcheux pontua que “Saussure nos parece aqui afetado pela ilusão do não-sociológico, que consiste em considerar as instituições em geral como funções com finalidade explícita” (PÊCHEUX, 1990, p.76). Portanto, é com base nessa evidência de exclusão do fator social de Saussure, que Pêcheux começa a explicar o modo como se dá os processos discursivos.

Assim, referindo-se a tese saussureana, Pêcheux defende a idéia de que mesmo a língua tendo seu caráter arbitrário, ela está exposta a determinações, sendo estas colocadas em jogo pelo fator social, até então, excluído pelas propostas pós-saussureanas (principalmente o Gerativismo e as Gramáticas Textuais).

Pêcheux, então, propõe um deslocamento conceitual dessas propostas para enunciar seu propósito de que

*(...) os fenômenos lingüísticos de dimensão superior a frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente lingüístico, no sentido atual do termo e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto do discurso, mecanismo que chamamos de “condições de produção” do discurso. (PÊCHEUX, 1990, p.78) (grifos do autor)*

Nesse sentido, o estudo dos processos discursivos configura-se na proposta pêcheutiana a partir de duas ordens de pesquisa:

- o estudo das variações específicas (semânticas, retóricas e pragmáticas) ligadas aos processos de produção particulares considerados sobre o “fundo

invariante” da língua (essencialmente: a sintaxe como fonte de coerções universais). (PÊCHEUX, 1990, p.74-75)

- o estudo da ligação entre as “circunstâncias” de um discurso – suas *condições de produção* – e seu processo de produção. (*op.cit.*, p.75).

Em vista dessa proposta, a noção de condições de produção é determinante para a compreensão do objeto que vai se configurando nesse momento da Análise do Discurso. A partir da noção de condições de produção é que Pêcheux começa a explicar o que está fora da linguagem, o que lhe é exterior, para que o discurso seja compreendido como um “tecido histórico-social que o constitui” (*op.cit.*, p.75).

Então, para designar os elementos constitutivos das condições de produção do discurso, Pêcheux rompe com a proposta do esquema “informacional” (emissor-mensagem-receptor) proposto por Roman Jakobson e, assim, esclarece que o discurso “não se trata de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo geral, de um “efeito de sentidos’ entre A e B”(PÊCHEUX, 1990, p.82).

Segundo Pêcheux, os elementos A e B são os sujeitos e esses não se referem à presença física de organismos humanos, designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, sempre em relação ao referente, tomado como um objeto imaginário. Esse objeto não tem uma existência material, trata-se, pois, do ponto de vista de um sujeito – tal como designado anteriormente.

Os lugares são designados por meio dos sujeitos quando ocupam determinado lugar na estrutura social. Nos processos discursivos, os lugares são representados por uma série de formações imaginárias, compreendendo que o sujeito não tem acesso às reais condições de produção do discurso. As formações imaginárias constituem-se do lugar que A e B atribuem a si e ao outro, ou seja, “a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1990, p.82). Portanto, as formações imaginárias são constitutivas no funcionamento do processo discursivo. Reproduzimos abaixo o modo como as formações imaginárias foram apresentadas por Pêcheux (1990, p. 83-84):

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
IA(A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
IA(B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
IB(B)	Imagem do lugar B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
IB(A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”
IA(R)	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
IB(R)	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

Desse modo, observa-se que todo processo discursivo supõe que aquele que emite algo tenha uma percepção antecipada das representações possíveis diante do receptor, e, segundo Pêcheux (1990, p. 84), sobre essa representação “a qual se funda a estratégia do discurso”. Essas representações são de natureza do imaginário do sujeito que implicam em “tomadas de posição implícitas” e asseveram a possibilidade do processo discursivo em questão. Desse modo, Pêcheux denominou de condição pré-discursiva do discurso em que a “percepção é sempre atravessada pelo “já ouvido” e o “já-dito”, por meio dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas”.

Assim sendo, os lugares designam as imagens que os interlocutores fazem de si, do outro e do referente e implicam *relações de forças* entre os interlocutores e *relações de sentidos* entre os discursos (enquanto se enuncia). Isso porque o sujeito, ao enunciar-se, faz-se porta-voz do grupo ao qual se encontra *filiado ideologicamente*. É relevante explicitar que o processo de filiação a uma dada formação ideológica não equivale a um processo consciente, sobre o qual o sujeito tem controle: trata-se, pois, de um processo que se constitui a partir da sua interpelação em sujeito, tal como apresentado no projeto althusseriano.

Feitas as postulações teóricas sobre o novo objeto de estudo, Pêcheux propõe um dispositivo de análise para o processo discursivo que se configura a partir de procedimentos de análises por etapas, a saber:

1. seleção de um *corpus* fechado de seqüências discursivas;
2. em um segundo momento, analisa-se lingüisticamente cada seqüência discursiva, dada as construções sintáticas, em que se observa as relações entre os enunciados e também o léxico, enquanto vocabulários possíveis;
3. depois, faz-se uma análise discursiva, que consiste em construções de conjuntos de identidades por meio dos processos de sinonímias e paráfrases, portanto, procedimentos lingüísticos de regulação;
4. e, por fim, verifica-se se as relações de paráfrase e sinonímia são conseqüência de uma mesma estrutura geradora do processo discursivo do *corpus* (PÊCHEUX, 1990, p. 313).

Por meio desses procedimentos, a interpretação na AD1 consistia apenas em transcrever os resultados da análise no espaço discursivo inicialmente proposto, que resultava em resposta às indagações de questões tematizadas nesse espaço. Desse modo, a interpretação “toma a forma diferencial de uma comparação de estrutura entre os processos discursivos heterogêneos justapostos” (PÊCHEUX, 1990, p. 313).

Assim sendo, os procedimentos organizados por etapas acarretavam análises de ordem fixa, os resultados eram predeterminados. Isso porque os procedimentos teórico-metodológicos eram restritos nessa ordem e trabalhados no espaço em que as “máquinas discursivas” eram constituídas de unidades colocadas em justaposição. Portanto, a “existência do outro está, pois subordinada ao primado do mesmo” (PÊCHEUX, 1990, p.313).

Observa-se que, na AD1, Pêcheux procurou descrever o que considerava discurso e, assim, estabelecer procedimentos e um dispositivo de análise próprios do discurso. Haja vista

a preocupação constante, desse filósofo francês, da cientificidade que ele atribuía a elementos teóricos.

Dessa forma, Pêcheux, propõe por meio de redefinições teóricas construir, sob um olhar de elementos filosóficos, relações das “máquinas discursivas estruturais” para se tornar o objeto da ADF. Nessa perspectiva, começa a fase de desconstruções e retificações, uma vez que se tinha como pano de fundo a conjuntura política e teórica em 1975 na França, e que manifesta na ADF por meio de duas obras essenciais: um artigo publicado na revista *Langages* 37, sob o título *A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações perspectivas* e o livro *Les vérités de La palice* (Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio), ambos publicados nesse ano de 1975. No artigo, o autor traz considerações sobre o dispositivo e no livro uma preocupação com a teoria.

No artigo publicado na revista *Langages* 37<sup>7</sup>, Michel Pêcheux juntamente com Catherine Fuchs começam a retificar sobre possíveis falhas, ambigüidades e dificuldades não resolvidas nos trabalhos propostos da AAD-69. No intuito de inserir outra base teórica e outras formulações para essas questões, os autores apresentam o quadro epistemológico da ADF visando a preencher as lacunas da AAD-69. Diante dessas conjunturas é que começa a chamada AD2. Para tanto, os autores articulam três áreas do conhecimento:

i) o materialismo histórico, como teoria das transformações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; ii) a lingüística, como mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; iii) a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. (PÊCHEUX & FUCHS, 1990, p.163).

Entretanto, essas três regiões do conhecimento são articuladas e atravessadas por uma teoria da subjetividade de ordem psicanalítica, uma vez que uma das preocupações centrais se concentra sobre a questão da leitura. Desse modo, a subjetividade passa a ser constitutiva do sujeito, assim como proposto pela noção de formações imaginárias, em que a leitura, ou seja, os sentidos só são instaurados por sempre se relacionar às imagens dissimuladas pelo/para o próprio sujeito.

---

<sup>7</sup> Artigo intitulado “Mises au point et perspectives à propos de l’analyse du discours” em português “A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas” (PÊCHEUX & FUCHS, 1990, p. 163-252) Trad. Péricles Cunha In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

Diante dessas explicitações, Pêcheux e Fuchs, para formalizar a articulação proposta, retificam o conceito de materialismo histórico, destacando a superestrutura ideológica que aparece ligada aos modos de produção, dominando, assim, uma determinada formação social. Segundo os autores, o funcionamento dessa instância ideológica, enquanto reprodução das relações de produção configura-se na interpelação, ou, então, o assujeitamento do sujeito, no sentido de que o sujeito é levado a ocupar um lugar em uma ou outra classe, em que se apresentam de forma antagônica do modo de produção, o sujeito não se dá conta de que ocupa esse lugar.

Nesse sentido, nota-se que a reprodução se estabelece por um processo contínuo das relações de classe que se materializam diante de realidades complexas dos “aparelhos ideológicos do Estado”. Desse modo, as realidades complexas são caracterizadas pelas práticas que se associam a lugares e/ou relações desses lugares, referindo-se às relações de classe. Isso posto, entendemos que as relações de classe devem ser observadas a partir de um dado momento histórico, em que se têm afrontamentos no interior dos aparelhos que lhes são constitutivos. Deve-se considerar, portanto, que as posições políticas e ideológicas são organizadas por formações, nunca apreendidas por organização de natureza individual: as formações mantêm entre si “relações de antagonismo, de aliança ou de dominação”. Para caracterizar esse elemento suscetível de intervenção de forças Pêcheux e Fuchs propõem o conceito de Formação Ideológica:

(...) falar-se-á de formação ideológica para caracterizar um elemento (este aspecto na luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais nem universais mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras. (PÊCHEUX & FUCHS, 1990, p.163)

O conceito de Formação Ideológica passa a compor o dispositivo analítico na AD2 que possibilita articular ideologia e discurso. Faz-se lícito esclarecer que a ideologia e o discurso não são identificáveis, uma vez que estes são de ordem discursiva que se configura como um dos aspectos materiais, que Pêcheux e Fuchs chamam de “materialidade ideológica” (PÊCHEUX & FUCHS, 1990, p.166). Desse modo, os autores explicam que as Formações Ideológicas são necessariamente constituídas de uma ou várias formações discursivas ligadas entre si. Assim sendo, essas formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito, dada uma posição em determinado lugar de um aparelho ideológico e de acordo com a

inscrição numa relação de classes. Portanto, “toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas, identificáveis” (PÊCHEUX & FUCHS, p.167) a partir das relações dos lugares que o sujeito ocupa no interior de um aparelho ideológico e sua inscrição numa relação de classes.

Nesse sentido, a noção de Formação Discursiva é constituída por elementos exteriores, ou seja, de elementos que vêm de outros lugares, de outras Formações Discursivas. Dita de outro modo, “no próprio interior do discursivo ela (FD) provoca uma defasagem que reflete esta exterioridade” (PÊCHEUX & FUCHS, 1990. p.168). Essa defasagem se dá entre uma e outra formação discursiva. Logo, uma Formação Discursiva funciona como uma representação da enunciação para outra Formação Discursiva, como a discursividade da enunciação aos olhos do sujeito-falante. Nesse sentido, uma Formação Discursiva é constituída por um sistema de paráfrases, uma vez que, conforme Pêcheux e Fuchs, é o lugar em que os enunciados são retomados e reformulados, que o “sentido e identidade de sentido podem se definir”.

Para explicar como os sentidos são produzidos pelas Formações Discursivas, dado àquilo que desaparece aos olhos do sujeito-falante, Pêcheux e Fuchs postulam a noção de esquecimento<sup>8</sup> que, segundo os autores, são constitutivos desse sujeito. Denominam, então, de o esquecimento nº1 aquele em que o sujeito-falante tem a ilusão de ser origem do que ele diz, acredita ser a fonte da significação de seus dizeres “esquecendo-se” do fato de que as possíveis significações não se originam nele.

Assim sendo, Pêcheux e Fuchs asseveram que

“a evidência da leitura subjetiva segundo o qual um texto é biunivocamente associado a seu sentido é uma ilusão constitutiva do efeito-sujeito em relação a linguagem e que contribui para produzir o sentido de assujeitamento(...), o sentido de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente necessariamente a esta ou aquela Formação Discursiva”. (PÊCHEUX & FUCHS, 1990 p.169)

Nessa perspectiva, para uma seqüência fazer sentido, precisa estar vinculada a uma Formação Discursiva, sendo que os esquecimentos são os elementos que recobrem a ilusão dos sujeitos, ou seja, os sujeitos têm a ilusão de que o sentido é universal e de ordem individual. Visto dessa forma, a análise automática que os autores propõem não deve ser

---

<sup>8</sup> Para Pêcheux e Fuchs “o termo esquecimento não remete, aqui, a um distúrbio individual da memória. Designa, paradoxalmente, o que nunca foi sabido e que, no entanto, toca o mais próximo o sujeito falante, na estranha familiaridade que mantém com as causas que o determinam... em toda ignorância de causa. (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p.238)

apreendida como equivalente a uma análise semântica de um texto, pois, os sentidos não são estanques ou universais, eles emergem dependendo das formações discursivas pelas quais os sujeitos se inscrevem.

Nessa segunda época da ADF, Pêcheux e Fuchs trazem alguns esclarecimentos sobre a enunciação e sobre o *corpus* discursivo. Propõem uma análise não-subjetiva dos efeitos de sentido que são atravessados pela ilusão do efeito-sujeito (produção e leitura). Portanto, essa análise não poderia ser confundida com uma análise lingüística. Verificando que na análise lingüística se consideram apenas elementos intrínsecos ao texto, e se ampara em uma perspectiva de leitura subjetiva da linguagem, os referidos autores propuseram observações acerca de como deveriam proceder às análises discursivas.

A primeira observação feita trata-se do modo de como devem ser concebidos os processos discursivos. Nos processos discursivos, segundo os autores, o sujeito deve ser concebido como realizador do processo de enunciação e não origem desse processo, haja vista a constituição do sujeito pelo assujeitamento. Outra observação seria quanto ao *corpus* discursivo, pois o processo discursivo parte desse *corpus* enquanto materialidade, sendo que o percurso de análise começa por uma análise lingüística. Todavia, não se reduz a ela, uma vez que o processo discursivo é atravessado pelo efeito-sujeito, e este atravessado também pela língua.

Conforme Pêcheux e Fuchs, o que pode permitir uma confusão epistemológica recai sobre a questão da enunciação. Desse modo, explicitam o que chamam de processo de enunciação:

Diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem por características colocar o “dito” em consequência do “não dito”. A enunciação equivale pois a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o “o universo do discurso”), e o que é rejeitado. (PÊCHEUX & FUCHS, 1990, p.176) (grifos dos autores)

Desse modo, no processo de enunciação nota-se um lugar vazio no campo “tudo o que teria sido possível o sujeito dizer, mas não diz” e ou no campo “tudo a que se opõe ao que o sujeito diz” (*op.cit.*, p.176). Portanto, existe um processo de ocultação parcial inconsciente do sujeito em que ele acredita saber o que diz e que o interlocutor apreenderá o sentido tal como o sujeito diz. A esse processo de ocultação parcial do inconsciente, foi denominado de

esquecimento n° 2, que consiste em o sujeito falante acreditar controlar, dominar os efeitos e dar conta da completude de sentidos.

Nessa perspectiva, observamos que o processo de enunciação é caracterizado por um funcionamento de natureza pré-consciente/consciente, pois o sujeito-enunciador procura corrigir a si próprio, dizer o que pensa e, assim, tem a ilusão de manipular os dizeres ao formulá-los. Entretanto, esse funcionamento só acontece por oposição ao esquecimento n°1, lugar em que o sujeito-enunciador não tem acesso, pois é de natureza inconsciente e constitutiva desse lugar inacessível ao sujeito-enunciador. Assim sendo, para Pêcheux e Fuchs, a oposição entre os dois esquecimentos:

(...) tem relação com a oposição mencionada entre a situação empírica concreta na qual se encontra o sujeito, marcada pelo caráter da identificação imaginária onde o outro é um outro (“outro” com o minúsculo), e o processo de interpelação-assujeitamento do sujeito, que se refere ao que J. Lacan designa metaforicamente pelo “outro” com O maiúsculo; neste sentido, o monólogo é um caso particular do diálogo e da interpelação. (PÊCHEUX & FUCHS, 1990. P.177) (grifos dos autores)

Dessa maneira, observa-se, na proposta desses autores, a instauração da problematização da ilusão subjetiva do sujeito, visto que se refere à ideologia como constitutiva dos sujeitos. Tal como apresentado pela formulação althusseriana de que “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”. Assim, os autores apresentam a relação entre a enunciação e o imaginário, em que a movimentação do sujeito da enunciação é posta em um espaço imaginário. Nesse sentido, a enunciação adquire um espaço conceitual pela oposição dos esquecimentos 1 e 2 que asseguram ao sujeito-falante os deslocamentos no interior daquilo que pode ser reformulável.

Essas observações, feitas em relação ao sujeito e ao processo de enunciação, são colocadas para caracterizar e reiterar a noção de Formação Discursiva. Dessa maneira, Pêcheux e Fuchs asseveram que uma “formação discursiva é constituída e margeada pelo que lhe é exterior” (PÊCHEUX & FUCHS, 1990, p.177), e, assim, introduzem o conceito de interdiscurso. O interdiscurso, nessa segunda época da ADF, é apreendido como aquilo que designa “exterior específico” em um determinado processo discursivo, portanto, no interior de uma formação discursiva, ou seja, um lugar de evidência da discursividade, submetida, nesse momento, “à leis da repetição estrutural fechada” .

No livro *Les vérités de la Palice* (Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio), nota-se a articulação de questões que muito interessavam a Pêcheux, explicitadas pelas (re)leituras filosóficas e por retomadas históricas pela via do discurso. No referido livro,

Pêcheux traz as questões filosóficas de encontro com a lingüística e a semântica. Conforme explicita Malidier (2003, p.45), esse livro é o momento em que Pêcheux “liga todos os fios: da lingüística e da história, do sujeito e da ideologia, da ciência e da política”.

Para tanto, Pêcheux tem como ponto de partida um novo olhar sobre a semântica. Para ele, a Semântica era uma ramificação da Lingüística que apresentava formulações singulares em direção a Lógica – enquanto Teoria do Conhecimento, como a teoria das leis do pensamento – e com a Retórica – em que se abordavam reflexões sobre a técnica da argumentação, manipulação da crença, fabulação e engano. Desse modo, a semântica tinha em sua essência questões idealistas que, para Pêcheux, não poderia instalar-se como ramo da Lingüística. Segundo Pêcheux, a Lingüística era uma ciência moderna e complexa, na qual uma proposta idealista da linguagem chocar-se-ia com os princípios da Lingüística tal como proposta por Saussure.

Pêcheux questiona como a Semântica poderia ocupar lugar na Lingüística. Para isso, parte das evidências fundadoras da semântica proposta por Adam Shaff, a saber:

- I) existem coisas (“objetos” e “processos materiais”) e “pessoas”, sujeitos dotados da intenção de comunicar (“nós” comunicamos “por meio de”...);
- II) existem objetos que se tornam signos, pelo processo social da semiose;
- III) existem as ciências humanas, que têm cada uma o que dizer sobre a linguagem e a fala;
- IV) existe uma oposição entre o emocional e o cognitivo (imagem da oposição Retórica/Lógica);
- V) que o pensamento e o conhecimento têm um caráter subjetivo. (PÊCHEUX, 1997, P.19-20).

E explica qual sua proposta diante dessas evidências: “nosso propósito aqui é o de questionar as evidências fundadoras da “Semântica”, tentando elaborar, na medida dos meios que dispomos, as bases de uma teoria materialista” (PÊCHEUX, 1997, p.20). Diante disso, Pêcheux lança um novo olhar sobre a Semântica. Conforme Pêcheux, a semântica compreendia o ponto nodal das contradições que fundamentam as escolas e tendências lingüísticas, bem como o ponto em que a lingüística (mesmo que não assuma a posição) encontra-se em relação com os elementos filosóficos e com os elementos da ciência das formações sociais.

Conforme explicita Pêcheux, trata da tendência formalista-logicista (que se amparava teoricamente na filosofia da escola de Port-Royal); a tendência da lingüística histórica (que se ocupava das variações e mudanças lingüísticas) e a da lingüística da fala ou da enunciação. Dessa forma, Pêcheux encontra contradições, oposições e coincidências em cada uma dessas tendências no domínio da Lingüística e conclui que as tendências supracitadas reproduzem as idéias do idealismo filosófico.

Diante desse percurso histórico-teórico-filosófico, Pêcheux evidencia o funcionamento dicotômico do pensamento filosófico como constitutivo da ciência da Lingüística. De acordo com Maldidier (2003, p.46-47), todo o pensamento pecheutiano consiste em:

[...] colocar na luz o funcionamento dicotômico do pensamento filosófico. Crítica violenta da filosofia idealista, sempre “ao lado da questão, incapaz de trabalhar a contradição, balanceada entre as falsas soluções do logicismo e do subjetivismo. Uma série de pares filosóficos baliza a história desse pensamento: necessário/contigente, lógico/retórico, propriedade/situação, objetivo/subjetivo [...] língua/fala, sistema/sujeito falante constitui o avatar próprio da lingüística. (MALDIDIER, 2003, p. 46-47),

Assim, Pêcheux procura trabalhar as questões das relativas explicativas e das relativas determinativas sob um “ponto lógico-lingüístico”, para chegar à sua proposição, provocar o deslocamento desse ponto lógico-lingüístico, para instaurar o lugar de uma teoria do discurso. Essa jornada começa por revisitar as idéias de Frege<sup>9</sup>, e resulta na exploração de dois funcionamentos:

- 1) do pré-construído;
- 2) da articulação dos enunciados.

Conforme postula Pêcheux, o pré-construído é aquilo que “remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático” (PÊCHEUX, 1997, p.99). A noção de pré-construído tem por característica essencial

---

<sup>9</sup> Trabalhando na fronteira entre a filosofia e a matemática, Frege foi o principal criador da lógica matemática moderna, sendo considerado por muitos, ao lado de Aristóteles, um dos maiores lógicos de todos os tempos.

[...] a separação fundamental entre o pensamento e o objeto de pensamento, com a pré existência deste último, marcada pelo que chamamos uma discrepância entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito encontra um desses domínios como o impensado de seu pensamento, impensado este que, necessariamente, pré-existe ao sujeito. (PÊCHEUX, 1997, p.102)

A noção de pré-construído configura-se em um ponto fundante de articulação da teoria do discurso com a Lingüística. No que se refere à articulação dos enunciados, segundo Pêcheux, trata-se de um efeito, de uma “espécie de retorno do saber no pensamento, e/ou um processo de sustentação”. Para chegar a essa conclusão, Pêcheux explica que todo o mecanismo de funcionamento das relativas explicativas, em oposição com as relativas determinativas dá-se sob efeito do pré-construído. Essa relação provoca um efeito de sustentação que, por sua vez, realiza a articulação entre as proposições constituintes.

Conforme evidencia Maldidier

Irredutíveis a funcionamentos lógico – lingüísticos, o pré – construído, assim como a articulação de enunciados, são o resultado de efeitos propriamente discursivos. Sua teorização reveste-se de um duplo aspecto. De um lado, eles designam processos discursivos que se desenvolvem sob a base lingüística. De outro – eles são o traço de relações de distância entre o discurso atual e o discurso já-lá. (MALDIDIER, 2003, p.48)

Nesse percurso, Pêcheux procura delimitar o objeto de estudo, isto é, o discurso. Segundo o referido autor, o processo para analisar o discurso não implica só em questões ditas lingüísticas, implica também no funcionamento, na articulação e no encaixe de elementos outros intrínsecos à Análise do Discurso.

A preocupação de Pêcheux em identificar o objeto de estudo, acontece na medida de não promover equívocos epistemológicos quando se tratar da ADF, pois outras propostas lingüísticas usavam termos idênticos aos termos propostos por Pêcheux como, por exemplo: “discurso”, “enunciação” e “sujeito”, essas expressões funcionam sobre diferentes concepções quando abarcadas na perspectiva da ADF.

É relevante, pois, salientar que essa preocupação de equívoco epistemológico, dado pela igualdade de terminologias, já era explicitada na construção do objeto de estudo da ADF. Tal fato recai sobre a hipótese de nossa pesquisa de que, ainda hoje, nos estudos desenvolvidos na área da ADF, no caso específico do termo discurso, existe uma

equivocidade epistemológica por esse termo ser utilizado com diferentes significações que não coincidem em termos de inserção epistemológica da ADF.

Para descrever o modo de funcionamento, de articulação e de encaixe, verifica-se na terceira parte do livro, uma revisitação de Pêcheux às noções de ideologia, interpelação e contradição. Desse modo, ele alavanca questões como a relação entre a constituição do sujeito do discurso com a da constituição dos sentidos, além de propor reformulações aos conceitos de Formação Discursiva e de Interdiscurso.

O conceito de interdiscurso passa a ser objeto de reflexão de Pêcheux, o que provoca uma redefinição e aprofundamento de conceitos estabelecidos anteriormente. Assim sendo, a partir do conceito de interdiscurso, Pêcheux propõe uma reconfiguração da noção de formação discursiva.

Em propostas anteriores, o “outro” era denominado pela relação com outras formações discursivas, que mesmo sendo atravessadas por discursos outros, mantinham uma identidade. Nesse sentido, por meio da análise discursiva seria possível determinar o que pertenceria a uma ou à outra formação discursiva. Já na AD2, essa noção sofre um deslocamento, pois, uma formação discursiva é atravessada por vários discursos, mas se forma de uma maneira regulada no interior do interdiscurso. Para Pêcheux, “toda formação discursiva dissimula, pela transparência o sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincando no complexo das formações ideológicas”. (PÊCHEUX, 1997, p.162)

Há, portanto, em uma formação discursiva, um conjunto de dizeres que se entrecruzam, de forma que aquilo que pode e deve ser enunciado por meio de uma posição que o sujeito venha a ocupar. Desse modo, a formação discursiva tem sua existência no interior de determinadas relações de classe, sendo estas reguladas e margeadas por ações de um exterior específico, isto é, o interdiscurso (todo o complexo com dominante).

As questões sobre ideologia, interpelação e contradição são abordadas no livro *Semântica e Discurso pelo viés das propostas althusserianas*. Nesta obra, Pêcheux faz uma (re)leitura da noção de Aparelhos Ideológicos do Estado. Nessa perspectiva, ele procura desconstruir as possíveis interpretações funcionalistas sobre a tese de Althusser da “reprodução das relações de produção” ao inserir a tese do princípio da transformação.

A noção de interpelação ideológica, nesse momento do livro, passa a ser um ponto central de reflexão e, assim, Pêcheux retifica algumas questões sobre o sujeito do discurso. Retificações estas, trabalhadas por ele por meio das relações entre “a evidência subjetiva” e “a evidência do sentido,” inicialmente propostas por Althusser. Ao mesmo tempo em que

Pêcheux propunha essas relações, propunha também uma relação analógica entre ideologia e inconsciente e a questão da forma-sujeito<sup>10</sup>. Conforme escreve Maldidier, “tal analogia permite aproximar a evidência da existência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si) e o mecanismo de interpelação-identificação que paradoxalmente produz o assujeitamento mascarando-o”. (MALDIDIÉ, 2003, p. 50).

Assim, Pêcheux instaura a questão da interpelação do sujeito articulada ao efeito do pré-construído, então configurado “como a modalidade discursiva da distância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito (...) sendo sempre-já sujeito.” (PÊCHEUX, 1997, p. 170).

Dessa forma, ao propor teorizações do funcionamento imaginário da subjetividade, Pêcheux postula a noção de forma-sujeito: aqui, o sujeito não possui uma unidade, não se dá pelo individual, mas é instituído sob a evidência de um caráter ideológico, pelo funcionamento da forma-sujeito. Logo, a *forma-sujeito* é construída num contínuo da sua relação com a língua(gem), apreendida como forma material de expressão dos lugares ocupados pelos sujeitos. Conseqüentemente, o discurso a utiliza para ter existência material do sentido das palavras e dos enunciados.

Reexaminando as propriedades discursivas da *forma-sujeito*, Pêcheux retoma a hipótese de que o sujeito “se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina” (PÊCHEUX, 1997, p.163). Conforme prossegue suas reflexões, o autor diz que o termo esquecimento é usado no sentido de um acobertamento da “causa do sujeito no próprio interior de seu efeito” (*op.cit.*, p.183), sendo que os esquecimentos são inerentes ao discurso. Segundo Pêcheux,

O efeito da forma-sujeito do discurso é pois sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que chamamos o esquecimento nº1, pelo viés do funcionamento do esquecimento nº2. Assim, o espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva dada aparece como lugar de constituição do que chamamos o *imaginário lingüístico* (corpo verbal) (PÊCHEUX, 1997, p. 177)

Sob o efeito da forma sujeito que os sentidos se constroem. Dito de outro modo, o sentido constitui-se no espaço de representação, de reformulação - paráfrase de uma formação

---

<sup>10</sup> Conforme explicita Pêcheux (1997, p. 183), a expressão “forma-sujeito” é introduzida por Althusser, para a qual afirma que “(...) todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se revestir a forma-sujeito. A forma-sujeito, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sócias.”

discursiva a qual o sujeito se inscreve. Portanto, a noção de forma-sujeito do discurso é o lugar que se pode apreender os elementos determinantes para a teoria do discurso.

Retornando a noção de interdiscurso, nota-se que foi um conceito que veio tomando forma desde o primeiro momento da ADF, que se apresentava sob a evidência da relação do já-dito com o não dito. Na AD2, as formulações sobre o pré-construído poderiam evidenciar elementos discursivos anteriores “esquecidos” pelo sujeito enunciador para apresentar que o discursivo já está lá.

De acordo com o exposto, o interdiscurso tem sua “objetividade material (...) no fato de que ‘isso fala’ sempre antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 1997, p. 162). Para Maldidier (2003), a noção de interdiscurso é o lugar que Pêcheux procura designar “o espaço discursivo e o espaço ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição”. Segundo essa autora, “a conceptualização de interdiscurso reordena e aprofunda os conceitos já estabelecidos por Michel Pêcheux.” (MALDIDIER, 2003, p.50).

No que se refere ao procedimento de análise, na AD2 começa a explodir o conceito de maquinaria fechada em si, pois a presença do outro continua sendo concebida pelo efeito de assujeitamento do sujeito, no interior de uma Formação Discursiva que se identifica. Em relação ao que foi desenvolvido na AD1, esses procedimentos de análise sofreram poucas alterações na AD2.

Retomando os deslocamentos e transformações no escopo teórico da ADF, buscamos apresentar reflexões acerca da terceira época da ADF. Na AD3, o conceito de máquina discursiva estrutural é abandonado, e Pêcheux procura indicar “algumas direções referíveis em um trabalho de interrogação – negação – desconstrução das noções postas em jogo na AD” (PÊCHEUX, 1990, p.315). Para isso, o autor instaura novas construções e reformulações de alguns conceitos teóricos.

Uma relevante desconstrução, que marca a AD-3, se dá quanto ao procedimento de análise. Tais procedimentos se estabeleciam por serem de ordem fixa e por etapas, assim como proposto na AD1 e na AD2, e que nessa nova época da ADF são abandonados definitivamente. Logo, os fatores sócio-históricos passam a ser constitutivo do processo discursivo, ou seja, não se pode ver o *corpus* como uma construção empírica abordando esses fatores. Esses fatores promovem uma desestabilização do processo discursivo, e isso deve ser abordado no procedimento de análise agora proposto.

Desse modo, o procedimento de análise na AD3 acarreta uma análise lingüístico-discursiva em que “a produção ‘em espiral’ (observa-se as regras sintáticas e as evidências

seqüenciais no interior do campo discursivo) dessas reconfigurações do *corpus* vem escandir o processo, produzindo uma sucessão de interpretações do campo analisado” (PÊCHEUX, 1990, p.316).

Essa fase de reconfiguração do objeto de análise tem um lugar de destaque, o colóquio “Materialidades Discursivas”. Esse colóquio foi realizado na Universidade Paris X, em Nanterre, com a organização de Bernard Conein, Jean Jacques Courtine, Françoise Gadet, Jean Marie, Marandin e Michel Pêcheux. Os temas dos debates nesse colóquio foram: 1) Objeto da Análise de Discurso; 2) Discurso e História; 3) Discurso e Lógica; 4) Discurso e Lingüística; 5) Discurso e Psicanálise; 6) Discurso, História e Língua.

Para Malidier, o referido colóquio foi marcado por um “processo de desconstrução - reconstrução” da teoria. Nesse evento foi tomada como uma das questões centrais a problemática do objeto da Análise do Discurso, sendo esta colocada em torno do real da língua, da história e do inconsciente. Os trabalhos apresentados se direcionaram para uma perspectiva outra de trabalhar as questões das materialidades discursivas que se encontram no espaço de confrontação de diferentes disciplinas que se ocupam do discurso: a Lingüística, a História e a Psicanálise.

Assim sendo, os trabalhos desenvolvidos pela lingüista Jacqueline Authier-Révuz vem ao encontro desse momento da AD. Esta lingüista dedica seu trabalho a análise dos processos enunciativos em uma perspectiva que evoca a presença do Outro/outro na enunciação. Para a autora, é na enunciação que se tem o reconhecimento da língua como sistema de diferenças e como um espaço de equívocos integrada à temática da heterogeneidade, que se atribui o descentramento do sujeito e à noção de Outro<sup>11</sup> um papel essencial no chamado discurso do Mesmo.

Nosso objetivo, nesse momento, é apresentar um breve olhar sobre as propostas de Authier-Révuz, destacando como a abordagem sobre o sujeito, a linguagem e a subjetividade dessa autora influenciou os trabalhos em ADF, que constitui a terceira época dessa episteme.

Para Authier-Révuz, a heterogeneidade é um pressuposto fundante da linguagem, isto é, a linguagem é heterogênea em sua constituição. Diante desse pressuposto, a autora propõe um procedimento que visa colocar em evidência as rupturas enunciativas no fio do discurso em que apresente elementos decisivos para a emersão de um discurso outro no discurso do mesmo.

---

<sup>11</sup> Tal como proposto na teoria lacaniana.

A problemática da heterogeneidade é formulada por Authier-Révuz (1990; 1998; 2004) a partir do princípio dialógico, em especial, o lugar que o outro ocupa no discurso em que se constitui o sujeito da/na linguagem, *estruturalmente clivado pelo inconsciente* (AUTHIER-RÉVUZ, 1998, p.17). A autora articula, em sua proposta, o dialogismo do círculo de Bakhtin e a Psicanálise lacaniana – abordagens que ela considera como a heterogeneidade teórica própria ao campo enunciativo.

Assim, na articulação entre o dialogismo e o inconsciente do sujeito é que Authier-Révuz (*op.cit.*) formula a noção de heterogeneidade enunciativa. A autora pondera que, por meio da noção de heterogeneidade, os sentidos tornam-se constitutivos no processo de significação dos enunciados. A referida autora propõe dois tipos de heterogeneidades enunciativas, tais sejam: a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada.

A noção de heterogeneidade constitutiva permite esclarecer o que Authier-Révuz considera como sendo o plano exterior à Lingüística e o que pretende trazer para o interior de sua proposta:

Para propor o que chamo de heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso, apoiarme-ei, de um lado, nos trabalhos que tomam o discurso como produto de interdiscursos ou, em outras palavras, a problemática do dialogismo bakhtiniano; de outro lado, apoiarme-ei na abordagem do sujeito e de sua relação com a linguagem permitida por Freud e sua releitura por Lacan. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26)

O conceito de heterogeneidade constitutiva trata-se de um pressuposto teórico que sustenta um funcionamento discursivo em que a referência ao que pertence ao Outro seja inseparável do discurso do Mesmo e que essa percepção não poderia ser alcançada por abordagens estritamente lingüísticas. Devemos interar que na proposta de Authier-Révuz não se rejeita a especificidade da Lingüística e de seu objeto, a língua, no entanto, a autora trabalha com uma noção de língua diferenciada dos lingüistas pós-estruturalistas, porque considera que “num domínio como o da enunciação, o exterior inevitavelmente retorna implicitamente ao interior da descrição e isto sob a forma ‘natural’ de reprodução, na análise, das evidências vivenciadas pelos sujeitos falantes quanto a sua atividade de linguagem.” (AUTHIER-RÉVUZ, 1990, P. 25).

Para sustentar esse posicionamento teórico, Authier-Révuz adota uma noção de subjetividade em que se tem um sujeito-efeito, ou seja, um sujeito produzido pela linguagem, descentrado, dividido, clivado, assim sendo, impede a possibilidade de se considerar a transparência da linguagem. Conforme explicita a autora,

(...) nesta afirmação de que, constitutivamente, no sujeito e no seu discurso está o Outro, reencontram-se as concepções do discurso, da ideologia, e do inconsciente, que as teorias da enunciação não podem, sem riscos para a lingüística, esquecer. (AUTHIER - REVUZ 1990, p. 25).

Quanto às heterogeneidades, constitutiva e mostrada, são designadas por Authier-Révuz como processos distintos: a primeira diz respeito “aos processos reais de constituição de um discurso”; a segunda, aos “processos de representação, num discurso, de sua constituição.” (Authier-Révuz, 1990, p.32).

No que se refere à heterogeneidade mostrada, Authier-Révuz assevera que “é acessível aos aparelhos lingüísticos, na medida em que permite apreender seqüências delimitadas que mostram claramente sua alteridade”. Isto é, “formas lingüísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso”.

Authier-Révuz postula dois tipos de enunciados: aqueles que apresentam a heterogeneidade, com marcas explícitas, e aqueles que não são constituídos de marcas explícitas, ou seja, não são mostradas. Tem-se, como exemplo de heterogeneidade mostrada e marcada: as glosas enunciativas, o discurso relatado (formas sintáticas do discurso direto e do discurso indireto) e as aspas. Já por exemplo de heterogeneidade mostrada, não marcada, tem-se a ironia, o discurso indireto livre, entre outros, estes contam com o “outro dizer”, sem explicitá-lo diretamente para, então, produzir sentidos.

Podemos perceber a influência do postulado teórico da heterogeneidade, em Pêcheux (1997), porém formulado por meio da contradição e das falhas da interpelação ideológica, e, principalmente, na noção de interdiscurso. No entanto, é a partir da década de 1980, quando “o primado teórico do outro sobre o mesmo se acentua” (PÊCHEUX, 1990, p.315), que se aborda o discurso, colocado sob o signo da heterogeneidade, proposta tanto como categoria conceitual quanto em relação à construção do *corpus*.

Essa reformulação proposta por Pêcheux, tanto na relação língua-discurso quanto no modo de se analisar as materialidades discursivas, fez com que os estudos da ADF se direcionassem ao espaço de confrontação entre a Lingüística, a História e a Psicanálise

No artigo “A análise do discurso: três épocas” (1990), Pêcheux faz uma revisão do percurso que fez e traça as fases que passou a ADF. O autor afirma que na terceira fase, são tematizadas as formas lingüístico-discursivas do “discurso de um outro, colocado em cena

pelo sujeito, ou discurso do sujeito se colocando em cena como um outro (...) mas também e sobretudo a insistência de um ‘além’ interdiscursivo” (PÊCHEUX, 1990, p. 316-317).

Em um outro texto, publicado em 1983, e hoje considerado como essencial para a reconfiguração da disciplina na AD3, intitulado “O Discurso: estrutura ou acontecimento”, essa questão do “outro colocado sobre o mesmo” passa a ser abordada em uma perspectiva do equívoco, da opacidade da língua, vinculada à noção de acontecimento. Desse modo, o discurso é entendido como um fenômeno concomitantemente ligado à estrutura e ao acontecimento. Pêcheux, então, propõe análises sob outros objetos e distingue dois tipos de discursividade

os universos discursivos logicamente estabilizados (...) e os espaços discursivos não estabilizados logicamente. A partir do exemplo de um acontecimento (...), a questão teórica que colocamos é, pois, a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc) e formulações irremediavelmente equívocas. (PÊCHEUX, 2002, p.28)

Desse modo, podemos perceber, nesse percurso empreendido por Pêcheux, que as questões sobre a exterioridade, sempre tão presentes na ADF, trazem desdobramentos teóricos outros. Isso pode ser traduzido pelas formas outras de trabalhos que se inscrevem no interior do campo da ADF. Temos, por exemplo, os estudos no Brasil que desenvolvem suas pesquisas em ADF voltados um pouco mais para os estudos psicanalíticos, outros voltados para a História e outros voltados para a dialogicidade.

Todavia, a presente dissertação concebe o discurso e as noções que implicam este conceito, tal como proposto por Pêcheux. Logo, a fundamentação teórica que sustenta essa dissertação baseia-se nas postulações teóricas de Pêcheux desenvolvidas na AD2 e AD3 e serão abordadas nas seções seguintes.

## 1.4 PROCESSOS DE DISPERSÃO DOS SENTIDOS SOB O DISCURSO ACADÊMICO

É imprescindível, pois, salientar a proposta teórica que suporta nossa dissertação, uma vez que temos como foco de análise o termo “discurso” e a noção de discurso pela proposta da Análise do Discurso francesa, um elemento de referência constante da pesquisa. Assim, para que não caiamos em uma metaequivocidade epistemológica, ou seja, construir equívocos teóricos na perspectiva da ADF, precisamos reiterar a noção de discurso que constitui a base teórica de nossa pesquisa.

Tomamos por discurso, nesta dissertação, como propõe Pêcheux (1997):

(...) todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sóciohistóricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma infelicidade. no sentido performativo do termo, isto é, no caso, por um erro de pessoa., isto é, sobre o *outro*, objeto da identificação. (PÊCHEUX, 1997, p.56-57)

Nesse sentido, a palavra – no caso específico de nosso estudo a palavra “discurso” – não deve se restringir a uma unidade homogênea de significação, sendo que a dispersão dos sentidos no discurso acadêmico consiste em apresentar discursos outros, muitas vezes silenciados, apagados, remetidos, repetidos. Portanto, o discurso deve ser tratado sempre em relação a uma instância enunciativa, considerando as dimensões de constituição de determinado discurso, uma vez que o trabalho descritivo dos acontecimentos enunciativos e das posições discursivas revela-nos um campo de visibilidade pela busca de “unidade” de sentido que aí se formam.

Ao propor esboçar a “unidade” de sentido que o discurso acadêmico se instaura, é preciso observar a dimensão institucional, ou seja, a descrição do lugar que o discurso é instaurado, a dimensão social de inscrição dos sujeitos enunciativos no espaço acadêmico e a dimensão dos próprios sujeitos enunciativos como inscritos nesse espaço acadêmico que permite proferir determinados dizeres e não outros.

Descrever sob a evidência de dispersão dos sentidos no discurso acadêmico pode revelar os efeitos de sentido da palavra discurso em propostas trabalhos acadêmicos. Assim sendo, tomamos por referência que, no discurso acadêmico, os sentidos das palavras não são

estáveis, de outro modo, são produzidos de acordo com os lugares que os sujeitos ocupam, ou seja, uma mesma palavra poderá ter diferentes significações de acordo com o lugar sócio-ideológico daqueles que venham a empregá-la. É nessa perspectiva que tomamos o sentido da palavra, assim como esclarece Pêcheux (1997): “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas.” (PÊCHEUX, 1997, p.160)

Portanto, *tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc.* (ORLANDI, 2003, p. 17). Desse modo, para visualizar os sentidos que se instauram dada essa articulação entre o lingüístico e o social, valendo-se das dimensões supracitadas, refletiremos sobre alguns elementos que podem marcar a dispersão dos sentidos no discurso acadêmico. Propomos agora uma discussão sobre a noção de condições de produção, formação ideológica e formação discursiva.

No que diz respeito a este estudo, as condições de produção revelam fatores históricos, sociais e ideológicos que interferem na produção dos sentidos e que são constitutivos da noção de discurso. Assim, temos o discurso acadêmico constituído em um lugar institucional, restringindo a enunciação: os sujeitos enunciadore, ao se inscreverem nesse lugar institucional, produzem dizeres condizentes desse lugar. Nessa dissertação, os dizeres apresentam-se sob a forma material pelos resumos publicados em um evento reconhecido internacionalmente de uma instituição federal de ensino. Portanto, os sujeitos enunciadore restringem a enunciação ao proferir dizeres que são específicos para um lugar acadêmico de produção científica.

Nessa perspectiva, observamos que a noção de condições de produção implica em considerar a circunscrição dos sujeitos no lugar acadêmico, assim, entendemos que o sujeito se constitui por um caráter heterogêneo, pois tem sempre a presença de “um outro” a interpelá-lo (PÊCHEUX, 1997). Isso porque existem regras sob as quais os sujeitos inscrevem seus dizeres, ou seja, o sujeito, ao mesmo tempo em que não é livre, também não está na origem dos discursos. Desse modo, o sujeito não possui uma unidade, não se dá pelo individual, mas se institui sob a evidência de um caráter ideológico, pelo funcionamento da forma-sujeito.

Nesta pesquisa, os sujeitos acadêmicos produtores dos resumos, como sujeitos enunciadore que são, sempre estarão submetidos à ação dos esquecimentos e têm seus dizeres regidos por Formações Discursivas em que se inscrevem. Portanto, os sentidos serão

produzidos sempre em relação à inscrição do sujeito, quando ocupa um dado lugar e sempre em relação com as formações sociais e ideológicas que os sentidos se originam.

Retomando Pêcheux (1997, p.160), é a ideologia que fornece as evidências pelas quais todo mundo sabe o que designa determinada palavra, o que é e o que deve ser dito e que mascara, sob a transparência da linguagem, o caráter material dos sentidos e das palavras. O sujeito, aqui, é interpelado ideologicamente pelas posições teóricas que ocupa. A palavra discurso adquirirá sentido em relação a uma posição ideológica (neste trabalho, representada pelas filiações teóricas) a qual está inscrita.

A interpelação constitui-se como uma decorrência que atua no momento em que os indivíduos constituem-se sujeitos ‘influenciados’ por uma ideologia. Chamaremos de “interpelação acadêmica” um dado momento em que os sujeitos constituem-se enquanto lugar discursivo acadêmico, por inscreverem-se, em um dado momento da enunciação, em uma formação ideológica, numa dada filiação teórica.

O sujeito encontra-se sempre em construção, nunca está acabado, pelo contrário, ele vai sendo construído ao longo do processo de enunciação e determinado por suas inscrições em uma formação ideológica e uma diversidade de formações discursivas, sociais e imaginárias. A partir de um enfoque nessas formações seria relevante retomar a noção de formação discursiva como Pêcheux a descreve (*op.cit*, p. 160): “chamaremos, então, de formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”.

As formações discursivas revelam a formação ideológica a qual o sujeito se inscreve, uma vez que traz consigo toda uma carga de diferentes momentos na história do sujeito e de diferentes lugares sociais que este ocupa. Então, uma formação discursiva contempla em seu interior, a presença de diferentes inscrições discursivas, que se denomina interdiscurso. Segundo Pêcheux (1997, p. 162), toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas. Esse “todo complexo com dominante” é que se denominará de interdiscurso.

Os trabalhos acadêmicos no campo da linguagem envolvem na sua produção, distintas significações e práticas enunciativas inscritas na história, inferindo discursos outros. Então, temos a noção de interdiscurso proposta por Pêcheux (1997) que envolve o entrelaçamento de diferentes discursos na produção de um outro. São inscrições discursivas constitutivas,

produzidas em outras épocas e em outros lugares, que, em um processo de (re) significação, aparecem presentes em uma rede de memória.

Pêcheux (1997) postula que todas as ações que margeiam a formação discursiva revelam uma inscrição em uma dada formação ideológica que as integram num processo de historicidade do qual decorre que: uma formação discursiva, apesar de heterogênea, sofre coerções advindas de uma interpelação da formação ideológica na qual está inscrita. Nesse sentido, na presente dissertação, sob o ponto de vista da ADF, verificamos sujeitos inscritos em uma Formação Discursiva Acadêmica, que revelará a inscrição ideológica do sujeito, dada a interpelação acadêmica do campo de inscrição. Desse modo, encontraremos sujeitos enunciativos com uma interpelação acadêmica textual, quando analisarmos resumos da episteme da Lingüística Textual. Da mesma forma, encontramos sujeitos enunciativos com interpelação acadêmico-discursiva, quando analisarmos resumos inscritos no campo da Análise do Discurso Francesa.

Assim sendo, dado o atravessamento dessa formação discursiva, intrinsecamente às interpelações acadêmicas e delimitadas a um espaço institucional científico, observaremos o funcionamento desses atravessamentos no interior do interdiscurso acadêmico-científico, para, então, analisar nessa conjuntura, os efeitos de enunciação que daí emergem.

Relevante esclarecer que texto, na proposta teórica da ADF, configura-se em uma materialidade lingüística, da qual se parte dessa materialidade para a proposição do procedimento de análise discursiva. Isto é, trata-se de uma superfície enunciativa que será analisada, não pela sua forma, mas pelos elementos enunciativos que ali se encontram.

Dessa maneira, os processos de significação na superfície enunciativa dos textos estão sempre em movência, implicando inscrições discursivas produzidas pela alteridade de significação das palavras que não significam literalmente, mas que se re-significam de acordo com a formação ideológica e as formações discursivas nas quais os sujeitos se inscrevem. Os resumos acadêmicos, portanto, têm como característica de formato determinante um corpo textual enunciado em forma de síntese de significações, apresentando traços lingüísticos nos quais existe a possibilidade de perceber o lugar de onde se fala.

Reportando-nos a Pêcheux (1990, p.317) quando reflete sobre a possibilidade de trazer o sentido por meio da língua: “o corpo de traços interdiscursivos se inscreve através de uma língua, isto é, não somente por ela, mas também nela”. Assim, poderemos inferir que a relação entre as marcas lingüísticas presentes nos enunciados e os sentidos que são imateriais, que ali surgem, são de ordem social, histórica e ideológica. No estatuto enunciativo de

trabalhos acadêmicos, a partir das instâncias enunciativas, propomos, por meio da interdiscursividade acadêmico-científica, refletir sobre as significações do lexema discurso.

Consideraremos essa conjuntura de noções supracitadas como suporte teórico para respaldar a investigação dos deslocamentos de significações da palavra discurso quando utilizada em diferentes propostas de resumos acadêmicos na área dos estudos da linguagem. A fim de verificar a natureza da significação da palavra discurso que se institui nos resumos acadêmico-científicos, visualizaremos, neste momento, algumas considerações sobre os estudos bakhtinianos.

## **1.5 DO ENUNCIADO À SIGNIFICAÇÃO: A NATUREZA DIALÓGICO-POLIFÔNICA DA LINGUAGEM**

Considerando que o objetivo da pesquisa é verificar as possíveis significações da palavra discurso por meio de enunciados produzidos em um espaço acadêmico (resumos acadêmicos), faz-se necessário pensar o conceito de enunciado e significação neste trabalho. Assumiremos as noções de enunciado e significação em uma perspectiva dialógico-polifônica da linguagem, tal como proposta por Mikhail Bakhtin (1895; 1975; 1988).

Os estudos bakhtinianos apresentam como característica fundamental da linguagem a natureza dialógica, afirmando que toda palavra encontra-se relacionada à outra, a de um outro locutor, existindo, assim, uma interação entre um dizer atual e outros formulados anteriormente.

Segundo a teoria polifônica de Bakhtin/Voloshinov (1988), a palavra é a revelação de um espaço no qual os valores de uma dada sociedade explicitam-se e confrontam-se. De acordo com o contexto, ou seja, com a enunciação em que a palavra surge, ela se transforma e possibilita diferentes significados, revelando os sujeitos e a ideologia. Segundo Bakhtin “a enunciação é de natureza social” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1988, p. 113), dessa forma:

A enunciação realizada é como uma ilha emergindo de um oceano sem limites, o discurso (*aqui enquanto fala*) interior. As dimensões e a formas dessa ilha são determinadas pela situação da enunciação e por seu auditório. A situação e o auditório obrigam o discurso interior a realizar-se em uma expressão exterior definida. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1988, p. 129) (grifo nosso)

Diante dessa metáfora apresentada por Bakhtin percebemos que a enunciação é um processo, cujo resultado é o enunciado que, por sua vez, é determinado de acordo com a situação (espaços, lugar), com o sujeito enunciator (constituído sócio-histórico-ideológico) e com o auditório (para quem se enuncia, onde se enuncia). Dada essa conjuntura, o enunciado é produzido e designado a sua significação.

Para Bakhtin (*op.cit*, p.129) “a enunciação é dotada de uma significação. Por significação (...) entendemos os elementos da enunciação que são reiteráveis e idênticos cada vez que são repeditos”. Isso significa que cada vez que se faça a mesma enunciação o que muda é o sentido, ou seja, é a significação, e não a enunciação em si. Assim sendo, uma enunciação pode ter múltiplos sentidos, essa heterogeneidade de significação é o que caracteriza especificamente a enunciação. Isso acontece até mesmo no domínio da palavra: “se um complexo sonoro qualquer comportasse uma significação inerte e imutável, então esse complexo não seria uma palavra, não seria um signo, mas apenas um sinal. A multiplicidade das significações é o índice que faz de uma palavra uma palavra.” (Bakhtin/Voloshinov, 1988, p. 130)

Nessa perspectiva é que nos propomos a verificar a natureza das significações da palavra discurso nos resumos acadêmicos. Dessa forma, torna-se possível identificar várias vozes simultâneas que constituem um enunciado, portanto, há uma polifonia inscrita na enunciação. Verificamos a polifonia que permeia as regularidades enunciativas da palavra discurso, por meio de marcas polifônicas, visto que essas marcas mostram que um discurso constitui-se por uma multiplicidade de vozes que ora são coincidentes, ora são contraditórias, revelando uma voz do Outro na consciência do Um.

Assim sendo, propomos investigar na enunciação polifônica do discurso acadêmico a multiplicidade de vozes que são constitutivas desse discurso, desvendando, assim, o sujeito que fala. Nesse sentido, podemos identificar a natureza da significação da palavra discurso, identificando quem enuncia, dado o lugar de onde fala e pela multiplicidade de vozes que emergem nessa enunciação.

Desse modo, os pressupostos bakhtinianos sobre a natureza dialógico-polifônica da linguagem torna-se imprescindível para o nosso trabalho, pois, trata a questão de um discurso constituir-se pelo atravessamento de discursos outros, uma vez que a palavra do Outro é condição de constituição de qualquer discurso. De acordo com Bakhtin (1988, p. 88), “a orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso (...) em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele de uma interação viva e tensa”. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1988, p. 130)

Para Brait (1997, p. 98), o dialogismo remete às relações “que se estabelecem entre eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos”, uma vez que esse outro é o mundo social ao qual o sujeito encontra-se inserido. Portanto, o sujeito dialoga com um conjunto constituído de enunciados de outros sujeitos numa dada realidade social em que está inscrito. Nesse processo dialógico, aparece uma multiplicidade de vozes que configura a polifonia e se manifesta pela convergência e pluralidade dessas vozes em diferentes espaços sociais.

Assim, o discurso é tecido polifonicamente num jogo de vozes entrecruzadas, complementares, concorrentes e contraditórias (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1988), pois não há discursos monológicos, unívocos ou estáveis, mas discursos que se pretendem, ou pela tentativa de unicidade, ‘mascaram-se’ por parecerem monológicos (ORLANDI & GUIMARÃES, 1986).

Portanto, é por meio da enunciação que percebemos a multiplicidade de vozes constitutivas do próprio discurso que é constituída pela dispersão do sujeito. O sujeito, na AD, deixa de ser centro e origem do seu discurso para ser uma construção polifônica, um lugar de significação historicamente constituído.

Logo, pela investigação proposta a partir da enunciação polifônica do discurso acadêmico, concluímos que o princípio dialógico-polifônico bakhtiniano, nessa pesquisa, tem como foco refletir sobre as relações de outricidade no interior do discurso acadêmico, uma vez que considera a multiplicidade de vozes que são constitutivas desse discurso, revelando o sujeito enunciador.

Tendo percorrido sobre a AD e o suporte teórico que respalda essa pesquisa, passamos, a seguir, a tratar das noções de texto e discurso na episteme da Lingüística Textual.

Uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isso constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor.

Foucault (1971/1996, p. 30)



## II A EPISTEME DA LINGÜÍSTICA TEXTUAL

Este capítulo tem como principal objetivo abordar alguns tópicos de fundamentação teórica da Lingüística Textual, visto que essa episteme, nessa dissertação, é abordada enquanto base complementar de análise. Tal fundamentação faz-se necessária, uma vez que o *corpus* de pesquisa constitui-se de resumos inscritos, também, nessa área de conhecimento.

Assim, temos por intento, aqui, explicitar a perspectiva teórica da Lingüística Textual, enfatizando a noção de texto e discurso nessa episteme. Dessa forma, pretendemos observar como o sentido é produzido pelo viés dessa disciplina. Para tanto, procuramos problematizar, a partir dos limites desse campo, as questões sobre o sentido para, no momento de análise, podermos contrapor os conceitos que são abordados pelo sujeito pesquisador inscrito no campo da Lingüística Textual, com os conceitos propostos dessa disciplina na análise dos resumos acadêmicos que compõem o *corpus*.

É relevante salientar, mais uma vez, que o objetivo não é traçar críticas sobre o construto teórico da Lingüística Textual, uma vez que não nos inserimos teoricamente nesse campo de conhecimento. No entanto, objetivamos refletir sobre os conceitos desse campo para colocarmos em contraposição com o que se produz pelos pesquisadores, inscritos na Lingüística Textual, ao utilizarem o termo “discurso” como elemento constituinte da rede conceitual de suas investigações acadêmicas. Assim, torna-se imprescindível tratar as posições teóricas da Lingüística Textual acerca dos conceitos de texto, discurso e sentido para podermos confirmar ou refutar a hipótese de pesquisa.

Para tanto, procuraremos refletir sobre como se apresenta os mecanismos de estruturação e como se dá, nessa perspectiva teórica, a compreensão do conceito de texto. A partir dessa conceituação, a idéia é propor uma relação entre o que se denomina texto com a noção de discurso e, como o sentido é produzido no campo da Lingüística Textual.

Para respaldar este capítulo, propomos três seções de reflexão: na primeira seção, mostraremos as transformações e os deslocamentos dos conceitos da Lingüística Textual no decorrer do tempo; na segunda seção apresentaremos reflexões sobre a noção de texto e a pertinência desse conceito no interior da episteme da Lingüística Textual; por fim, encontra-se a conceptualização de discurso pelo viés teórico da Lingüística Textual, bem como a relevância desse conceito nesse campo.

## 2.1 A LINGÜÍSTICA TEXTUAL E SUAS ÉPOCAS

Propomos, nesse momento, mostrar como os conceitos do campo teórico da Lingüística Textual se deslocam e se transformam no decorrer do tempo. Desse modo, optamos por fazer um percurso de algumas perspectivas da Lingüística Textual, considerando que o *corpus* da pesquisa engloba diferentes momentos teóricos desse campo, podendo abarcar uma ou outra perspectiva proposta pelos estudiosos da disciplina. Assim sendo, focalizamos concepções sobre a noção de texto.

Os estudos que abarcam o escopo teórico da Lingüística Textual como ciência do funcionamento e estrutura de textos, começaram a desenvolver-se na Europa a partir da década de 60, tendo como hipótese de trabalho, desde o primeiro momento, a investigação do texto e não da palavra ou da frase. Segundo Fávero (2004), as causas que desembocaram o desenvolvimento da Lingüística Textual são:

(...) as falhas das gramáticas da frase no tratamento de fenômenos como a referência, a definitização, as relações entre as sentenças não ligadas por conjunções, a ordem das palavras no enunciado, a entonação, a concordância dos tempos verbais, fenômenos estes que só podem ser explicados em termos de texto ou em referencia a um contexto situacional. (FÁVERO, 2004, p.5)

Explicitar, portanto, os fenômenos entre o texto e o enunciado em uma abordagem singularizada pela descontinuidade, reconhecida entre ambos e sob perspectivas e métodos diferenciados apresentados pelas gramáticas da frase, legitimou os estudos da Lingüística Textual.

Nesse sentido, a Lingüística Textual preocupa-se em ir além dos limites da frase, (re)introduzindo o sujeito – aqui compreendido como indivíduo – e a situação de comunicação, como elementos de estudo. Conte (1977) propõe três momentos de constituição da Lingüística Textual: em um primeiro momento, procediam-se análises de regularidades que transcendiam os limites do enunciado, seriam as análises transfrásticas; um segundo momento, caracterizado pelas construções das gramáticas textuais e um terceiro momento posto pela edificação das teorias de texto.

A preocupação no que se pode denominar de primeira fase dos estudos sobre o texto era com o que se tem denominado de análise transfrástica. Segundo Koch (2006) era

aquela que não se restringe aos limites de uma só frase ou período, tal como era praxe fazer-se nas análises de tipo estrutural e ou gerativo. Dessa forma, passou-se a estudar relações sintático - semânticas entre dois ou mais enunciados, como por exemplo: a pronominalização, a co-referência, a seleção dos artigos (definido-indefinidos), a concordância dos tempos verbais, a articulação tema - rema entre enunciados sucessivos, os encadeamentos de enunciados por justaposição, ou seja, sem a presença de conectores, entre vários outros. (KOCH, 2006, p.60)

Assim, o texto era, então, considerado como um conjunto, uma seqüência ou uma combinatória de frases complexas, em que a coerência (que nessa época era denominada cotexto) só poderia ser verificada por meio do uso e das relações de referentes lingüísticos, numa seqüência de segmentos, no interior de um texto.

O estudo das relações dos referentes lingüísticos, nessa época, era um tanto limitado, pois os estudiosos preocupavam-se com os processos correferenciais (anafóricos e catafóricos) que funcionavam entre dois ou mais elementos textuais. Esses processos ultrapassavam os limites da frase e só podiam ser compreendidos no interior do texto. Portanto, a preocupação nessa fase é o que se denominava cotexto, limitando-se a analisar os elementos estritamente lingüísticos no interior de uma manifestação textual.

Nessa primeira fase, um dos mais reconhecidos conceitos de texto era o de Harweg<sup>12</sup> (1968). Segundo esse estudioso, o texto era “uma seqüência pronominal ininterrupta”, cuja característica fundante é o fenômeno do múltiplo referenciamento<sup>13</sup>. Outra noção de texto tomada nesse momento de construção dos estudos do texto é o de Isenberg (1970)<sup>14</sup>. O referido autor afirmava que um texto era uma “seqüência coerente de enunciados”.

Na perspectiva de que o texto era a unidade lingüística superior à sentença/frase, alguns lingüistas, a saber, Lang (1971, 1972), Dressler (1972, 1977), Van Dijk (1972, 1973) e Petöfi (1972, 1973, 1976), de formação gerativista, propuseram construir gramáticas textuais.

Os estudos na época da construção das gramáticas textuais postulavam a existência de uma competência textual quando consideravam que “todo falante de uma língua tem a capacidade de distinguir um texto coerente de um aglomerado incoerente de enunciados, competência que é também especificamente lingüística” (KOCH, 2006, p.27). Esse momento foi marcado pela inscrição de uma perspectiva que propunha descrever a competência textual dos indivíduos idealizados para compreender o sentido dos enunciados.

---

<sup>12</sup> Harweg é citado em Fávero e Koch (1988, p.13).

<sup>13</sup> Segundo Bentes (2005, p.247) “o fenômeno do múltiplo referenciamento diz respeito ao referente textual (aquilo o que se fala)”.

<sup>14</sup> Isenberg é citado em Fávero e Koch (1988, p.13).

De acordo com Bentes (2005, p.249), nesse período, o texto era tomado como uma unidade teórica formalmente construída em oposição ao discurso, que, por sua vez, consistia em uma unidade funcional, comunicativa e intersubjetivamente construída. Portanto, o discurso, enquanto um dispositivo funcional, tinha uma finalidade de comunicação entre interlocutores.

O projeto das gramáticas textuais, principal objetivo nesse período, não contemplou uma base teórica sustentável, por não conseguir um tratamento homogêneo dos fenômenos que eram pesquisados, principalmente sobre as descrições da competência textual.

A competência textual seria, então, a capacidade que todo falante nativo teria em poder reconhecer o que se denomina texto, ou seja, reconhecer quando um conjunto de enunciados fosse um texto ou quando fosse apenas um aglomerado de palavras aleatórias. O falante também possui a capacidade de parafrasear, resumir, propor um título e identificar se um texto está completo ou não, portanto, teria a capacidade de estabelecer relações interfrásticas. Ainda hoje, os estudos propostos no interior dessa disciplina consideram os sujeitos, *a priori*, com capacidades textuais; uma diferença determinante entre a Lingüística do Texto e a Análise do Discurso no que se refere à noção de sujeito<sup>15</sup>.

Sobre a noção de sujeito no interior da Lingüística Textual, tomamos por base os estudos de Charolles (1989), que explica que o falante nativo (sujeito/indivíduo) possui três capacidades textuais básicas:

- i) capacidade formativa: o falante produz e compreende um ilimitado número de textos, bem como pode avaliar sua boa ou má formação;
- ii) capacidade transformativa: o falante reformula, parafraseia e resume textos e também avalia e adequa o texto à sua dada atividade;
- iii) capacidade qualificativa: o falante tipifica o texto, ou seja, reconhece se o texto é um tipo de descrição, narração, argumentação e sabe produzir um texto de um tipo específico.

Assim, segundo Fávero & Koch (1988), se todos os falantes nativos possuem essas capacidades no uso da língua, justifica-se, então, a construção de uma gramática textual, pois se verificaria o que torna um conjunto de enunciados um texto, ou seja, princípios de constituição e delimitação dos textos. Diante disso, a idéia de completude é uma das

---

<sup>15</sup> A noção de sujeito na Análise do Discurso foi discutida numa escansão de inscrição teórico-metodológica no capítulo 1, em especial, no item 1.5.

características essenciais do texto, concebendo-se, portanto, uma diferenciação entre vários tipos de texto.

No entanto, os estudos deslocaram-se da descrição para examinar, pormenorizadamente, a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos em uso.

Concomitantemente a esses estudos, outra corrente teórica, a pragmática, (HABERLAND & MEY<sup>16</sup>,1977), analisa, de um lado, o uso concreto da linguagem a partir de seus usuários na prática lingüística e, por outro lado, estuda as condições que governam essa prática nas pesquisas em Lingüística Textual. Conforme Marcuschi (1983), o que predominava não mais era a gramática de texto e sim a noção de textualidade.

A noção de textualidade, proposta inicialmente por Beaugrande e Dressler (1981), postula sete princípios gerais que fundamentam os estudos feitos atualmente: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, intertextualidade.

Para Beaugrande e Dressler (1981), esses princípios são um “modo múltiplo de conexão ativado toda vez que ocorrem eventos comunicativos”. Vemos que essa proposta traz mudanças nos estudos sobre o texto que deixa de ter um enfoque como produto para ser considerado como um processo. Assim, o propósito deixa de ser uma explicação formal, abstrata da unidade do texto para explicá-lo em seu funcionamento e uso.

Nesse sentido, como afirma Koch (1997) “trata-se de tentar compreender o texto no seu próprio processo de planejamento, verbalização e construção”. Assim, a autora considera a produção textual como uma atividade verbal, pois os indivíduos falantes de uma língua, para produzirem um texto, praticam ações, ou seja, atos de fala; essa produção textual é uma atividade verbal consciente. Dessa forma, o indivíduo falante de uma língua tem intenções e a produção textual passa a ser uma atividade interacional que indica que os interlocutores estão condicionados por distintas e variadas maneiras constitutivas dos processos de construção e compreensão dos textos.

O percurso que traçamos nos permite fazer relações teóricas no momento da análise, uma vez que o percurso de construção do arcabouço teórico da Lingüística Textual aponta elementos essenciais nos estudos atualmente desenvolvidos. Portanto, as explicitações acima arroladas demonstram relevância por exhibir os deslocamentos possíveis e as transformações

---

<sup>16</sup> Haberland & Mey é citado em Pinto (2004)

que os conceitos de texto e discurso sofreram na trajetória de constituição epistemológica da Lingüística Textual.

## **2.2 BALIZANDO TEORICAMENTE AS FRONTEIRAS ENTRE TEXTO E DISCURSO**

### **2.2.1 LINGÜÍSTICA TEXTUAL E TEXTO**

Partimos, então, de uma citação de Marcuschi (1993) em seu livro “Lingüística Textual: o que é e como se faz?” em que ele apresenta não só a definição de texto, como também apresenta os objetivos desenvolvidos no campo teórico da Lingüística Textual:

Proponho que se veja a Lingüística do Texto, mesmo que provisória e genericamente, como o estudo das operações lingüísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais. [...] Em suma, a Lingüística textual trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. (MARCUSCHI, 1993, p.12-13)

Desse modo, observamos que o objetivo desta disciplina é verificar se o texto é constitutivo de uma unidade significativa, caracterizado pelos princípios de textualidade que regulam e controlam todos os mecanismos de estruturação e compreensão de textos. Assim, como propõe Fávero (2004):

O texto consiste, então, em qualquer passagem falada ou escrita que forma um todo significativo independente de sua extensão. Trata-se, pois, de um contínuo comunicativo contextual caracterizado pelos princípios de textualidade: contextualização, coesão, coerência, intencionalidade, informatividade, aceitabilidade, situacionalidade e intertextualidade. (FAVERO, 2004, p.7)

Dessa forma, os princípios de textualidade são os que referendam como o sentido é produzido. Ate-mo-nos a explicitar um breve olhar sobre esses princípios para que se compreenda como o sentido é produzido no escopo dos estudos em Lingüística Textual.

O princípio de contextualização dá-se por meio da leitura que o leitor faz do texto, considerando diferentes conhecimentos que o leitor tenha: conhecimento de mundo,

conhecimento da língua, conhecimento da situação comunicativa. Esses conhecimentos são os aspectos contextuais do leitor que explicitam o sentido do texto.

Os aspectos contextuais do leitor podem ser explicitados por meio do contexto. O contexto é uma das postulações centrais no primado dos estudos em Linguística Textual. Trata-se, pois, de um conjunto de aglomerado de suposições que se constituem pelos saberes dos leitores/interlocutores, balizados para a compreensão de um texto. Assim sendo, o contexto abrange questões sobre o co-texto (entorno verbal), a situação de interação imediata, a situação mediata (entorno sócio-político-cultural) e o contexto cognitivo dos leitores/interlocutores.

O contexto cognitivo engloba as questões subjacentes, pois, é no contexto cognitivo que se encontram todos os tipos de conhecimento que, por sua vez, são armazenados na memória dos indivíduos. Estes conhecimentos são mobilizados por conta do intercâmbio verbal. Conforme explicitam Koch & Elias (2006), são englobados no contexto cognitivo:

- o conhecimento lingüístico propriamente dito;
- o conhecimento enciclopédico, quer declarativo (conhecimento que recebemos pronto, que é introjetado em nossa memória “ por ouvir falar”), quer episódico (frames, scripts)<sup>17</sup>;
- o conhecimento da situação comunicativa e suas regras;
- o conhecimento superestrutural ou tipológicos (gêneros e tipos textuais) ;
- o conhecimento estilístico (registros, variedades de língua e sua adequação às situações comunicativas);
- o conhecimento de outros textos que permeiam nossa cultura (intertextualidade)

Logo, o contexto cognitivo, para esta teoria, explica como os indivíduos se compreendem/interagem mutuamente, ou seja, para que haja uma interação/compreensão entre duas ou mais pessoas, o contexto cognitivo deve ser relativamente semelhante.

Desse modo, os conhecimentos que as pessoas têm quando estão em um processo de interação precisam ser, ao menos um pouco, compartilhados. Segundo Koch & Elias (2006)

---

<sup>17</sup> Os frames, scripts são, segundo Koch (1997), o conhecimento adquirido através da convivência social e armazenado em bloco, sobre as diversas situações e eventos da vida cotidiana.

Ao entrar em uma interação, cada um dos parceiros já traz consigo sua bagagem cognitiva, ou seja, já é, por si mesmo, um contexto. A cada momento da interação, esse contexto é alterado, ampliado, e os parceiros se vêem obrigados a ajustar-se aos novos contextos que se vão originando sucessivamente. (KOCH & ELIAS, 2006, p.61)

Nessa perspectiva, observa-se como se configura a noção de sujeito na episteme da Lingüística Textual. O sujeito é abordado enquanto indivíduo, que na perspectiva da Análise do Discurso Francesa denomina-se sujeito empírico. Assim sendo, o sujeito, pelo viés epistemológico da Lingüística Textual, trata-se de um ser consciente de suas ações e que armazena informações no decorrer do tempo, ou seja, os conhecimentos são armazenados em sua memória.<sup>18</sup>

Nesse sentido, o sujeito/indivíduo, no momento da interação, passa a ser o interlocutor e ou leitor que vai determinar os sentidos de um texto de acordo com os conhecimentos que tenha. Faz-se necessário esclarecer que por o conceito de contexto ser um conceito de reflexões centrais no escopo da teoria do texto, torna-se imprescindível abordá-lo em nossa pesquisa.

Complementando as noções supracitadas, apresentaremos outra definição proposta por Koch (1997) sobre a unidade do texto:

Poder-se-ia, assim, conceituar o texto, como uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenada pelos falantes durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a depreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais. (KOCH, 1997, p.22)

Conforme foi apresentado acima, o texto, na disciplina da Lingüística Textual, pode ser abordado como uma atividade geral de comunicação, ou seja, todas as formas de comunicação entre os sujeitos. Portanto, essa atividade geral de comunicação está integralmente ligada à atividade verbal (atos de fala na perspectiva de Koch,1997) que, aqui, trata-se de um processo consciente, em que o sujeito falante ao produzir um texto tem uma “intenção”. Os sujeitos já são constituídos de elementos e conhecimentos lingüísticos e de fatores pragmáticos e interacionais (contexto cognitivo).

---

<sup>18</sup> Memória, aqui, enquanto faculdade dos indivíduos de lembrar e conservar fatos de consciência passados e tudo que se associe aos mesmos.

Queremos sublinhar que essa intenção do sujeito, na Lingüística Textual, se explica pelo modo como se toma o conceito de sujeito. Diante dessa perspectiva, em que o sujeito é consciente, então, ao entrar em uma atividade comunicativa, esse sujeito sabe “pra quem se fala” e “o que se fala”. Desse modo, a intenção se dá pela atitude, ou seja, pelo ato consciente do sujeito que dá sentido ao que se vai pronunciar, dito de outro modo, aquilo que se pretende fazer entender, de acordo com o propósito que esse sujeito tenha no momento de interlocução.

Nesse sentido, podemos conferir que na perspectiva teórica da Lingüística Textual, tem-se uma conceptualização de sujeito selecionador, consciente e ordenador de elementos lingüísticos e que a interação com os interlocutores sempre será determinante para o processo de produção textual. Nessa conjuntura da noção de sujeito que se pode verificar o princípio da intencionalidade.

O princípio da intencionalidade, como explicitado acima, está diretamente ligado à intenção ou às intenções do produtor textual no momento da formulação de um texto. Para Beaugrande & Dressler (1981, p.7) a “intencionalidade leva em consideração a atitude do produtor do texto em que o grupo de ocorrências deve se constituir em um texto coesivo e coerente que possa preencher as intenções do produtor, isto é, atribuir conhecimentos ou um outro objetivo específico”.

Ainda sobre esse princípio, Koch (2000, p.79) assevera que “a intencionalidade refere-se ao modo como os emissores usam textos para perseguir e realizar suas intenções, produzindo, para tanto, textos adequados à obtenção dos efeitos desejados.” Desse modo, podemos apreender que o indivíduo, ao emitir ou formular um texto, terá que ser capaz de estruturar o texto de forma coerente para que o receptor desse texto possa compreender a formulação proposta do emissor. Conforme escreve Koch (2000, p.80) o princípio da intencionalidade é marcado pela “argumentatividade”.

Assim sendo, notamos que o texto, na perspectiva teórica da Lingüística Textual, apresenta a intenção do indivíduo em recriar, pelo próprio texto, o que este compreende do mundo. Dessa forma, nessa episteme, as convicções, os propósitos, as crenças e as ideologias são apresentadas pelo indivíduo emissor no texto. Essas explicitações recaem sobre a concepção de que não existem textos neutros. Entretanto, como o indivíduo emissor, aqui, é de certa forma livre, pode escolher por tecer textos que não são coerentes, visando, intencionalmente, produzir sentidos outros.

Quanto ao princípio da aceitabilidade, diz respeito ao receptor do texto, seria o outro do princípio de intencionalidade, ou seja, para quem se escreve. Conforme postulam Beaugrande & Dressler (1981, p.7) o princípio da aceitabilidade

(...) considera a atitude do receptor do texto em relação ao conjunto de ocorrências que devem constituir um texto coesivo e coerente com certo uso ou relevância para o receptor, isto é, para adquirir conhecimento ou cooperar com os objetivos do produtor. BEAUGRANDE & DRESSLER (1981, p.7)

Para Koch e Travaglia (1989, p.79) “a aceitabilidade diz respeito à atitude dos receptores ‘de aceitarem a manifestação lingüística’ como um texto coesivo e coerente, que tenha para eles alguma utilidade ou relevância”.

Diante dessas asseverações sobre o princípio da aceitabilidade, observamos que esse princípio depende de quem lê o texto, ou seja, do receptor. Essa aceitação e compreensão do texto por parte do receptor dependem das informações veiculadas no texto e dos conhecimentos que o sujeito tenha. Assim sendo, para aceitar e compreender o texto, isto é, para que haja a interlocução, conforme refletimos no início dessa seção, deve-se considerar o contexto cognitivo do sujeito como receptor.

Outro princípio que compõe a textualidade, assim como aponta Beaugrande & Dressler (1981), é o princípio da situacionalidade. Esses autores escrevem que “situacionalidade é uma designação geral para os fatores os quais estão a serviço de um dado texto em situação atual de ocorrência” (*op.cit.*, p.163). Nesse sentido, segundo os referidos autores, não se pode apreender apenas pelas reações dos receptores em um ato comunicacional, deve-se verificar as informações evidenciadas pela situação comunicativa. A informação apreendida, no momento da interlocução, é uma perspectiva outra, trata-se das intenções do produtor/emissor do texto.

Diante disso, temos uma relação entre o texto e a situação, estabelecida concomitantemente da situação para o texto e do texto para situação. Para Koch & Travaglia, (1989), isso significa que

(...) se, por um lado, a situação comunicativa interfere na maneira como o texto é construído, o texto por sua vez, tem reflexos sobre a situação, já que esta é introduzida no texto via mediação. A mediação é aqui entendida como a extensão em que as pessoas introduzem, em seu modelo da situação comunicativa (do mundo real), suas crenças, convicções, objetivos, perspectivas. (KOCH & TRAVAGLIA, 1989, p.78)

Já o princípio da intertextualidade se configura por um princípio que condiciona a produção e compreensão de sentido em um texto. Segundo Koch & Elias (2006), “a intertextualidade se faz presente em todo e qualquer texto, como componente decisivo de suas

condições de produção. Isto é, ela é condição mesma da existência de textos, já que há sempre um já-dito, prévio a todo o dizer.”

Podemos observar, por meio desse princípio, que o sentido do texto só se dá quando existe o conhecimento prévio por parte dos interlocutores, e que estes tenham conhecimentos prévios também a respeito de outros textos que se relacionem com o texto apreendido. Dessa maneira, observamos que o sentido não emerge de um texto. Na verdade, ele é dado, articulado pelas relações que os sujeitos leitores e/ou interlocutores têm de criar ao explorar o texto. Ou seja, o texto só fará sentido se o sujeito leitor/ interlocutores tiver um conhecimento prévio de determinado assunto.

Nesse sentido, o princípio da intertextualidade objetiva-se em manipular o sentido, uma vez que ele é posto na produção textual. Adicionam-se elementos lingüísticos de outros textos que permitem realizar uma intenção, materializando uma crítica, um conhecimento de mundo, uma informatividade, etc.

No princípio de intertextualidade encontramos em sua definição outro termo coincidente com um conceito de investigação na ADF, condições de produção. Na perspectiva da Lingüística Textual, as condições de produção consiste em identificar em um texto a inserção de outros textos anteriormente produzidos, e estes, por sua vez, são textos que fazem parte da memória social de uma coletividade. A constatação de inserção de um outro texto denomina-se de intertexto. Assim sendo, as condições de produção, na Lingüística Textual, se concebe enquanto um dispositivo de investigação de intertextos em um texto produzido. Isto é, investigação de formas e conteúdos explicitados no texto.

No que se refere aos princípios de coesão e coerência, estes podem ser explicitados por alguns pesquisadores da Lingüística do Texto como princípios equivalentes, ou que coexistam pela relação que se mantêm um com o outro. Porém, iremos abordar esses princípios como distintos numa perspectiva adotada por autores contemporâneos e da forma como são adotados nos estudos sobre o texto no Brasil.

Para Koch (2004),

A coesão não constitui condição necessária nem suficiente para que um texto seja um texto, não é menos verdade, também, que o uso de elementos coesivos dá ao texto maior legibilidade, explicitando os tipos de relações estabelecidas entre os elementos lingüísticos que o compõem. Assim, em muitos tipos de textos – científicos, didáticos, expositivos, opinativos, por exemplo – a coesão é altamente desejável, como mecanismo de manifestação superficial de coerência. (KOCH, 2004. p.18)

Sob essa perspectiva, a coesão corresponde às operações lingüísticas propriamente ditas a fim de formular seqüências que integrem o sentido. Essas operações lingüísticas foram denominadas de mecanismos de coesão, porque integram a função dos elementos lingüísticos no processo de construção da textualidade. Podemos demonstrar, pelo princípio de coesão, como se constrói a textualidade para que se chegue ao sentido. Por isso, a pertinência em trazer reflexões sobre esse princípio.

Koch (2004, p.27) propõe que “se considere a existência de duas grandes modalidades de coesão: a coesão remissiva ou referencial (referenciação, remissão) e coesão seqüencial (seqüenciação)”. A coesão referencial é “aquela em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) nela presentes ou inferíveis a partir do universo textual” (KOCH, 2004. p.31).

Portanto, podemos apreender que a coesão por remissão ocorre no texto por meio da referenciação anafórica (faz remissão à informação que o procede no texto) ou catafórica (remete à informação subsequente). Essas remissões formulam cadeias coesivas mais ou menos longas, constituídas de elementos que retomam referentes principais ou temáticos e estão presentes, geralmente, no texto inteiro. Conforme escreve Koch (2004, p.34), “as principais formas remissivas ou referenciais em português são de ordem gramatical ou lexical”.

As formas remissivas gramaticais no português podem ser examinadas por meio de concordância de gênero e número, artigos, pronomes, advérbios pronominais. As formas remissivas lexicais seriam os grupos nominais definidos, instruções de concordância, instruções de sentido, isto é, tem em sua constituição um significado extensional, ou seja, “fazem referência a algo no mundo extralingüístico” (*op.cit.* p.35).

Já a coesão seqüencial, segundo Koch (2004, p.53), trata sobre “procedimentos lingüísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e seqüências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas, à medida que se faz o texto progredir”.

Desse modo, compreendemos que os mecanismos de coesão funcionam, na Lingüística Textual, por convenções de funções específicas dos elementos lingüísticos que efetivam o encadeamento e entrecruzamento desses elementos para que o leitor possa compreender os sentidos e, conseqüentemente, interpretar textos. Explicitamos, a seguir, conceptualizações da noção de coesão propostas por alguns estudiosos da teoria do texto.

Halliday e Hasan (1976)<sup>19</sup> asseveram que a coesão encontra-se relacionada com o aspecto semântico do texto. Trata-se de relações de significado presentes no texto, responsáveis por fazer do texto um texto e não um amontoado de frases isoladas. Isso implica dizer que os elementos lingüísticos são constituídos pela constante relação de dependência que mantêm um em relação aos outros. Para os referidos autores, há dois tipos de coesão: a gramatical (gramática) e a lexical (vocabulário). Nessa proposta teórica, podemos depreender uma espécie de duplicidade para um texto tornar-se coeso: i) o fator coesão, num texto, expresso em parte pelos aspectos gramaticais; ii) em outra, pelos valores semânticos imbricados no vocabulário.

Nessa perspectiva, a relação semântica entre um elemento lingüístico e outro é fundamental para que o sentido seja estabelecido (ou mantido) no texto. Desse modo, o sentido, primeiro, vai depender do modo como se organiza os elementos lingüísticos que figuram no texto em seus aspectos formais, e segundo, o sentido remete aos aspectos semânticos, configurando o fator de coesão textual.

Para Beaugrande & Dressler (1981), a estabilidade do texto como sistema se mantém por meio da continuidade de ocorrências. Sendo assim, a coesão é o fator responsável por estabelecer a relação dos constituintes ou elementos lingüísticos na superfície do texto e são revelados por sua organização sintática.

Para Widdowson (1978), a coesão está relacionada à forma de combinação realizada entre as frases ou parte das frases. Tal combinação assegura o desenvolvimento proposicional de um texto. Segundo esse autor, as frases não poderiam expressar o sentido por si só, ou seja, independentes. No entanto, são passíveis de sentido quando relacionadas às proposições manifestadas pelas outras frases, no interior de um mesmo texto. Concluimos assim, sob essa perspectiva, para que um texto seja coeso, e então, fazer sentido, é preciso por parte do leitor/interlocutor reconhecer o significado apropriado estabelecido pelas ligações entre as frases em um texto.

Para Charolles (1989, p.49) não há textos incoerentes. De acordo com este pesquisador, os elementos da superfície textual, organizados sintaticamente, estão relacionados à coesão. A partir das propostas conceituais de coesão e conexão de Charolles (*op.cit.*), Koch e Travaglia apresentam uma definição de coesão:

---

<sup>19</sup> As definições de coesão e coerência propostas por Halliday e Hasan (1976), Widdowson (1978), Beaugrande e Dressler (1981) e Charolles foram extraídas de Koch e Travaglia, (1989, p.14 -23).

A coesão se refere às relações de identidade, de inclusão ou de associação entre constituintes de enunciados, que são as relações entre elementos do texto que podem ser resolvidas em termos de igualdade ou diferença: pronomes, SNs, descrições definidas e demonstrativas, possessivos, etc. A conexão marca as relações entre os conteúdos proposicionais e/ou atos de fala; é a marcação entre enunciados (KOCH & TRAVAGLIA, 1989, p.22)

Com base nas definições teóricas apresentadas, sobre a noção de coesão, concluímos que a coesão funciona como um fio condutor para que se estabeleça o sentido em um texto. Por ser um fator essencialmente interno ao texto, para apreender o sentido é preciso examinar a estrutura e o funcionamento lingüístico. Assim, para que se tenha uma estrutura e um funcionamento do texto, os produtores textuais devem obedecer a regras postas pelas gramáticas e as ditas normas padrão da língua, e assim, configurar um texto coeso.

O último princípio, que tratamos, é um princípio sempre inferido nas pesquisas desenvolvidas sob o amparo teórico da Lingüística Textual, tal seja, o princípio da coerência. O estudo desse princípio também é relevante em nossa pesquisa, visto que este trata os aspectos textuais por meio de elementos, que pela Lingüística Textual, denominam-se exteriores ao texto. Isso explica o motivo pelo qual o princípio da coerência, como pontuado anteriormente, não deva ser confundido com o princípio de coesão, já que consideramos, este último, o estudo dos elementos lingüísticos internos do texto.

Para os estudiosos do campo textual, o princípio de coerência não se situa no texto, “mas constrói-se a partir dele, em dada situação comunicativa, com base em uma série de fatores de ordem semântica, cognitiva, pragmática e interacional”. (KOCH & ELIAS, 2006, p. 186). Segundo Koch & Travaglia (2005), a coerência depende do estabelecimento de vários fatores, a saber:

- de elementos lingüísticos (seu conhecimento e uso), bem como o contexto lingüístico;
- o conhecimento de mundo;
- fatores pragmáticos e interacionais, tais como o contexto situacional, os interlocutores em si, suas crenças e intenções comunicativas, a função comunicativa do texto. (KOCH & TRAVAGLIA, 1989, p.47-48)

Podemos dizer que o princípio de coerência se estabelece pela relação entre os princípios anteriormente explicitados. Essa multiplicidade relacional, no que concerne à coerência, proporcionou a ela ser abordada como um princípio de interpretabilidade do texto. Logo, “tudo que afeta, auxilia, possibilita, dificulta e ou impede essa interpretação do texto

tem a ver com o estabelecimento da coerência”. (KOCH & TRAVAGLIA, 1989, p. 47). Observamos essa multiplicidade relacional pelas propostas conceituais de coerência de alguns estudiosos do texto.

Para Halliday e Hasan (1976), a coerência configura-se pelos aspectos exteriores ao texto, por relacionar os contextos situacionais, ou seja, está relacionada com o princípio de situacionalidade. Isso envolve fatores interpessoais e as formas de influência recebida pelo sujeito em uma dada situação de comunicação. Assim sendo, o contexto situacional em que o sujeito falante está inserido é determinadamente significativo para a construção da coerência textual.

Já para os estudiosos Beaugrande & Dressler (1981), a coerência não se concerne apenas pelas características dos elementos lingüísticos do texto, mas também pelo resultado dos processos cognitivos que ocorrem entre os usuários do texto, que agem por estabelecer relações entre os conceitos utilizados. Nessa perspectiva, tem o estabelecimento da coerência por meio do contexto cognitivo, apreendendo, assim, o princípio da intencionalidade.

Widdowson (1978) entende que a coerência se estabeleça pela relação entre os atos de fala realizados pelas proposições, portanto, se tem uma relação de dependência com o contexto, salienta-se na visão desse autor, uma dimensão pragmática da coerência.

Sob o ponto de proposição de Charolles (1989, p.46) “coerência e linearidade textual estão relacionadas, ou seja, não se pode refletir sobre a coerência de um texto sem levar em conta a ordem de aparição dos segmentos que o constituem”.

Para esse autor, identificar a qualidade para que se assevere que um texto seja coerente, depende da capacidade dos sujeitos falantes de perceber os sentidos em um texto dado. Lembrando que o sujeito, na perspectiva teórica da Lingüística Textual, já possui capacidades textuais básicas, por isso sabe identificar o que é um texto e os conhecimentos adquiridos. Assim, a qualidade do texto depende de como o sujeito consegue interpretá-lo, por suas capacidades, que já são constitutivas e os conhecimentos de língua, de mundo, de texto e de situação comunicativa.

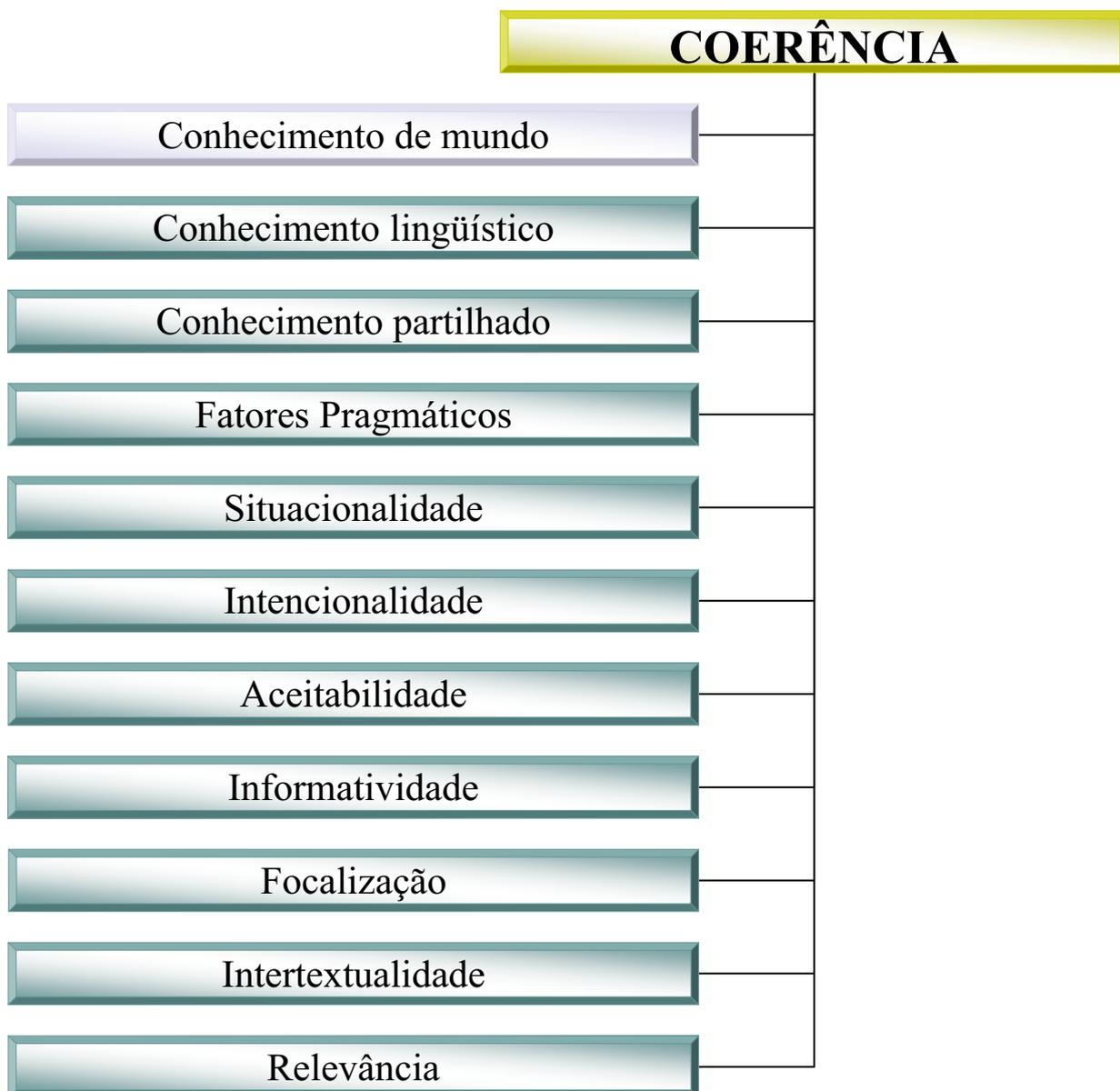
Diante dessa proposição de Charolles (1989), Koch & Elias (2006) argumentam-na: “sempre que se faz necessário um cálculo do sentido, com elementos contextuais – em particular os de ordem cognitiva e interacional –, já estamos entrando no domínio da coerência” (KOCH & ELIAS, 2006, p.191). Nesse sentido, para que se construa um texto coerente é preciso haver uma interação entre autor-texto-leitor, que é regida pelo princípio da cooperação.

O princípio da cooperação foi proposto por Grice (1975). Trata-se de um princípio conversacional, estabelecido pelos estudos da pragmática, sendo esse princípio o postulado primeiro que rege a comunicação humana que recorrem às máximas:

- Máxima da quantidade – que o sujeito tenha que levar as informações necessárias para o propósito da conversação;
- Máxima da qualidade – que o sujeito diga somente o que for necessário, que forneça as informações adequadamente à sua proposição;
- Máxima da relevância – o que o sujeito diz tem que ser relevante, portanto, pertinente;
- Máxima do modo – que o sujeito seja claro ao falar.

Charolles (*apud* KOCH & TRAVAGLIA, 1989, p.49) apresenta o princípio da cooperação como sendo o básico para o processo de interpretação que concerne à coerência. Para este autor “os usuários sempre assumem mutuamente como cooperativos e, portanto, crêem que a seqüência lingüística a ser interpretada foi produzida para ser um texto coerente, quer os sinais de coerência se manifestam diretamente na superfície lingüística ou não”. Logo, a coerência só é estabelecida pela propensão do sujeito interpretador em encontrar um sentido para o texto, por isso, para Charolles, não existe textos incoerentes em si. Vemos por esta proposição que os princípios de intencionalidade, aceitabilidade e o contexto cognitivo e situacional são constitutivos do processo de estabelecimento da coerência do texto.

Conforme observamos, o princípio da coerência só se estabelece devido a esse entrelaçamento das multiplicidades de princípios e fatores de ordem lingüística, semântica, cognitiva, pragmática e interacional. Para que haja uma melhor visualização do princípio da coerência, produzimos abaixo o diagrama dos princípios e fatores que dizem respeito à coerência de um texto.



Diante das explicitações teóricas arroladas, podemos apreender que o texto configura-se em atividade verbal e consciente, e, que, para sua realização, depende de certas regras. Essas regras são configuradas por uma escolha<sup>20</sup> de meios adequados de ordem lingüística e cognitiva, e que estão inseridas num contexto. O objetivo passa a ser a interação entre parceiros, sendo regida por práticas socioculturais. Tem-se, do texto, um “resultado parcial”, pois a completude depende do entendimento que o receptor do texto venha a fazer.

O resultado parcial refere-se ao sentido do texto, uma vez que só se analisa o lado em que este pode ser apreensível. Portanto, o sentido, na perspectiva da Lingüística Textual, dá-se pelo exame dos fatores coesivos e pela relação que o sujeito leitor/interlocutor constrói no por

<sup>20</sup> Escolha no sentido de que o sujeito é consciente e sabe escolher.

meio do texto. Esse sujeito leitor/interlocutor só compreenderá o texto se houver uma interação entre texto/usuário, caso não haja uma interação texto/usuário, o texto não será compreendido.

Refletidas a conceituação de texto e as possíveis condições que o sentido é produzido no escopo epistemológico da Lingüística Textual, abordaremos a partir de agora, algumas perspectivas sobre a noção de discurso propostas pelos estudos em Lingüística Textual.

## 2.2.2 LINGÜÍSTICA TEXTUAL E DISCURSO

No escopo teórico da Lingüística Textual parece haver uma confusão quando se abarca os termos texto e discurso. Encontramos, pois, esses termos empregados às vezes como sinônimos, outras vezes usados para designar fatores diferenciados. A respeito dessa confusão conceitual, Koch (2002) conclui que

(...) o termo texto pode ser tomado em duas acepções: texto, em um sentido *lato*, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano (...), isto é, qualquer tipo de comunicação realizado através de um sistema de signos. Em se tratando de linguagem verbal, temos o discurso, atividade comunicativa de um falante, numa situação de comunicação dada. (KOCH, 2002, p.25)

Nesse sentido, texto pode ser compreendido como uma macro-estrutura de unidade significativa de sentido numa conjuntura comunicativa contextual. Essa conjuntura comunicativa contextual traduz-se em qualquer passagem falada, pintada, escrita, que forma uma espécie de conjunto de um todo significativo.

Quanto ao discurso, na perspectiva da Lingüística Textual, tem-se como uma instância de linearidade, por ser verbalizada e que “implica considerar fatores externos à língua, alguma coisa do seu exterior, para entender o que nela é dito, que por si só seria insuficiente” (KOCH, 2006). Assim sendo, o discurso seria toda atividade comunicativa do sujeito, uma micro-estrutura, que se configura por meio de textos verbais ou não verbais. Caracteriza-se por ser apreendido como a atividade comunicativa de um falante, em uma dada situação de comunicação. No discurso, aqui, estão englobados o conjunto de enunciados que são produzidos pelo locutor e no caso de um diálogo, também por seu interlocutor e o evento de sua enunciação, ou seja, os dizeres. Esse discurso, materializa-se linguisticamente, isto é, por meio de textos (em um sentido estrito), conforme explicita Koch (2002) o texto no sentido

estrito trata-se, pois, “de uma unidade de sentido, de um continuo comunicativo contextual que se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela *tessitura* do texto – os critérios ou padrões de textualidade, entre os quais merecem destaque especial a coesão e a coerência.”

Apresentaremos as postulações de texto e discurso sob a visão de dois estudiosos da Lingüística Textual no Brasil: Luiz Carlos Travaglia e Luiz Antonio Marcuschi. A escolha desses estudiosos justifica-se pela evocação constante desses teóricos nos resumos tomados como *corpus* para a pesquisa.

Marcuschi postula o texto como “uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum Gênero Textual” (MARCUSCHI, 2002, p. 24), portanto, os textos são duplamente determinados: pelas formas de linguagem verbal e não-verbal e pelas formas, significados e construções de um gênero específico.

Sobre a noção de discurso, o autor discute que “é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva e que o discurso se realiza nos textos” (*op.cit.*, p. 24). Nessa perspectiva, o discurso é formado nas estruturas e nos processos sociais.

Já Travaglia (2003) aborda o discurso como a própria atividade comunicativa, a própria atividade produtora de sentidos para a interação comunicativa, regulada por uma exterioridade sócio-histórico-ideológica. O texto, segundo o autor, é o resultado dessa atividade comunicativa. Segundo Travaglia (2003, p.4), o texto é visto “como uma unidade lingüística concreta que é tomada pelos usuários da língua em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente de sua extensão”.

Travaglia propõe essa distinção entre texto e discurso, considerando sua preocupação com a tipologia de textos e não com os discursos. Travaglia (2003) propõe um estudo sobre os elementos tipológicos fundamentais que entrariam na composição da maioria dos textos existentes em nossa cultura/sociedade, sendo estes diferenciados por três elementos tipológicos: tipos, gêneros e espécies.

Para se chegar a uma teoria tipológica geral, o autor salienta a relevância em distinguir texto e discurso, pois quando falamos em tipologia podemos nos referir a tipos de texto e a tipos de discurso. Trata-se de categorias distintas, sendo o discurso caracterizado como atividade comunicativa constituída sócio-histórico-ideológica, e o texto como a materialidade desta atividade. Travaglia (2003, p.4) assevera que texto pode ser definido como “uma unidade lingüística concreta (perceptível por um dos sentidos: para língua geralmente a

audição e a visão)”. Desta forma, uma tipologia de textos estaria ligada diretamente a elementos internos do texto.

Os elementos tipológicos ou tipelementos, que margeiam a discussão sobre uma tipologia geral de texto, e são identificados pelos termos tipo, gênero e espécie.

De acordo com Swales (1990), Adam (1990) e Bronckart (1999), citados por Travaglia (*op. cit.*), os tipos textuais abrangem as categorias narração, argumentação, exposição, descrição e injunção. Para Travaglia (2000) o Tipo, primeiro tipelemento, instaura um modo de interação e interlocução, sendo as perspectivas de suma importância, já que estas variam, constituindo assim, critérios para tipologias diferentes.

Travaglia (2003, p.5-6) cita algumas perspectivas sobre os tipelementos:

1. “a perspectiva do produtor do texto em relação ao objeto do dizer quanto o fazer acontecer ou conhecer/saber e quanto a inserção destes no tempo e/ou espaço”, esta perspectiva remete a tipos definidos como narração, dissertação, descrição e injunção;
2. “a perspectiva do produtor do texto dada pela imagem que o mesmo faz do receptor como alguém que concorda ou não com o que ele diz”; temos nesse ponto o discurso da transformação (é relevante destacar que discurso para este autor se configura como atividade comunicativa, no caso de discurso da transformação é possível que exista uma equivalência com o termo persuasão), isto é, quando alguém não concorda com o produtor, este deve criar um texto argumentativo com o propósito de convencer o interlocutor de suas idéias;
3. “o produtor do texto faz uma antecipação no dizer ou não faz antecipação” nessa perspectiva, nota-se os textos preditivos (antecipação) e os textos não-preditivos (sem antecipação).

De acordo com Weinrich (1968), citado por Travaglia (2003), os textos do mundo narrado ou textos do mundo comentado encaixam-se na perspectiva da atitude do comprometimento (mundo narrado) ou do não comprometimento (mundo comentado).

Os tipos de textos realizam-se por meio de gêneros, portanto, os tipos de discurso também se definem pelos gêneros. Assim, o autor define gênero, o segundo tipelemento, como aquele que apresenta um papel social, ou seja, tem uma função específica na sociedade, portanto, podemos estabelecer que textos como correspondência, notícia ou reportagem, entre outros, apresentam função social, sendo classificados como gêneros.

Segundo Swales (1990), os gêneros são caracterizados como uma classe de eventos comunicativos com um conjunto de propósitos comunicativos que são identificados e reconhecidos pelos membros da comunidade discursiva a que pertence, constituindo um fundamento lógico para o gênero. Essa questão permite moldar a estrutura esquemática do discurso (abordado como atividade comunicativa), influenciando e restringindo a escolha do conteúdo.

A Espécie, o terceiro tipelemento, configura-se nos aspectos formais de estrutura e de conteúdo. Não é independente, ou seja, tem participação na composição de um texto de tipo ou de gênero. Travaglia (2003) cita alguns exemplos, como: as espécies história e não-história; os romances históricos, psicológicos, regionalistas, indianistas, etc; a carta, memorando, etc.; entre outros. É evidente que há uma inter-relação entre os três tipelementos e não apenas uma hierarquia, pois, algumas espécies se relacionam com o tipo e o gênero; alguns gêneros relacionam-se aos tipos, outros não.

Podemos citar como exemplo o gênero correspondência: as cartas não são sempre do mesmo tipo. Portanto, se não houvesse uma consideração aos tipelementos tipo, gênero e espécie, as explicações acerca dos elementos tipológicos apresentariam problemas em suas formulações. Logo, são elementos tipológicos distintos, com tipologias também distintas, mas que relacionam em um mesmo texto.

Desse modo, percebemos pela proposta de Travaglia, que dependendo do tipo de texto tem-se o tipo de discurso. Discurso, aqui, equivale a toda e qualquer atividade comunicativa. Pela proposta desse autor, notamos como o produtor de um texto, dependendo do tipo, deve se comportar. Nesse sentido, podemos observar como se comporta o sujeito enunciador, como produtor de um tipo específico de texto. No caso da pesquisa, temos o sujeito acadêmico inscrito na Lingüística Textual na condição de produtor de um texto, aqui, produtor de um resumo acadêmico.

Para finalizarmos este capítulo, construímos um quadro com as características de texto e discurso, segundo a perspectiva da Lingüística Textual. Procuramos instaurar noções que são básicas e que, de certa forma, funcionam como um ‘consenso’ entre os pesquisadores desse campo. São elas:

TEXTO	DISCURSO
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discurso;</li> <li>• Qualquer passagem falada ou escrita perceptível pela visão e audição, ou seja, toda atividade comunicativa;</li> <li>• Não possui extensão delimitada;</li> <li>• Constitui um todo significativo;</li> <li>• Tem seus elementos constituintes relacionados, e estes são responsáveis pela unidade de sentido, destacando os princípios de coesão e coerência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Texto;</li> <li>• Qualquer passagem falada, ou seja, atividade comunicativa;</li> </ul> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fala</li> <li>2. Dizeres</li> <li>3. Argumentação</li> <li>4. Diálogo</li> <li>5. Gestos</li> </ol> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem sua materialidade nos textos.</li> </ul>

Dessa forma, podemos concluir que, na perspectiva da Lingüística Textual, tratar texto por discurso ou discurso por texto, não se traduz em uma característica de significação relevante, pois esses termos podem ser tomados por sinônimos de significação.

Sendo a significação do termo discurso nosso foco de pesquisa, as reflexões apresentadas nos permitirão identificar as possíveis significações desse termo nos resumos inscritos na Lingüística Textual.

Para facilitar a compreensão das relações terminológicas das duas áreas, propomos, logo em seguida, um quadro com termos coincidentes que se apresentam na Lingüística Textual e na Análise do Discurso. Nosso objetivo é apresentar algumas acepções desses termos que encontramos no percurso teórico-metodológico que traçamos no capítulo 1 e no capítulo 2:

TERMO	ACEPÇÃO NA LINGUÍSTICA TEXTUAL	ACEPÇÃO NA ANÁLISE DO DISCURSO
<p style="text-align: center;"><b>TEXTO</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É o objeto de estudo dessa episteme;</li> <li>• Conjunto de enunciados que apresentam coesão e coerência;</li> <li>• Há vários tipos de texto;</li> <li>• Propõe um exame sobre a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos em uso;</li> <li>• Atividade verbal consciente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Materialidade lingüística;</li> <li>• Superfície enunciativa;</li> <li>• Superfície lingüística, entendida no sentido de seqüência oral ou escrita de dimensão variável</li> <li>• Objeto empírico afetado pelos esquecimentos 1 e 2, na medida mesmo em que é o lugar de realização, sob a forma coerente e subjetivamente vivida como necessária, de uma dupla ilusão. (Pêcheux; Fuchs, 1990, p.180)</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>DISCURSO</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Unidade funcional, comunicativa e intersubjetivamente construída;</li> <li>• Pode ser texto, quando se transcreve a fala de alguém;</li> <li>• Atividade comunicacional entre interlocutores;</li> <li>• Ato de fala de determinado indivíduo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efeito de sentido entre interlocutores;</li> <li>• Discurso não é fala;</li> <li>• Discurso não é mensagem; portanto, não funciona como atividade comunicacional entre interlocutores;</li> <li>• Discurso não tem existência material.</li> </ul>

<p style="text-align: center;"><b>SUJEITO</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indivíduo;</li> <li>• Possui capacidades de reconhecer; transformar, qualificar um texto;</li> <li>• são conscientes de suas atividades verbais, uma vez que tem uma intenção perante ao interlocutor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não é de ordem individual; uma vez que os indivíduos são interpelados pela ideologia e configuram-se sujeitos;</li> <li>• É heterogêneo, clivado, dividido;</li> <li>• É inconsciente.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>LINGUAGEM</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquilo que é produzido pelos sujeitos falantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Forma material de expressão dos lugares ocupados pelos sujeitos, portanto, o discurso a utiliza para ter existência material do sentido das palavras e dos enunciados; não é posta ou concreta. O sentido é adquirido sempre em relação ao sujeito e pelas condições sócio-histórico-ideológicas que o constitui.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>SENTIDO</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É apreensível, determinado pelas instâncias lingüísticas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não é apreensível, pode se fazer vários sentidos; depende de uma conjuntura de fatores: sujeito, lugar e momento histórico.</li> </ul>

<p><b>FATOR SOCIAL</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É observado por meio das variações lingüísticas em uma comunidade, e as diferenças lingüísticas são identificadas de acordo com a estrutura social desta mesma sociedade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É constitutivo das descrições dos processos lingüísticos, portanto, integra uma teoria geral das sociedades.</li> </ul>
<p><b>ENUNCIÇÃO</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trata-se de uma seqüência coerente de enunciados, portanto, de ordem material;</li> <li>• Pode ser também linguagem em movimento, ou seja, dizeres.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trata-se de um efeito;</li> <li>• Configura-se pelos processos de articulação (condições de interpelação) e do pré-construído (já-dito) determinada na estrutura do interdiscurso.</li> </ul>

Apresentadas as noções de texto e discurso na perspectiva da Linguística Textual, passamos, no capítulo seguinte, a discorrer sobre a metodologia da pesquisa.



O interesse desse heterogêneo discursivo, feito de cacos e fragmentos, é que ele permite recuperar as condições concretas da existência das contradições através das quais a história se produz, sob a repetição das memórias “estratégicas”. Essa recuperação implica também construir os meios da análise lingüística e discursiva e supõe uma reflexão sobre aquilo que trabalha a gramática, na borda discursiva da língua. Não se trata, portanto, de reinventar o mito anti-lingüístico da palavra livre, bela selvagem que escapa às “regras”.

Michel Pêcheux (*O estranho espelho da Análise do Discurso*)



### III A PALAVRA DISCURSO E AS RELAÇÕES DE EQUIVOCIDADE EPISTEMOLÓGICA

#### 3.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O *CORPUS* DA PESQUISA

O *corpus* da pesquisa é constituído por resumos publicados nos cadernos de resumos do SILEL – Simpósio de Letras e Lingüística. Como foco de investigação, extraímos dos resumos as diversas configurações da palavra discurso nos trabalhos sobre os estudos do texto e do discurso.

Na escolha dos resumos, consideramos os seguintes critérios:

- i) A questão da vinculação do trabalho na área da Lingüística Textual ou na Análise do Discurso, uma vez que os resumos são publicados nas áreas específicas de pesquisa;
- ii) A apresentação da palavra discurso no conteúdo do resumo.

Para analisar o *corpus* optamos por recortá-lo a partir dos resumos publicados nas três últimas edições do Simpósio de Letras e Lingüística (SILEL). Escolhemos o SILEL por configurar um evento acadêmico-científico promovido pelo Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia e, principalmente, pela facilidade ao acesso aos cadernos de resumos que formam o *corpus* de pesquisa. O evento tem como objetivo propiciar divulgações científicas e técnicas, o intercâmbio entre pesquisadores, bem como o aperfeiçoamento de profissionais ligados à área de estudos da linguagem: o SILEL caracteriza-se por contemplar às diversas áreas da Lingüística, sendo um evento que possui representatividade nacional e internacional.

Como toda organização de evento acadêmico-científico, são estipuladas aos participantes normas que devem ser seguidas para a aceitação do trabalho e publicação nos anais. Assim, os pesquisadores devem orientar sua escrita considerando o padrão de construção de resumo do evento, a partir do número de palavras, objetivo e uma pequena contextualização sobre o arcabouço teórico desenvolvido na pesquisa.

Logo, os resumos forneceram-nos indícios de como os pesquisadores tomam em suas pesquisas o termo “discurso”. Para tanto, lançaremos mão da noção de sujeito discursivo, da voz acadêmica que emerge nos resumos, relacionando-os com o lugar teórico.

### 3.2 METODOLOGIA DE ANÁLISE DO *CORPUS*

O desenvolvimento dessa dissertação parte da hipótese que há uma relação de equívocidade epistemológica que provoca deslocamentos nas significações da palavra discurso, quando utilizada em diferentes propostas de trabalhos acadêmicos na área da linguagem. Chegamos a essa relação de equívocidade por considerarmos que o sujeito-acadêmico não estabelece uma concordância do lugar em que enuncia com sua manifestação enunciativa.

Dessa relação de equívocidade propomos questões que orientarão o desenvolvimento da análise da pesquisa: i) Quais as movências de sentido da palavra discurso presentes nos cadernos de resumos do SILEL?; ii) Quais as manifestações de alteridade existentes na relação entre uma amplitude teórica lingüístico-textual e uma amplitude teórica lingüístico-discursiva nos cadernos de resumos supracitados?; iii) Quais os elementos distintivos de significação na palavra discurso quando utilizada em diferentes campos do conhecimento lingüístico?

Compreendendo que essa é uma análise interpretativa, consideramos não somente as relações de equívocidade, como também qual a representatividade dessa equívocidade no interior dos campos de conhecimento. Ou seja, dentro de um determinado lugar sócio-histórico-ideológico, que chamamos aqui de *lugar discursivo*, o que significa essas relações equívocas, e se essas relações têm relevância diante da natureza da significação em relação ao que denominamos equívocidade epistemológica.

Para abordarmos a natureza da significação da palavra discurso e verificar o espaço sócio-histórico-ideológico, ou seja, o lugar discursivo, em que são produzidos os efeitos de sentido da palavra discurso, inscrita em campos de conhecimento distintos, introduzimos um primeiro dispositivo metodológico: o dispositivo matricial.

O dispositivo matricial, segundo Santos<sup>21</sup>, é um “dispositivo organizacional dos registros de materialidade lingüística”. Optamos por operar com esse dispositivo por entendermos que ele nos fornece evidências de regulação diante das manifestações discursivas. Nesse sentido, é possível trabalhar com a descontinuidade dos sentidos nos fragmentos em um dado processo enunciativo. É relevante ressaltar o que estamos chamando de regulação e concordamos com Santos que explica:

Tal regulação, por sua vez, passa longe dos tradicionais mecanismos de controle e adequação preconizados pelas práticas essencialmente positivistas. Trata-se de uma regulação que distingue os diferentes processos de construção e produção dos sentidos nos discursos. (Santos, 2004, p.111)

---

<sup>21</sup> Notas de sala de aula 09/09/2008.

Nessa perspectiva, construímos matrizes com o intuito de constatar e contrapor de forma organizacional-demonstrativa o lugar teórico que o pesquisador enuncia, ou seja, sua filiação teórica, com a significação da palavra discurso revelada no interior do resumo. Formatamos, desse modo, um quadro de interpelações acadêmicas, possível de observar se houve ou não equívocos, bem como a natureza dessas equívocos.

Para isso, construímos matrizes que evidenciam: i) o enfoque – suporte teórico em que o resumo foi inscrito; ii) a centralidade – o objeto que o pesquisador enfoca no resumo; iii) a focalização – a natureza do objeto empreendido ou proposto no funcionamento da representação acadêmica, isto é, a relação objeto-suporte.

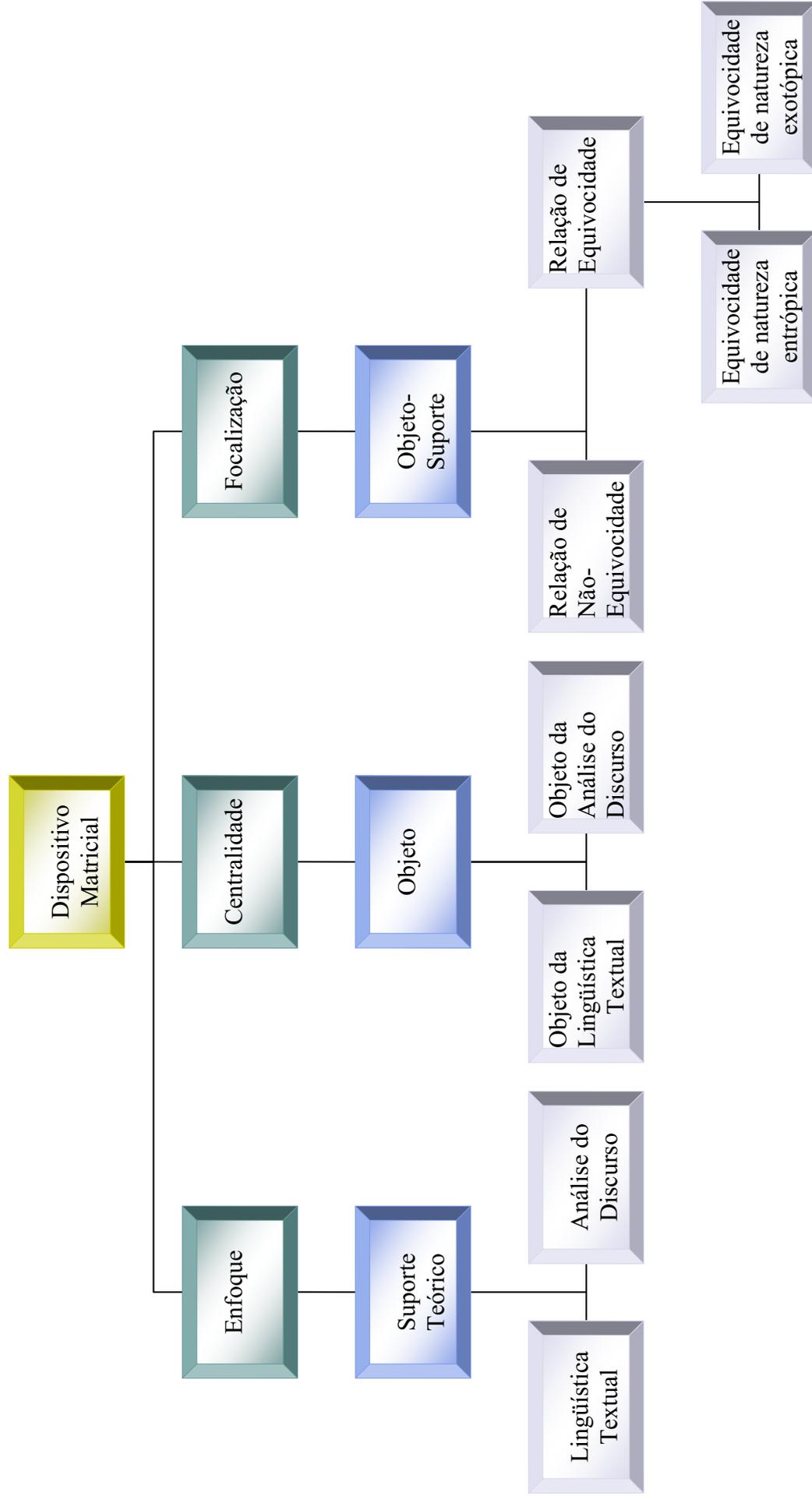
É relevante destacar a pertinência do estudo no quadro das interpelações, pois é nesse domínio de análise que poderemos constatar e contrastar equívocos no enfoque teórico que é dado, no objeto que é focado e na natureza de análise que é proposta no interior da rede conceitual.

Delinearemos, nesse momento de análise, com o estudo do *corpus*, uma relação de equívoco que pode acontecer tanto no interior do campo de conhecimento da Análise do Discurso, quanto na Lingüística Textual. Nesse percurso, trabalharemos com as regularidades que manifestam equívocos, tomadas neste trabalho a partir da natureza epistemológica de suas ocorrências: entrópicas ou exotópicas.

Chamamos de equívoco entrópico quando a equívoco acontece no interior do próprio campo de conhecimento, isto é, quando o pesquisador inscreve-se em um dado campo de conhecimento, no caso de nossa pesquisa, na Lingüística Textual ou na Análise do Discurso, e trabalha com uma perspectiva da noção de discurso que não seja a do seu campo de inscrição. Assim temos uma anomalia no interior do campo.

Já a equívoco de natureza exotópica é derivada de um equívoco que acontece de uma teoria em relação à outra e a outros campos da Linguagem. Ou seja, um pesquisador se inscreve no campo da Análise do Discurso e aborda conceitos da Lingüística Textual e vice-versa e/ou a outros campos da Lingüística. Nessa pesquisa, as equívocos partem da interpelação acadêmica constitutiva do sujeito-pesquisador, o que provoca deslocamentos epistemológicos que se configuram em equívocos teóricos. Assim, por meio desses deslocamentos epistemológicos poderemos verificar as possíveis significações que a palavra discurso recebe nos resumos acadêmicos.

Para uma melhor visualização propomos o diagrama abaixo das potencialidades das matrizes:



Para explicar a trajetória de significação da palavra discurso em trabalhos acadêmicos, mobilizamos as equivocidades nas matrizes e trabalhamos com um segundo percurso metodológico, tal seja, a noção de *Essência Sêmica* proposta por Santos (2000b, p.37):

*A essência sêmica se refere aos aspectos constituintes, específicos e gerenciadores da produção de sentidos, à projeção de seus efeitos e à constituição de sentidos velados, imanentes a esses sentidos produzidos. Trata-se de uma base semântico-estrutural, gerada para constituir significados. A combinação desses significados, por conseguinte, irá produzir os protótipos sentidurais desta essência.*

O funcionamento da essência sêmica é constitutivo de uma instância sentidural em que a conjuntura de significações faz com que se produzam efeitos. Abordando a natureza de significação dos sentidos é que construiremos a análise dos elementos do *corpus*. Desse modo, Santos (2004, p.109) assevera que:

*Essas significações não poderiam se instaurar, não fosse a ação dos sujeitos na constituição dos processos enunciativos. [...] já ouvimos premissas de que “é partindo do lingüístico que se chega ao discursivo”, ou por outra, “o histórico e o ideológico é que são determinantes do discursivo”. Esse é o conflito tensivo permanente dos que vão enfrentar as vicissitudes dos *corpora*.*

Nesse sentido, o sujeito-acadêmico parte de um lugar discursivo na academia com um propósito e uma adequação histórica, evidenciando sua inserção nas inscrições discursivas. Suas inscrições são crivadas em sua referencialidade polifônica, isto é, na heterogeneidade que é constitutiva do sujeito diante de sua inserção nos discursos e na pluralidade de vozes constitutivas do seu dizer.

Para explicitar o funcionamento dos aspectos constituintes e específicos que produzem os sentidos na análise, abordaremos uma conjuntura teórica de conceitos proposta por Santos (2007, p.189-190) designada de N-essência:

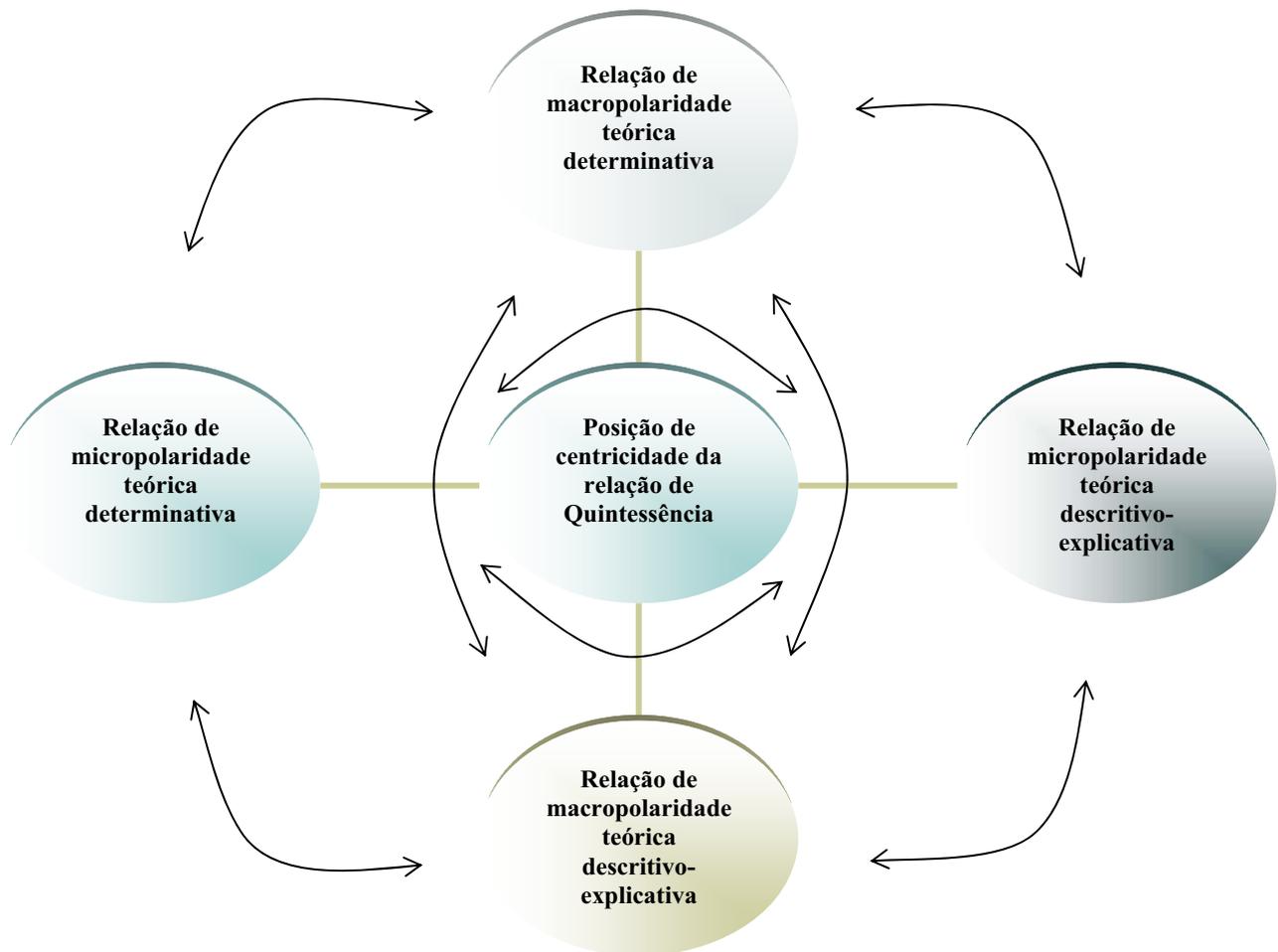
*Trata-se de um processo de conjunção teórica de conceitos, dispostos em forma de um *continuum* relacional entre bases de constituição de um dado conhecimento. A N-essência diz respeito às múltiplas possibilidades de associarmos conceitos de uma teoria, construindo equivalências potenciais que nos permitam abordar combinações entre elementos constituintes, constituídos e constitutivos desses conceitos.*

Nessa perspectiva, o mecanismo da N-essência pode estabelecer uma relação entre os conceitos teóricos que fundamentam a pesquisa e as evidências enunciativas do termo discurso, possibilitando, assim, a construção de equivalências epistemológicas de significação entre os conceitos teóricos com as enunciatividades.

Quando o mecanismo da N-essência é instaurado faz-se necessário um recorte na teoria para estabelecer equivalências epistemológicas. Nesse trabalho iremos estabelecer equivalências epistemológicas com cinco elementos, sendo três elementos de nossa base de sustentação teórica e dois elementos da base de referência, construindo, assim, uma relação de quintessência. Tal relação é composta por uma posição de centricidade entre *dois eixos de movimentação epistemológica*:

- i) *um eixo horizontal que representa as micropolaridades teóricas e*
- ii) *um eixo vertical que representa as macropolaridades teóricas* (SANTOS, 2007 p.190).

Representando a composição de uma quintessência temos o seguinte organograma:



Segundo Santos (2007, p.190-191):

Esses eixos funcionam discursivamente numa dinâmica de significação em constante alteridade, integrando unidades de recorte e concepções integradas que oscilam na abrangência sentidural de um conceito que se apresenta como centralidade epistemológica de um construto teórico, resultante de combinações de elementos no interior de uma rede conceitual.

Nesse sentido, a quintessência funciona numa movimentação discursiva, isto é, “numa trajetória pendular de centralidade circular” (*op.cit.*, p.192), que ocorre sempre em alteridade epistemológica, teoricamente sustentada, entre uma relação das micropolaridades com as macropolaridades delineadas a partir da posição de centralidade.

As micropolaridades teóricas configuram-se por elementos de identificação conceitual que delimitam as unidades recortadas, fundando uma *semiose conceitual*<sup>22</sup>. Nas macropolaridades teóricas devem ser apreendidos fundamentos, inscritos numa “ordem conjuntiva que refletem amplitudes de percepção na relação entre um conceito de polaridade e seu alcance face de uma relação de clivagem e injunção enunciativa” (SANTOS, 2007, p.190).

Com base nas considerações acima, explicitamos os aspectos teóricos balizados que compõem a relação de quintessência que instauraremos. Na escolha dos elementos teóricos, consideramos o objetivo específico da pesquisa – investigar as diferentes significações da palavra discurso em propostas de trabalhos acadêmicos – e a questão norteadora – quais as movências de sentido da palavra discurso encontram-se presentes nos resumos acadêmicos.

Para tanto, recortamos alguns conceitos na episteme da Análise do Discurso e outros da proposta bakhtiniana para composição de nossa quintessência. Destarte, elegemos para a posição de centralidade a noção de sentido. Tal escolha deve-se ao fato do enfoque da pesquisa abordar a alteridade de significação da palavra discurso no processo enunciativo do resumo acadêmico.

Dada a posição de centralidade e levando em conta que uma análise discursiva ocorre a partir de uma mobilização de uma instância sujeito, de uma instância sentidural e de uma instância interdiscursiva, definimos os elementos que compõem o eixo das micropolaridades teóricas, tais sejam, a noção de interdiscurso e a noção de dialogismo. Já para o eixo das macropolaridades foram delineadas a noção de significação e a noção de interpelação.

Justifica-se a escolha da noção de significação por esta buscar compreender as relações interparafrásticas (explicadas aqui como as vinculações teóricas que a palavra discurso pode assumir enquanto significação teórica no interior de um resumo) de enunciação da palavra discurso no interior dos resumos e pela interpelação enquanto elemento de indagação da constitutividade teórica do uso da palavra em uma dada filiação.

As posições horizontais funcionam de modo que se mantenha uma relação da posição de centralidade com as micropolaridades teóricas, essas por sua vez apresentam uma ordem teórica determinativa e uma ordem teórica descritivo-explicativa.

---

<sup>22</sup> Santos (2007) define *semiose conceitual* como

a propriedade que um conceito adquire, de significar epistemologicamente a partir de parâmetros pontuais que delimitam enquanto fronteira de suporte para um construto teórico. Dito de outra forma, um conceito pertencente a um referencial teórico passa a constituir-se em uma significação singular, no interior de uma enunciação acadêmica instaurada. (SANTOS, 2007, p.190)

Por meio das micropolaridades teóricas é possível lançar “um olhar epistemológico sobre as particularidades de significação do construto teórico em relação a aspectos do lugar discursivo em que situa a questão enunciativa em estudo” (SANTOS, 2007, p.192).

Nessa perspectiva, recortaremos a noção de interdiscurso, que funciona já nesse *continuum* relacional, em uma ordem determinante explicativa. De modo que, o conjunto de discursos instaurados nos resumos fornece à articulação contraditória das formações discursivas referidas às formações ideológicas, distintas dos/nos sujeitos acadêmicos produtores dos resumos.

A noção de dialogismo funciona como uma ordem teórica descritivo-explicativa para descrever e explicar as relações de outricidade no interior do discurso acadêmico-científico, bem como, verificar a natureza das vozes advindas desse lugar discursivo.

As posições verticais configuram as macropolaridades teóricas, que, assim como as micropolaridades teóricas, apresentam uma ordem teórica determinativa e uma ordem teórica descritivo-explicativa. Assim, as posições verticais também mantêm uma relação da posição de centralidade com as macropolaridades teóricas.

Nesse trabalho, tomaremos a noção de significação como uma macropolaridade de ordem teórica determinativa. A noção de significação vai determinar como o sujeito enunciador toma a palavra discurso no resumo que produziu.

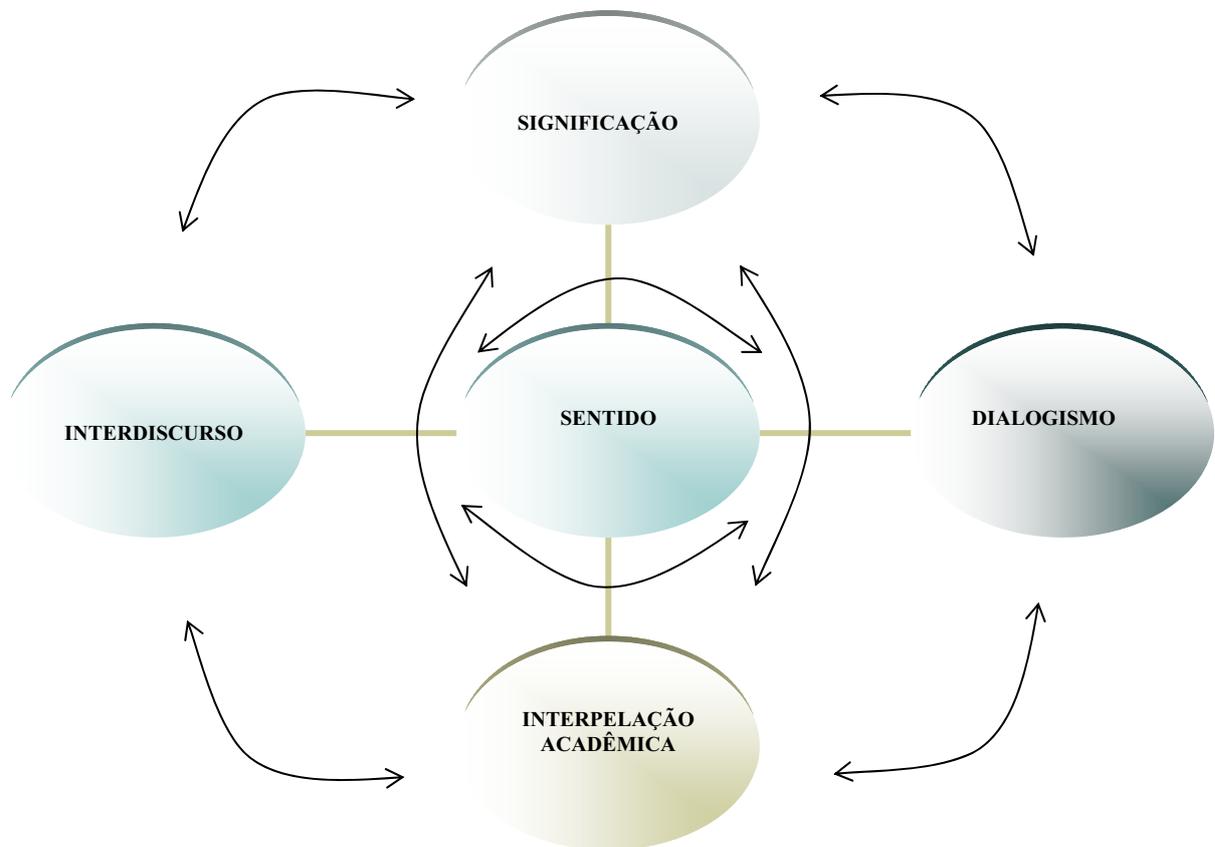
Para a macropolaridade de ordem teórica descritivo-explicativa, será tomada a interpelação acadêmica dos sujeitos acadêmicos. É pela noção de interpelação acadêmica que teremos indícios descritivos e explicativos da movência de significação do lexema discurso na proposta do resumo.

Segundo Santos (2007, p.192) as posições verticais “representam um olhar epistemológico sobre relações de concomitância do construto teórico em relação a aspectos do lugar social em que se situa a questão enunciativa em estudo”.

Tanto as micropolaridades quanto as macropolaridades se relacionam com a posição de centralidade epistemológica. Portanto, a partir das macropolaridades e das micropolaridades teóricas é possível verificar os efeitos de sentidos que emergem em cada resumo. Aqui, a quintessência irá se movimentar como uma discursividade em uma trajetória pendular de centralidade circular, em que haverá alteridades epistemológicas, sempre relacionadas com o suporte teórico que escolhemos como pólos de referência, determinados pelas relações com as micropolaridades e com as macropolaridades.

Vejamos a disposição dos elementos que constitui nossa pesquisa:

## QUINTESSÊNCIA



Na quintessência da noção de sentido, acima apresentada, decidimos, pois, estabelecer relações epistemológicas para um direcionamento teórico que irá sustentar a reflexão dos dispositivos metodológicos de uma análise de questões teóricas dentro dos estudos lingüísticos, que envolve a significação do termo discurso e sua aceção tomada no interior dos estudos em Análise do Discurso e em Lingüística Textual.

Para abordar os pontos de inflexão nas relações epistemológicas dos pólos que propomos, delimitamos algumas questões de investigação para cumprirmos o objetivo desse trabalho. Assim, as relações dos pólos com a posição de centralidade foram examinadas por meio das seguintes questões:

- Relações da posição de centralidade com as micropolaridades:  
**SENTIDO – DIALOGISMO:** Procuramos investigar elementos de uma dada conjuntura sentidural em uma dada inserção epistemológica com a dialogicidade presente do lugar discursivo marcado pela polifonia.

**SENTIDO – INTERDISCURSO:** Foram focalizadas questões voltadas para a relação de sentidos produzidos quando a palavra discurso é inscrita em um interdiscurso acadêmico-científico.

- Relações da posição de centricidade com as macropolaridades:

**SENTIDO – SIGNIFICAÇÃO:** Enfocamos as significações da palavra discurso apresentadas na materialidade lingüística e procuramos evidenciar que efeitos foram produzidos no interior do resumo por essas significações.

**SENTIDO – INTERPELAÇÃO:** Apresentamos uma problematização de como os sujeitos são interpelados por sua inscrição epistemológica e que essa interpelação provoca efeitos de sentidos.

Ao interpretarmos essas questões, colocando em movência a quintessência da noção de sentido, procuramos evidenciar os efeitos de sentido que a palavra discurso toma em cada resumo. Dito de outro modo, evidenciar os efeitos que emergem da/pela relação com o interdiscurso acadêmico-científico, os efeitos da dialogicidade presentes no lugar discursivo marcado pela polifonia, a significação que a palavra discurso toma no interior do resumo e a interpelação acadêmica que ocorre pelo sujeito enunciador ao se inscrever num dado lugar teórico, permitem verificar a ocorrência ou não de equivocidades epistemológicas.

Assim, propomos investigar a enunciatividade dessa quintessência que irá se instaurar com os movimentos enunciativos encontrados na materialidade lingüística dos resumos, produzindo (re)significações de sentidos na alteridade de uma relação de interdiscursividade e de dialogicidade.

Apresentada a metodologia apreendida nesse trabalho passamos, no capítulo subsequente as análises.



(...) o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso. O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir. Por mais diferentes que sejam as enunciações pelo seu volume, pelo conteúdo, pela construção composicional, elas possuem como unidades da comunicação discursiva peculiaridades comuns, e antes de tudo limites absolutamente precisos. Esses limites de natureza especialmente substancial e de princípio, precisam ser examinados minuciosamente.

Bakhtin (1953/2003, p. 274-275)



## **IV AS SIGNIFICAÇÕES DA PALAVRA DISCURSO EM PROPOSTAS DE TRABALHOS ACADÊMICOS**

Para dizermos se houve ou não equivocidade epistemológica, observamos a relação da significação posta em evidência pela materialidade com o lugar teórico que o sujeito pesquisador ocupa e se essa significação dada é coerente com os pressupostos teóricos em que o resumo foi inscrito.

Abordaremos inicialmente os resumos inscritos nos estudos em Lingüística Textual e, posteriormente, os resumos inscritos na área da Análise do Discurso.

### **4.1 AS SIGNIFICAÇÕES DA PALAVRA “DISCURSO” EM PROPOSTAS DE TRABALHOS ACADÊMICOS DA LINGÜÍSTICA TEXTUAL**

#### **4.1.1 ANÁLISE DO RESUMO 1 DA ÁREA DE LINGÜÍSTICA TEXTUAL<sup>23</sup>**

Observamos a primeira matriz em que a proposta do resumo insere-se na Lingüística Textual. Essa matriz foi formulada a partir do resumo publicado no X SILEL na parte dedicada aos estudos da Lingüística do Texto e intitula-se *Sob a ótica dos quadrinhos: uma proposta textual-discursiva para o gênero tira<sup>24</sup>*. A proposta do sujeito enunciator é descrever a narratividade em textos quadrinizados conhecidos popularmente como tiras, com o objetivo de categorizar as tiras em textos tipológicos, caracterizando-as a partir da noção de gênero textual.

---

<sup>23</sup> Os resumos completos encontram-se em anexos.

<sup>24</sup> Anexo 1 de Lingüística Textual, pg.132

Fragmentos que evidenciam a palavra discurso	Enfoque – Suporte Teórico	Centralidade - Objeto que o resumo enfoca	Focalização – Representação acadêmica objeto - suporte
<p>1. O estudo é regulado pelas bases da Teoria da Enunciação conforme é entendida por Travaglia (1991; 1998; 2002; 2003), a partir do conceito de gênero de Bakhtin (2000), e com a ancoragem de discurso de Orlandi (1987; 2001).</p> <p>2. Assim, o texto é entendido enquanto texto e discurso, tendo em vista os aspectos textuais, explicitados na superestrutura e discursivos, desvelados no espaço exterior à linguagem.</p> <p>3. Como texto, as tiras são entendidas como objeto de significação, a partir de um todo organizacional ou estrutural; como discurso as tiras são vistas como objeto de interação entre sujeitos.</p>	Linguística Textual	Texto Discurso	<p>Enquanto representação acadêmica, temos um sujeito acadêmico inscrito na Linguística Textual que aborda o conceito de discurso em uma outra acepção teórica. Nos pressupostos tóricos da LT a noção de texto e discurso são equivalentes, portanto, se o sujeito enunciador trabalha a noção de discurso em AD, a noção de discurso passa a ter uma outra configuração que não a de texto. Desse modo, temos uma equivocidade no interior da área de inscrição epistemológica do sujeito acadêmico, que caracterizamos de equivocidade de natureza entrópica. Essa equivocidade manifesta-se na relação objeto – texto e discurso – com o suporte teórico – LT.</p> <p>Podemos verificar, também, uma equivocidade de natureza exotópica por relacionar o conceito de discurso e texto da Linguística Textual com a noção de discurso da Análise do Discurso e a noção de texto da Linguística Textual com a noção de texto abordada pela Teoria da Enunciação. Tratando essa relação em uma similaridade episteológica, ou seja, texto e discurso numa mesma acepção teórica.</p>

O fragmento 1, desse resumo, é caracterizado por dois elementos teóricos distintos. Consideramos distintos, pois os autores que o sujeito enunciador refere-se para compor o arcabouço teórico de sua pesquisa são estudiosos que desenvolvem seus trabalhos em campos de conhecimentos não coincidentes. Travaglia pertence à vertente teórica da Lingüística Textual e Orlandi é uma das precursoras dos estudos em Análise do Discurso francesa desenvolvidos no Brasil. Portanto, é possível evidenciar marcas de vozes advindas de diferentes posicionamentos teóricos que estudam a língua sob algum aspecto.

Porém, pelos objetos e objetivos que cada uma dessas disciplinas propõe-se a pesquisar, tais filiações epistemológicas parecem estar distanciadas e a proposição do sujeito enunciador, em estabelecer uma relação entre as perspectivas da Lingüística Textual e Análise do Discurso, configura uma equivocidade de natureza entrópica. Isso ocorre porque a noção de discurso adotada numa perspectiva inscrita no campo da Lingüística Textual é exterior ao escopo teórico vigente da própria episteme da Lingüística Textual.

O sujeito enunciador do resumo diz que seu trabalho é teoricamente respaldado pela noção de gênero segundo Travaglia. Para este autor, o tipo do texto é que instaura o modo de interação e interlocução, dependendo da perspectiva que o produtor de um texto faz em relação ao objeto. Os tipos de textos realizam-se por meio de gêneros, assim, o autor define gênero como aquele que apresenta um papel social, ou seja, tem uma função específica na sociedade.

Na perspectiva de Travaglia, a noção de discurso é compreendida como a própria atividade comunicativa, ou seja, a própria atividade produtora de sentidos para a interação comunicativa, sendo regulada por uma exterioridade sócio-histórica e que o texto, segundo Travaglia, é o resultado dessa atividade comunicativa. Assim, é possível dizer que a noção de discurso nessa perspectiva é equivalente a texto.

Dessa forma, tomar texto e discurso na mesma dimensão enunciativa significa dizer que há uma equivalência de significação no que se denomina texto com o que se denomina discurso. Podemos dizer, então, que essa equivalência de significação entre texto e discurso nos pressupostos teóricos da Lingüística Textual é validada, ou seja, não é pertinente a distinção entre esses dois termos.

Ainda no fragmento 1, o sujeito enunciador escolhe outra noção para respaldar sua pesquisa, a noção de discurso proposta por Orlandi. Para Orlandi (2003, p.21), a noção de discurso encontra-se vinculada ao funcionamento da linguagem que relaciona os sujeitos e os sentidos que são atravessados pela história e pela língua, configurando todo um “complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão

de informação”, portanto, compreende a noção de discurso como “efeito de sentidos entre interlocutores”.

Assim, o estabelecimento de uma relação da noção de gênero, à qual Travaglia aborda, com a noção de discurso trabalhada por Orlandi, possibilita a afirmação de que essas teorias distanciam-se, permitindo-nos inferir que nesse fragmento do primeiro resumo analisado, instaura-se uma equivocidade de natureza exotópica, por referir-se a equivocidade de uma teoria em relação à outra. A equivocidade é de natureza exotópica porque o pesquisador, inscrito teoricamente na Linguística Textual, desloca-se de sua própria inscrição teórica para buscar uma inscrição teórica em outro campo do conhecimento – neste fragmento, na ADF.

Dessa maneira, podemos dizer que, quando o sujeito enunciador inclui uma orientação teórica da Análise do Discurso em um trabalho inscrito na perspectiva teórica da Linguística Textual que instaura uma contradição. Essa contradição, de uma inscrição teórica outra, revela-nos outra significação da palavra discurso. Discurso enquanto efeito de sentidos, que não se remete à noção de discurso tomada enquanto suporte teórico da pesquisa que se inscreve na perspectiva da Linguística Textual, conforme proposta pelo resumo.

No fragmento 2, extraído deste mesmo resumo, podemos conferir que o sujeito enunciador compreende texto como sinônimo de texto e de discurso, propondo, assim, instaurar um mesmo lugar de significação: “Assim, o texto é entendido enquanto *texto e discurso*, tendo em vista aspectos textuais, explicitados na superestrutura, e discursivos, desvelados no espaço exterior à linguagem” (grifo nosso). Percebemos, principalmente, marcas de vozes advindas de um sujeito inscrito nos estudos de Linguística Textual, pois, em sua enunciação, esse sujeito acadêmico afirma que texto é compreendido não só como texto, mas também como discurso, indicando tratar-se de uma mesma significação para os dois termos (texto e discurso). Então, temos nesse fragmento discurso enquanto texto.

Isso significa dizer que o modo como o sujeito enunciador aborda os conceitos de texto e discurso condiz com o lugar que o resumo foi publicado – Estudos em Linguística Textual. A inscrição desse sujeito enunciador, isto é, suas reflexões teóricas e sua inscrição teórica são pertinentes dentro de um campo enunciativo vinculado à Linguística Textual.

Porém, ao contrastarmos o fragmento 1 com o fragmento 2 percebemos a existência de uma equivocidade teórica. No fragmento 1, a noção de discurso apóia-se teoricamente via pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa. Já no fragmento 2, temos a noção de discurso abordada a partir dos conceitos teóricos da Linguística Textual. Assim, temos em um mesmo espaço enunciativo significações não equivalentes para uma mesma palavra.

Nesse sentido, percebemos uma movência de significação do termo discurso em um mesmo campo enunciativo, ou seja, o sujeito enunciador atribuiu à palavra discurso duas significações em seu resumo. No fragmento 1, o termo discurso aparece com a significação de efeito de sentido, enquanto no fragmento 2, o termo discurso aparece como texto.

Na continuidade do fragmento 2, o sujeito enunciador elabora uma diferenciação entre o que considera como aspectos textuais e o que avalia como aspectos discursivos. Aborda, por conseguinte, que os aspectos textuais estão presentes a partir da materialidade lingüística, enquanto os aspectos discursivos são produzidos pelo espaço exterior da linguagem.

Logo, ao propor uma diferenciação entre os aspectos textuais e os aspectos discursivos, o enunciador procura evidenciar um distanciamento entre as noções de texto e de discurso. O sujeito enunciador contradiz o que ele asseverou no fragmento anterior. Isso significa dizer que ele assume posturas teóricas distintas dentro do resumo, evidenciando uma significação de tentativa de pluralidade integrativa de referenciais teóricos equivalentes e eqüipolentes. Assim, observamos uma equivocidade teórica de natureza exotópica, uma vez que essa pluralidade implica em distanciamentos teóricos entre os referenciais da Lingüística Textual e da Análise do Discurso.

No que se refere ao fragmento 3, este foi recortado do resumo 1, por também apresentar a palavra discurso: “Como texto, as tiras são entendidas como objeto de significação a partir de um todo organizacional ou estrutural; como discurso as tiras são vistas como objeto de interação entre os sujeitos.”

Nesse fragmento, podemos observar a noção de texto relacionada ao significado que é dado pela organização das estruturas do texto, portanto, a significação é a própria materialidade lingüística. Assim, temos texto enquanto materialidade lingüística.

O sujeito enunciador do resumo 1, explicita no fragmento 3, o modo como aborda a noção de discurso, considerando-o como objeto de interação entre os sujeitos. Conseqüentemente, podemos inferir que a noção de discurso neste fragmento se aproxima da noção de discurso abordada por Travaglia, discurso enquanto a própria atividade comunicativa no processo de interação.

Logo, é evidente o distanciamento da noção de discurso que o enunciador propõe-se abordar no início do resumo, pois, o sujeito enunciador trata a noção de discurso, no início do resumo, a partir da proposta de Orlandi. Na perspectiva dessa autora, a noção de discurso configura-se como um processo complexo que relaciona sujeitos e sentidos, atravessados pela língua e pela história, portanto, efeito de sentidos entre interlocutores, e não como um objeto de interação.

Conforme explicitado na situação de enunciação, o sujeito-acadêmico neste primeiro resumo aponta o lugar que enuncia, ou seja, ocupa o lugar de um sujeito inscrito teoricamente no campo da Lingüística Textual para desenvolvimento de sua pesquisa. Considerando que, no escopo teórico em que se propõe fazer sua pesquisa, o enunciador entende que seria desnecessária uma distinção entre texto e discurso: na materialidade lingüística do resumo 1 examinamos que o sujeito enunciador utiliza a palavra discurso com a significação de texto e vice-versa.

No entanto, quando o sujeito acadêmico, mais uma vez, enuncia ter uma ancoragem de discurso nos pressupostos da Análise do Discurso, podemos afirmar, que se trata, também, de uma equivocidade de natureza exotópica, justamente por tentar colocar em um só campo enunciativo duas correntes teóricas – Análise do Discurso Francesa e Lingüística Textual – e abordar a noção de discurso ora como texto, ora como objeto de interação<sup>25</sup>. Dessa forma, fica evidente o equívoco teórico do sujeito enunciador.

A necessidade do enunciador do resumo 1 de/em afirmar e considerar os pressupostos teóricos advindos da Análise do Discurso, significa dizer que ele considera possível uma articulação teórica da Análise do Discurso Francesa com a Lingüística Textual em um mesmo espaço enunciativo.

A interdiscursividade acadêmico-científico que constitui o resumo acima descrito é perpassada por discursos epistemológicos configurados numa dialogicidade entre o discursivo e o textual. Considerando que a dialogicidade manifesta-se por meio da relação que o sujeito-acadêmico estabelece com o lugar teórico que enuncia, a saber Lingüística Textual. Tal discrepância constitui, assim, uma situação dialógica em que os elementos discursivos, se tomados do ponto de vista da ADF, distanciam-se teoricamente. Nesse processo dialógico, marcas de vozes caracterizam uma polifonia no interior da rede conceitual da Lingüística Textual. Essas marcas de polifonia no interior do escopo teórico da Lingüística Textual manifestam-se pela convergência e pluralidade de vozes, advindas desses pressupostos teóricos.

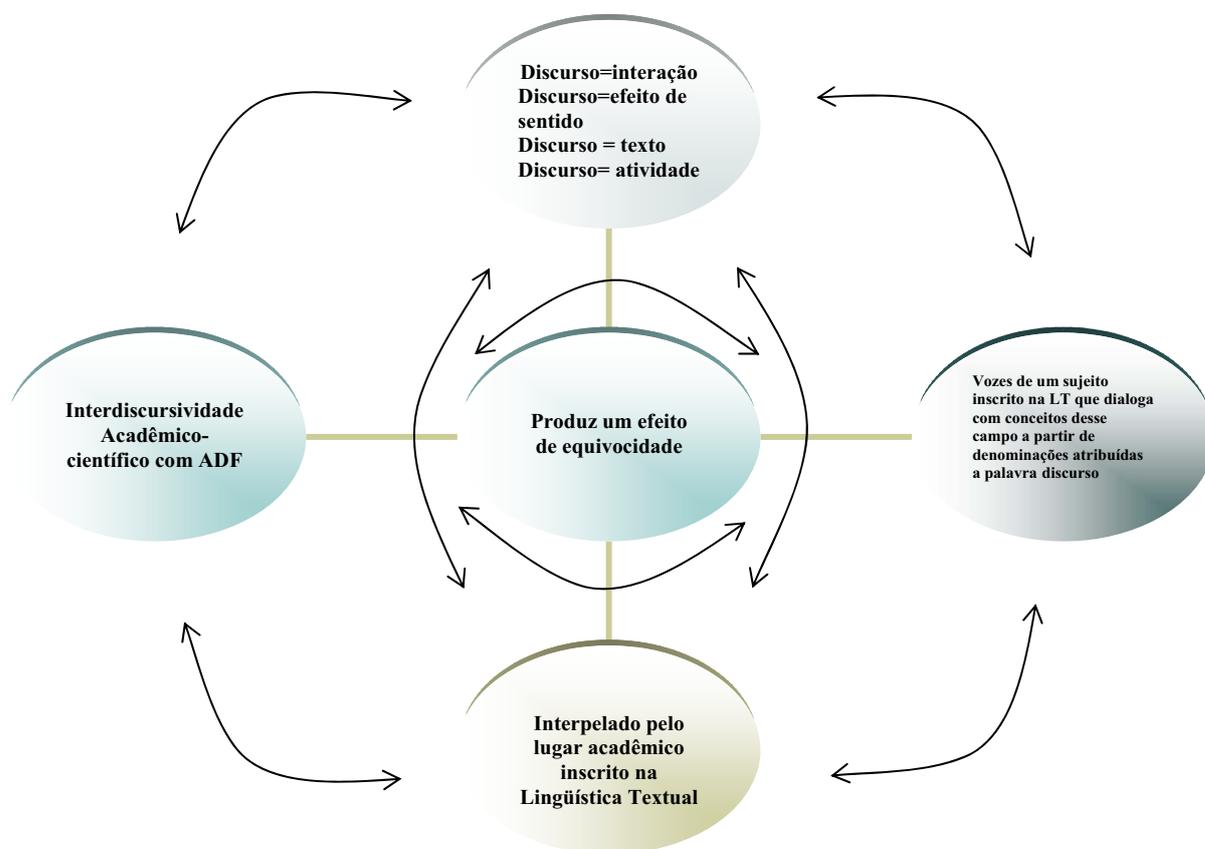
Dessa forma, as vozes constitutivas desse processo dialógico, no interior da Lingüística Textual, possibilita-nos dizer que a natureza das significações do termo discurso no presente resumo oscila entre “texto”, “efeitos de sentido”, “objeto de interação” e “atividade comunicativa”.

---

<sup>25</sup> Entendemos objeto de interação algum elemento apreensível que possibilita a interação entre interlocutores.

Dessa maneira, verificamos com a presente análise, que se trata de uma equivocidade epistemológica do sujeito acadêmico, produtor do resumo 1, uma vez que ele estabelece a noção de discurso a partir de duas correntes teóricas, instalando na enunciação significações distintas para a palavra discurso. Isso significa dizer que a palavra discurso foi apresentada com o significado de texto, objeto de interação, atividade comunicativa e efeito de sentido. Essa questão revela uma movência de significação dessa palavra dentro do mesmo campo enunciativo e, assim, os sentidos produzidos nessa enunciação remetem a um efeito de equivocidade teórica.

Considerando os dispositivos metodológicos da essência sêmica e da N-essência, para ilustrarmos o funcionamento dos aspectos constituintes e específicos que produzem os sentidos na análise supracitada, relacionaremos os indícios enunciativos que encontramos na materialidade lingüística do primeiro resumo, observando a conjuntura teórica dos conceitos que explicitamos no capítulo de metodologia. Para tal, formulamos o organograma abaixo:



Para descrever o organograma acima, primeiramente deve-se ressaltar a posição de centralidade, o sentido da palavra discurso como elemento de equívocidade teórica entre os campos da Linguística Textual e da Análise do Discurso Francesa. Ao compor o eixo das macropolaridades e das micropolaridades elegemos no eixo da macropolaridade denominativo-explicativo a significação da palavra discurso enquanto texto, objeto de interação, atividade comunicativa e efeitos de sentido. Na outra extremidade da macropolaridade descritivo-explicativa observamos uma interpelação do lugar acadêmico da Linguística Textual: a movência de significação que a palavra discurso adquiriu dentro do mesmo campo enunciativo produz sentidos contraditórios e provoca um efeito de equívocidade teórica.

As micropolaridades teóricas que compõem o eixo horizontal ilustram dois pólos: a noção de interdiscurso como micropolaridade determinativa e a noção de dialogismo como micropolaridade teórica descritivo-explicativa; ambos relacionam-se com a noção de sentido, sendo este o ponto de centralidade.

Em decorrência da inter-enunciatividade, ou seja, das relações estabelecidas entre a natureza do objeto de investigação, resumo acadêmico, com o lugar histórico desse objeto, anais de um evento acadêmico científico de âmbito nacional, e com a significação de publicar um resumo numa instância acadêmica, verificamos um interdiscurso acadêmico-científico, atravessado por dizeres conceituais da ADF.

Como micropolaridade teórica descritivo-explicativa, balizamos o conceito de dialogismo, uma vez que consideramos que, para investigar os elementos enunciativos que descrevem a natureza das significações da palavra discurso, é preciso compreender a noção de polifonia. Essa dialogicidade emerge a partir do momento que averiguamos as significações da palavra discurso, contrapostas no processo enunciativo e no interior do próprio campo da Linguística Textual. Assim, as significações deslocam-se em alteridade com a rede conceitual da ADF, provocando tanto uma equívocidade entrópica quanto exotópica.

#### 4.1.2 ANÁLISE DO RESUMO 2 DA ÁREA DE LINGÜÍSTICA TEXTUAL

No resumo 2<sup>26</sup>, inscrito sob a proposta da Lingüística Textual, o objetivo do sujeito enunciador é compreender o modo como o sentido constitui-se nos manuais de estilo e de que forma o jornal significa. Para adentrarmos a análise, formulamos a seguinte matriz:

Fragmentos que evidenciam a palavra discurso	Enfoque – Suporte Teórico	Centralidade - Objeto que o resumo enfoca	Focalização – Representação acadêmica objeto – suporte
<p>1. O <b>discurso</b> de neutralidade no jornalismo noticioso</p> <p>2. Concluimos que este <b>discurso</b> corrente, no jornalismo, serve como sustentação da imagem da imprensa como um veículo compromissado apenas com a verdade dos fatos.</p>	Lingüística Textual	Discurso Sentido	No resumo 2 de Lingüística Textual não encontramos nenhum indício de equivocidade. O sujeito pesquisador acadêmico reflete sobre a noção de discurso na mesma perspectiva de sua inscrição epistemológica. No resumo supracitado encontramos discurso com a significação de dizer. E, para a Lingüística Textual, a equivalência de discurso enquanto dizer é validada, não se trata nesse resumo de uma equivocidade epistemológica.

O fragmento 1 é o próprio título do resumo: *O discurso de neutralidade no jornalismo noticioso*. Nesse fragmento, podemos observar o modo homogêneo e de valor neutro, (no sentido de que o produtor da notícia traduza a verdade dos fatos) que assevera a noção de discurso. Tem-se uma das perspectivas da Lingüística Textual, que o texto toma forma, significa, por meio do gênero que se inscreve. Conforme esclarece Marcuschi, o texto é “uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum Gênero Textual” (Marcuschi, 2002, p. 24). Para esse autor, o gênero apresenta “características sócio-comunicativas definidas pelos conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica” (*op.cit.*, p.22).

No caso específico desse resumo, o sujeito enunciador pretende analisar um gênero jornalístico, portanto, possui como característica sócio-comunicativa a transmissão de fatos que evidenciem a verdade. Desse modo, o pesquisador acredita que o gênero jornalístico tem

<sup>26</sup> Anexo 2 de Lingüística textual, pg.133

por característica composicional a neutralidade, uma vez que está traduzindo a verdade de uma determinada notícia.

Ao utilizar o termo discurso, observamos que o sujeito enunciador assevera esse termo como significação de atividade comunicacional corrente de jornalistas que se materializa nos jornais. Entendemos, pela natureza de equivalência significativa do termo discurso, aqui utilizado, com a proposta de inscrição do sujeito enunciador na Lingüística Textual, que não se trata de uma equivocidade.

Nesse fragmento, encontramos discurso com significação de atividade comunicacional e, para Marcuschi (2002, p.24), o discurso “é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva e que o discurso se realiza nos textos”. Justifica-se, assim, nossa asseveração de que não existe equivocidade epistemológica nesse fragmento.

No fragmento 2, encontramos o lexema discurso, com a significação de mesma natureza com a concepção de discurso encontrada no fragmento 1: “Concluimos que este *discurso* corrente, no jornalismo, serve como sustentação da imagem da imprensa como um veículo compromissado apenas com a verdade dos fatos.”

Observamos, nesse fragmento, que a palavra discurso apresenta a significação de dizeres recorrentes de jornalistas. É pertinente observar, na perspectiva da Lingüística Textual, como o sujeito é abordado ao produzir um texto nessa perspectiva: o sujeito ao produzir qualquer tipo de texto tem uma intenção, é selecionador e consciente dos elementos lingüísticos para que ocorra uma interação. Dessa forma, podemos dizer que para o autor do resumo, o produtor de uma notícia tem uma intenção e essa intenção é traduzir a verdade dos fatos, uma vez que ocupa o lugar de jornalista, é um selecionador conscientemente, ou seja, sem interferência ideológica. Essa acepção de sujeito, tratada no resumo 2, coincide com a concepção de sujeito abordada no escopo teórico da Lingüística Textual..

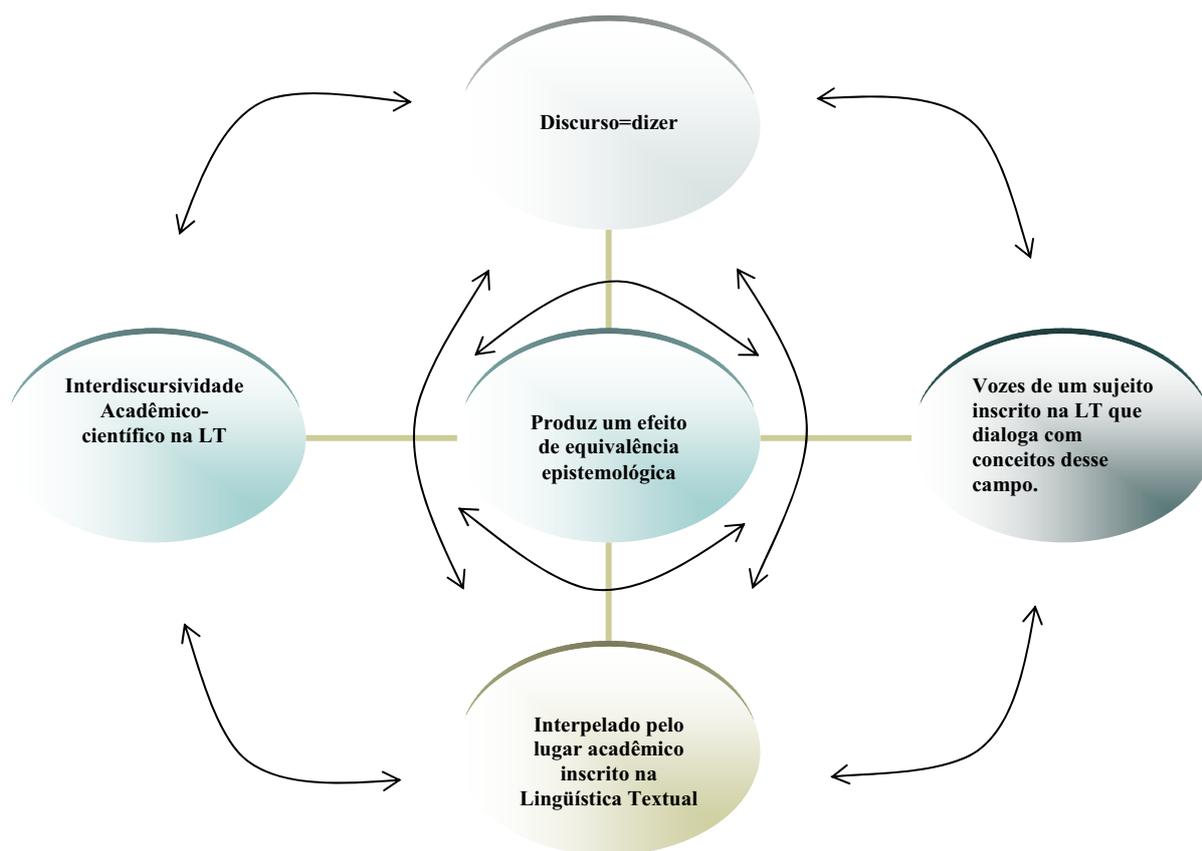
Podemos observar uma relação de equivalencia de significação de discurso no fragmento 1 e 2, pois a palavra discurso não sofre alteração de significação no corpo do resumo, nem em relação à proposta teórica a qual o resumo foi inscrito. Assim, temos no resumo 2 de Lingüística Textual o discurso enquanto atividade comunicativa.

A interdiscursividade acadêmico-científico, que constitui o resumo acima descrito, é perpassada por discursos epistemológicos configurados numa dialogicidade entre o discursivo e o textual. Sendo que a dialogicidade, manifestada nesse resumo, acontece pela relação que o sujeito-acadêmico estabelece com o lugar teórico que enuncia. Observamos, assim, que este enunciador inscreve-se teoricamente no lugar que propôs sua pesquisa, tal seja o da Lingüística Textual. Temos, de tal modo, uma situação dialógica em que os elementos

discursivos, tomados na perspectiva dos estudos sobre o texto, constituem uma igualdade com os pressupostos teóricos da inscrição desse sujeito enunciator. Logo, no processo dialógico, verificamos marcas de vozes caracterizadas polifonicamente no interior da rede conceitual da Lingüística Textual que se manifestam por meio desses pressupostos teóricos.

Por meio da análise dessas vozes constitutivas desse processo dialógico no interior da Lingüística Textual, podemos dizer que a significação do termo discurso no presente resumo dá-se com a significação de dizer.

Dada a descrição da matriz, passamos agora a descrever o dispositivo metodológico da quintessência, ilustrando o funcionamento de aspectos constituintes e específicos que produzem sentidos na análise do resumo 2 de Lingüística Textual. Relacionamos, enfim, os indícios encontrados na matriz, construída por meio desse resumo com a conjuntura teórica dos conceitos recortados para a análise. Para tanto, temos o organograma abaixo:



Dada a posição de centralidade, podemos dizer que o sentido da palavra discurso apresenta-se como um efeito de equivalência epistemológica no campo da Lingüística Textual. Elegemos no eixo da macropolaridade denominativo-explicativo a significação da palavra discurso enquanto dizer, e, na outra extremidade da macropolaridade descritivo-explicativa, observamos uma interpelação do lugar acadêmico da Lingüística Textual.

Essa configuração dos eixos das macropolaridades revela uma unidade quanto à significação que a palavra discurso adquiriu no campo enunciativo. Essa unidade de significação produz sentidos equivalentes no interior desse campo enunciativo, provocando, assim, um efeito de equivalência epistemológica.

Nas micropolaridades teóricas, isto é, no eixo horizontal, temos a noção de interdiscurso como micropolaridade determinativa, e a noção de dialogismo como micropolaridade teórica descritivo-explicativa relacionadas com a noção de sentido, nosso ponto de centralidade.

Pela conjuntura inter-enunciativa, verificamos um interdiscurso acadêmico-científico, perpassado por discursos outros de inscrição epistemológica textual. Quando postas em relação ao ponto de centralidade configuram-se em efeitos de sentidos equivalentes a proposta analisada.

Já na micropolaridade teórica descritivo-explicativa, dado o conceito de dialogismo, balizado para investigar os elementos enunciativos que descrevem a natureza das significações da palavra discurso, observamos, pela natureza polifônica de vozes marcadas, a inscrição do sujeito enunciativo no campo da Lingüística Textual. Assim, por essas relações postas, evidenciamos, pelo estudo do resumo 2, o surgimento de efeitos de sentidos da significação da palavra discurso equivalentes entre a proposta do resumo e a inscrição na Lingüística Textual. Essas considerações de análise que nos permite estabelecer nesse resumo, portanto, refuta a nossa hipótese de pesquisa.

#### **4.1.3 ANÁLISE DO RESUMO 3 DA ÁREA DE LINGÜÍSTICA TEXTUAL**

Formulamos a matriz abaixo a partir do resumo intitulado *O texto educacional legal em sua dimensão textual-discursiva*<sup>27</sup>, publicado na seção dos trabalhos de Lingüística Textual, no caderno de resumo do SILEL do ano de 2004. A proposta do sujeito enunciativo,

---

<sup>27</sup> Anexo resumo 3 de Lingüística Textual, pg.134

do referido resumo acadêmico, é analisar textos educacionais, em uma dimensão textual-discursiva, por meio da noção de tipologia textual.

Fragmentos que evidenciam a palavra discurso	Enfoque – Suporte Teórico	Centralidade - Objeto que o resumo enfoca	Focalização – Representação acadêmica objeto - suporte
<p>1- Com o objetivo básico de analisar um determinado modo de utilização da língua escrita - o texto educacional legal, partimos da concepção sócio-interacionista do discurso de Bakhtin (2000, p.279), de que todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua, e que o caráter e os modos dessa utilização são tão variados como as próprias esferas da atividade humana.</p> <p>2- Já as tipologias de discurso usam critérios ligados a questões sócio-histórico-ideológicas ou à interrelação ou interação entre eles. Dessa forma, encontramos vários critérios pelos quais se constituem tipologias em análise do discurso, sendo a tipologia mais comum, segundo Orlandi (2002, p.85) “a que reflete as distinções institucionais e suas normas. Temos, então, o discurso político, o jurídico, o pedagógico, o médico, o científico”.</p> <p>3- O texto educacional legal, considerado em sua dimensão textual-discursiva, pressupõe uma concepção sócio-interacionista de linguagem.</p>	<p>Lingüística Textual</p>	<p>Discurso Texto Gênero</p>	<p>Neste resumo, encontramos a palavra discurso com duas acepções. A primeira aborda discurso enquanto atividade geral de comunicação pela perspectiva da Lingüística Textual. Já a segunda, enfoca discurso enquanto efeitos de sentido pelo viés da Análise do Discurso francesa.</p> <p>Verificamos, assim, evidências de equivocidade entrópica e exotópica. Equivocidade entrópica porque o sujeito pesquisador adota a noção de discurso, exterior, teoricamente falando, aos postulados epistemológicos vigentes da própria LT. Equivocidade exotópica porque o sujeito enunciador propõe uma aproximação teórica de tipologia textual na perspectiva da Lingüística Textual, proposta por Travaglia, com as tipologias do discurso, propostas por Orlandi. Ou seja, desloca-se de sua inscrição teórica da LT para buscar uma inscrição teórica na ADF.</p>

No fragmento 1, deste resumo, o sujeito enunciador aborda discurso tal como proposto por Bakhtin:

partimos da concepção sócio-interacionista do discurso de Bakhtin (2000, p. 279), de que todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua, e que o caráter e os modos dessa utilização são tão variados como as próprias esferas da atividade humana.

A proposta de Bakhtin reflete sobre o caráter social da linguagem, bem como a multiplicidade de vozes que compreende o processo de enunciação. Para o referido autor, um discurso, enquanto linguagem, apreende discursos outros no processo de enunciação, ou seja, não é uno, da ordem do individual, mas sim do social.

Na perspectiva abordada pelo sujeito enunciador, o conceito de discurso, no fragmento 1, equivale a toda atividade comunicacional entre interlocutores, referindo qualquer forma de comunicação que usuários da língua empregam nas esferas de atividade humana. Assim sendo, observamos a palavra discurso com significação de atividade comunicacional. Essa acepção de discurso, vista pela perspectiva teórica da Lingüística Textual, é validada. Podemos perceber essa validação tal como a noção de discurso apresentada por Travaglia (1991). Para o referido autor, o discurso configura-se na própria atividade comunicativa, ou seja, a própria atividade produtora de sentidos para a interação comunicativa regulada por uma exterioridade sócio-histórico-ideológica (TRAVAGLIA, 1991, p.21).

Por meio da noção de discurso, o sujeito enunciador desse resumo propõe que o texto educacional legal, objeto de investigação, caracteriza-se como um gênero textual, por ser um texto que possui uma forma-padrão, portanto, uma estrutura estável, com utilização numa esfera social determinada. A essa proposta de gênero textual, o produtor do resumo respalda teoricamente na proposta de Travaglia, sobre tipologia textual, asseverando que o texto educacional legal pertence a um tipo de texto injuntivo.

Feita a descrição do fragmento 1, observamos que não existem equívocos teóricos por parte desse sujeito enunciador, pois, verificamos marcas de vozes advindas do lugar teórico da Lingüística Textual que caracteriza a inscrição desse sujeito produtor do resumo 3. No entanto, no fragmento 2, é possível evidenciarmos marcas de vozes advindas de um posicionamento teórico outro que não seja o da Lingüística Textual. Como podemos observar abaixo:

Já as tipologias de discurso usam critérios ligados a questões sócio-histórico-ideológicas ou à interrelação ou interação entre eles. Dessa forma, encontramos vários critérios pelos quais se constituem tipologias em análise do discurso, sendo a tipologia mais comum, segundo Orlandi (2002, p.85) “a que reflete as distinções institucionais e suas normas. Temos, então, o discurso político, o jurídico, o pedagógico, o médico, o científico”.

Nesse fragmento, o sujeito enunciador aborda uma outra noção de discurso para formalizar teoricamente sua pesquisa: a noção de tipologia de discurso, tal como é proposta por Orlandi. Para Orlandi (2002, p.85), a tipologia de discurso não é uma preocupação central por parte dos analistas, uma vez que a característica do discurso “não é seu tipo, é seu modo de funcionamento”. Assim, os tipos são resultados “cristalizados que adquiriram uma visibilidade sob uma rubrica, uma etiqueta que resulta de fatores extra-discursivos, lógicos, etc” (*op.cit.*, p.86). Logo, o que é relevante quando se analisa um discurso na perspectiva da Análise do Discurso, não é o seu tipo, que é algo fixo, pré-determinado, mas sim as “propriedades internas ao processo discursivo: condições, remissão a formações discursivas” (*op.cit.* p.86), ou seja, o funcionamento desse processo.

Nesse sentido, Orlandi procurou estabelecer critérios para a percepção de diferentes modos de funcionamento do discurso, que não devem ficar presos na materialidade lingüística, isto é, fixados, pré-determinados, assim como as tipologias já estabelecidas. Deve-se considerar, nessa perspectiva, todos os elementos que são constitutivos das condições de produção e sua relação com o modo de produção de sentidos, com seus efeitos. Dessa maneira, o discurso, pelo viés teórico da Análise do Discurso, não pode ser analisado como o texto, apenas por sua materialidade lingüística, o que se analisa é o funcionamento dos processos discursivos.

O sujeito enunciador, ao estabelecer uma relação da noção de tipologia textual, trabalhada por Travaglia, com a noção de tipologia de discurso, proposta por Orlandi, produz uma equivocidade. Assim, podemos afirmar que essas noções distanciam-se, instaurando uma equivocidade de natureza entrópica. A equivocidade é de natureza entrópica porque verificamos que a noção de tipologia do discurso abordada numa pesquisa inscrita no campo da Lingüística Textual é exterior, teoricamente falando, aos fundamentos teóricos vigente da própria episteme da Lingüística Textual, ou seja, uma equivocidade no interior da própria teoria de Lingüística Textual.

Dessa maneira, inferimos que, quando o sujeito enunciador, inscrito na perspectiva teórica da Lingüística Textual, baseia-se em uma orientação outra, neste caso, na perspectiva teórica da Análise do Discurso, evidencia uma contradição. Essa contradição é marcada por uma inscrição outra, revelando-nos uma significação outra do lexema discurso. A significação de discurso enquanto efeito de sentidos não remete a noção de discurso enquanto suporte teórico de uma pesquisa inscrita na perspectiva teórica da Lingüística Textual, assim como proposta pelo resumo. Desse modo, observamos uma equivocidade de natureza exotópica, porque o sujeito enunciador, desse resumo, encontra-se inscrito na perspectiva teórica da Lingüística Textual e desloca-se de seu lugar de inscrição ao buscar uma inscrição teórica na ADF.

Nesse sentido, verificamos uma movência de significação da palavra discurso em um mesmo campo enunciativo, pois, encontramos duas acepções para o lexema discurso no interior do resumo 3. No fragmento 1, a palavra discurso é apresentada com a significação de atividade comunicacional, já no fragmento 2, o lexema aparece com a significação de efeito de sentidos.

Entretanto, o sujeito enunciador refere-se à tipologia de discurso advinda da perspectiva teórica da ADF, por isso, inferimos que o autor concebe uma articulação teórica possível entre o campo epistemológico da ADF com o campo da Lingüística Textual. Assim, no campo de inscrição ao qual o sujeito enunciador inscreve-se, o termo discurso equivale à atividade comunicativa que se materializa por meio de textos, ou seja, texto e discurso possuem equivalência de significação. Desta feita, ao verificarmos a proposta do sujeito pesquisador em inscrever em um mesmo campo enunciativo duas epistemes – a Lingüística Textual e a ADF – fica claro o equívoco por parte desse sujeito produtor do resumo 3.

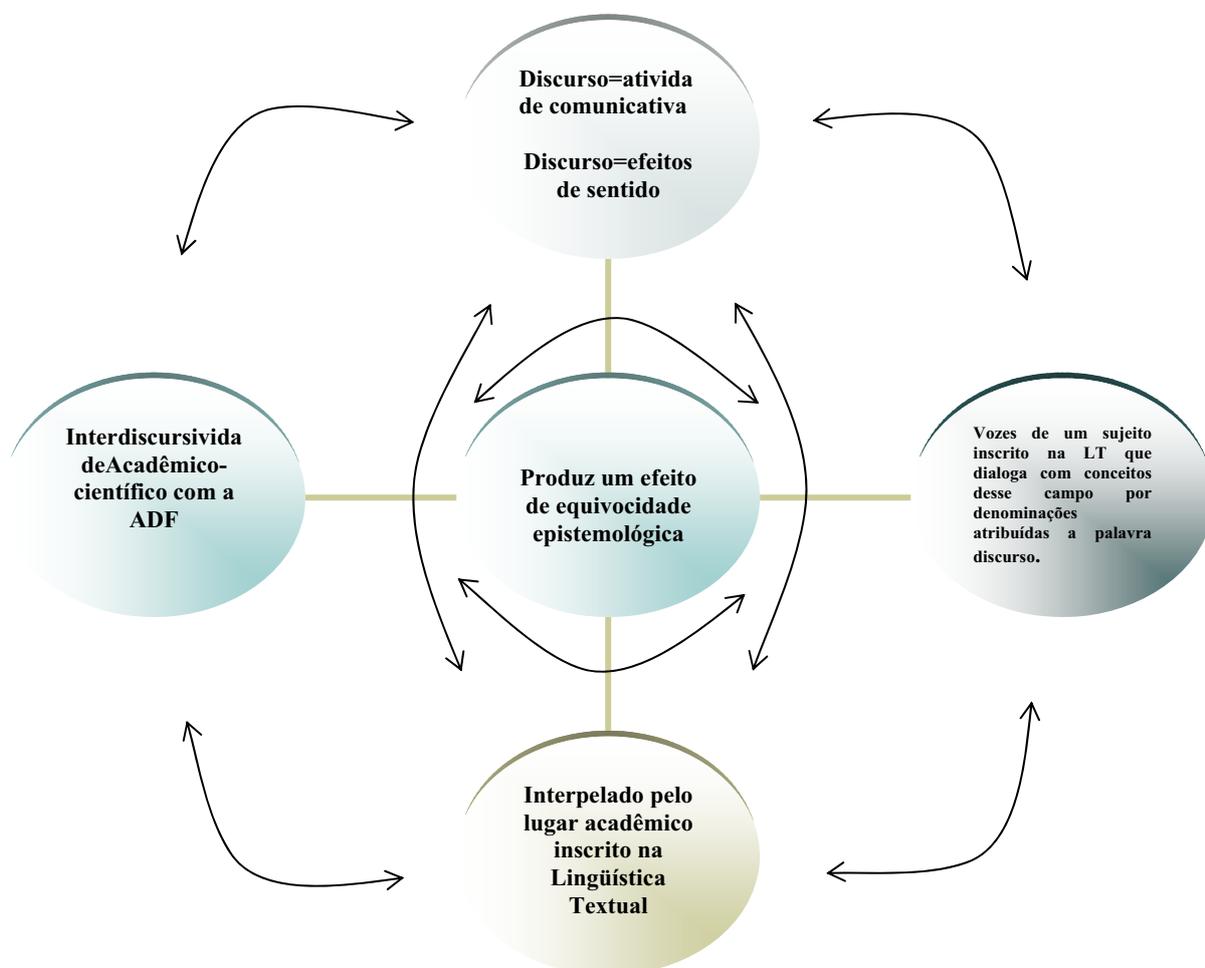
Logo, observamos a interdiscursividade acadêmico-científica perpassada por discursos epistemológicos apresentados em uma dialogicidade entre o textual e o discursivo. Essa dialogicidade é manifestada pela relação que o sujeito-acadêmico estabelece com o lugar de inscrição teórica que enuncia. Nessa situação dialógica, verificamos que os elementos discursivos, se abordados pela perspectiva da ADF, distanciam-se teoricamente. Nesse processo dialógico, marcas de vozes caracterizam uma polifonia no interior da rede conceitual da Lingüística Textual, sendo que tais marcas polifônicas manifestam-se pela convergência e pluralidade de vozes, advindas do escopo teórico da Lingüística Textual.

Assim sendo, por meio das vozes que constituem esse processo dialógico, no interior da Lingüística Textual, entendemos que a natureza das significações do termo discurso no

resumo 3 apresenta-se ora com a significação de ‘atividade comunicativa’, ora como ‘efeitos de sentido’.

Percebemos, então, com a presente análise, uma equivocidade teórica do sujeito acadêmico, autor do resumo 3, quando ele estabelece a noção de discurso por meio de duas epistemes, instaurando na enunciação significações diferenciadas sobre o lexema discurso. Desse modo, observamos uma movência de significação desse lexema no interior de um mesmo campo enunciativo, e, podemos dizer, portanto, que os sentidos produzidos na enunciação investigada remetem a um efeito de equivocidade epistemológica.

Ao relacionarmos os indícios enunciativos encontrados na materialidade lingüística do resumo 3, a partir da conjuntura teórica dos conceitos recortados para composição da quintessência, formulamos o seguinte organograma:



Para a descrição do organograma acima, precisa-se, nesse primeiro momento, destacar a posição de centricidade, o sentido do lexema discurso como elemento de equivocidade teórica entre as teorias da Lingüística Textual e da Análise do Discurso Francesa. O eixo da macropolaridade denominativo-explicativo tem-se como significação do lexema discurso atividade comunicativa e, também, efeitos de sentido. No eixo da macropolaridade descritivo-explicativa verificamos uma interpelação acadêmica de inscrição na Lingüística Textual. Assim, há uma movência de significação do lexema discurso que promove sentidos contraditórios em um mesmo campo de enunciação, provocando efeito de equivocidade teórica.

No eixo horizontal, na micropolaridade determinativa, verificamos um interdiscurso acadêmico-científico, atravessado por dizeres de conceituação da Análise do Discurso Francesa. Já na micropolaridade descritivo-explicativa notamos, pelo processo dialógico-polifônico, as significações do lexema discurso, contrapostas no interior da episteme da Lingüística Textual e manifestando-se por alteridade com a rede conceitual da ADF. O que provocou uma equivocidade de natureza entrópica, como também, equivocidade de natureza exotópica.

## **4.2 AS SIGNIFICAÇÕES DA PALAVRA “DISCURSO” EM PROPOSTAS DE TRABALHOS ACADÊMICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO**

### **4.2.1 ANÁLISE DO RESUMO 1 DE ANÁLISE DO DISCURSO**

O primeiro resumo, inscrito no campo teórico da Análise do Discurso, que tomaremos para análise, intitula-se *O discurso jurídico e a constituição do sujeito*<sup>28</sup>. Nesse resumo, o sujeito enunciadador tem por objetivo analisar, pelo viés teórico da Análise do Discurso, processos criminais para, então, evidenciar as formações ideológicas e discursivas, constitutivas do sujeito. Diante dos registros da materialidade lingüística, observados no resumo 1 de Análise do Discurso, construímos a seguinte matriz:

---

<sup>28</sup> Anexo do resumo 1 de Análise do Discurso, p.135

Fragmentos que evidenciam a palavra discurso	Enfoque-Suporte Teórico	Centralidade-Objeto que o resumo enfoca	Focalização – Representação acadêmica objeto- suporte
<p>1. Na perspectiva da Análise do Discurso, acredita-se que uma formação discursiva, em relação com outras formações discursivas que atravessam seu campo, irá preestabelecer os possíveis <i>efeitos de sentidos de um discurso</i>, contribuindo para a constituição da identidade do sujeito.</p> <p>2. Este trabalho tem como objetivo analisar, na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, os <i>discursos</i> construídos em um processo criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.</p> <p>3. visamos a apreender esse processo pelo qual o sujeito constrói o seu <i>discurso</i>.</p>	Análise do Discurso	Discurso Sujeito	<p>Nesse resumo, observamos pela situação enunciativa que o sujeito acadêmico desenvolve sua pesquisa por meio dos pressupostos teóricos na Análise do Discurso Francesa.</p> <p>Ao extrairmos do resumo os fragmentos, encontramos duas acepções da palavra <i>discurso</i>.</p> <p>O enunciador acadêmico do resumo em análise, inscrito no campo da ADF, utilizou o seguinte dizer: “efeito de sentido de um discurso”. A equivocidade entrópica manifesta-se a partir do momento que o enunciador constrói uma relação epistemológica para expressar “o conceito do conceito”, dito de outra forma, “efeito de sentido de um discurso”, entendido, pois, como “discurso de um discurso”. Uma outra acepção de <i>discurso</i> é considerá-lo enquanto dizeres, como observamos nos enunciados dos fragmentos 2 e 3. Essa acepção evidencia um equívoco de natureza exotópica. Tal equívoco ocorre, porque a noção de <i>discurso</i> como ‘dizeres’ tem sua fundamentação epistemológica na concepção de discurso desenvolvida por Mikhail Bakhtin e adotada enquanto base referencial teórica no campo de estudos em Lingüística Textual. Como o resumo em análise inscreve-se teoricamente no campo da ADF, se este resumo utiliza a palavra <i>discurso</i> significando ‘dizeres’, estamos, pois, diante de uma</p>

			<p>equivocidade de natureza exotópica. Verificamos uma segunda possibilidade de significação para a noção de <i>discurso</i>, ao examinarmos, outra vez, os enunciados dos fragmentos 2 e 3, que é a acepção de <i>discurso</i> enquanto texto. Nesse sentido, observamos que a noção de <i>discurso</i> enquanto texto remete a concepção de <i>discurso</i> enquanto uma referenciação teórica da Lingüística Textual. Desse modo, produz, também, um efeito de equivocidade teórica de natureza exotópica.</p>
--	--	--	---

No fragmento 1, temos o seguinte enunciado: “preestabelecer os possíveis efeitos de sentidos de um *discurso*”. Para a episteme da Análise do Discurso Francesa, o *discurso* tem a significação de efeitos de sentido, assim, considerando a inscrição teórica do sujeito enunciator, tal como ele próprio assevera que “Este trabalho tem como objetivo analisar, na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa”, poderíamos ler então, o fragmento 1 do seguinte modo: “preestabelecer os possíveis discursos de um discurso.”

No entanto, verificamos que o termo *discurso* aparece, também, no mesmo resumo em análise, com a significação de ‘dizeres’. No fragmento 1, temos uma equivocidade no interior do campo epistemológico da ADF, ou seja, uma equivocidade de natureza entrópica. Observamos que essa equivocidade de natureza entrópica manifesta-se a partir do momento que o enunciator constrói uma relação epistemológica para expressar “o conceito do conceito”. Dito de outra forma, “efeito de sentido de um discurso”, entendido, pois, como “discurso de um discurso”.

No fragmento 2, observamos, pela justificativa do sujeito enunciator, que este se inscreve na Análise do Discurso francesa: “Este trabalho tem como objetivo analisar, na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, os *discursos* construídos em um processo criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais”.

Nesse fragmento, o termo *discurso* aparece com uma significação exterior à proposta de inscrição teórica da Análise do Discurso Francesa. Podemos observar, assim, uma evidência de equivocidade que pode se confirmar na perspectiva teórica da Análise do

Discurso, uma vez que o discurso não é construído, mas sim revelado em uma dimensão histórico- ideológica, assim como explicita Pêcheux (1997):

(...) todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma .infelicidade. no sentido performativo do termo .isto é, no caso, por um .erro de pessoa., isto é, sobre o *outro*, objeto da identificação. (PECHEUX, 1997, p.56-57)

Nesse sentido, evidenciamos no fragmento 2 uma equivocidade de natureza exotópica, já que o sujeito enunciador adota uma significação de *discurso* exterior àquela tomada como referência teórica na perspectiva da ADF.

Temos, também, no fragmento 2, o termo *discurso* em uma acepção de significação equivalente a “‘textos’ construídos em um processo criminal”. Essa significação ao termo *discurso* é coincidente à acepção, deste termo, pela perspectiva da Lingüística Textual, o que provoca um deslocamento da noção de *discurso* do viés epistemológico da Análise do Discurso para o viés da Lingüística Textual. Nesse campo de conhecimentos, o *discurso* é apreendido enquanto uma atividade comunicativa que se materializa por meio de textos (Travaglia, 2003, p.4).

Conforme o fragmento 3: “visamos a apreender esse processo pelo qual o sujeito constrói o seu discurso.” Esse fragmento caracteriza-se pelo sujeito enunciador adotar acepções de sujeito e *discurso*, também externas às acepções desse termo enquanto suporte teórico da Análise de Discurso Francesa. A noção de sujeito na ADF aborda que todo indivíduo já é sujeito, pois é sempre interpelado ideologicamente, e se constitui por um caráter heterogêneo.

Dessa maneira, podemos apreender, pela situação de enunciação, que quando o sujeito enunciador afirma que “o sujeito constrói seu *discurso*”, evidencia-nos uma equivocidade de natureza entrópica.

Na perspectiva teórica da ADF, o sujeito é construído de acordo com as formações discursivas em que este se inscreve. Essa noção de sujeito, enquanto indivíduo, consciente do que fala, tal como proposto pelo sujeito enunciador, acarreta um equívoco também à noção de *discurso*, pois, no campo teórico da ADF, a noção de *discurso*, como já explicitamos

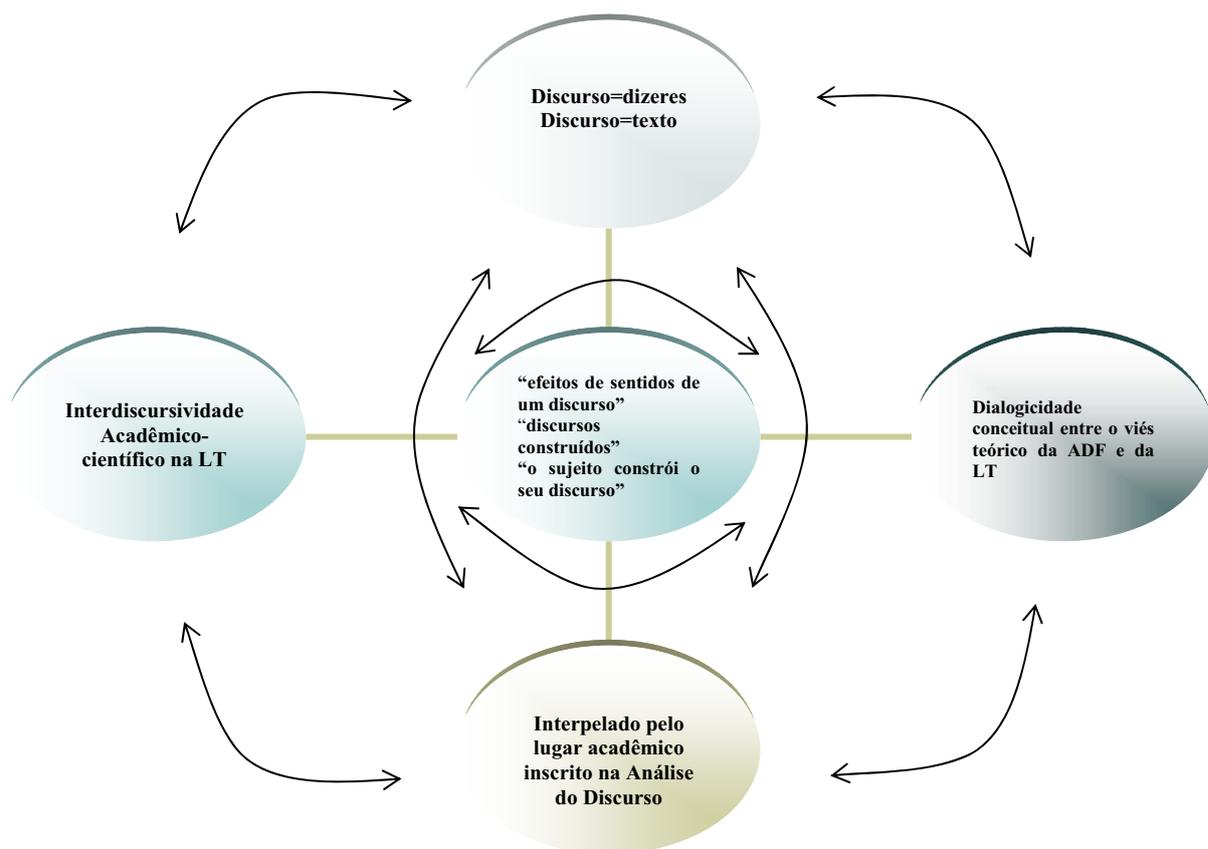
anteriormente, deve ser entendida enquanto efeitos de sentido, portanto, não se configura em uma acepção conceitual de produto final produzido por um indivíduo.

Na proposta teórica da Lingüística Textual, o sujeito é consciente e organizador daquilo que diz e o *discurso*, sob essa proposta, refere-se a toda atividade comunicativa produzida por um sujeito que se manifesta por meio de textos. Dessa maneira, podemos afirmar que as proposições teóricas que o sujeito enunciador apresenta na situação enunciativa partem das acepções teóricas do campo da Lingüística Textual.

Por outro lado, no fragmento 3, podemos, também, entender que o sujeito enunciador adota a significação de *discurso* enquanto texto. Trata-se de um equívoco de natureza exotópica porque verificamos que a noção de discurso adotada é exterior ao escopo teórico da ADF.

No que se refere à interdiscursividade acadêmico-científico, constitutiva do resumo, esta é perpassada por discursos epistemológicos configurados em um outro campo do conhecimento – a LT. Nesse sentido, o enunciador estabelece uma relação de dialogicidade de noções conceituais com o arcabouço da Lingüística Textual. Reconhecemos, também, que os campos teóricos da ADF e da LT, apresentam terminologias idênticas, porém, não é possível estabelecer, epistemologicamente, uma aproximação conceitual entre as áreas, porque as gêneses conceituais são distintas.

Feita a análise do dispositivo matricial, passaremos a descrever o dispositivo da quintessência, que demonstra o funcionamento dos aspectos constituintes e específicos que produzem sentidos na análise do resumo 1 de ADF. Na descrição desse dispositivo relacionaremos os indícios encontrados na matriz com os conceitos recortados para a análise. Vejamos a disposição dessa construção quintessencial:



Tomamos por posição de centralidade o sentido da palavra discurso, funcionando como elemento de equivocidade teórica entre os campos da Análise do Discurso Francesa e da Lingüística Textual. No eixo da macropolaridade denominativo-explicativo temos a significação do lexema discurso enquanto dizeres e texto. Na outra extremidade da macropolaridade descritivo-explicativa observamos uma interpelação do lugar acadêmico da Análise do Discurso Francesa. Isso nos revelou um deslocamento na significação do termo discurso no interior do campo enunciativo, deslocamento este, que promoveu um equívoco teórico de generalização conceitual entre os campos da ADF e da LT.

Observamos na micropolaridade determinativa um interdiscurso acadêmico-científico, atravessado por enunciações conceituais da Lingüística Textual. Pela micropolaridade descritivo-explicativa examinamos que existe uma dialogicidade conceitual entre o viés teórico da ADF e da LT, dada as significações do termo discurso, examinadas no resumo.

#### 4.2.2 ANÁLISE DO RESUMO 2 DE ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA

O resumo que analisaremos intitula-se *O discurso dialógico das personagens Deus e Satanás em “Paradise Lost” de John Milton*<sup>29</sup>. A proposta desse resumo é analisar a representação dos dizeres de personagens em um poema épico, com respaldo teórico nas noções de dialogia e polifonia propostas por Bakhtin.

Faz-se lícito esclarecer que este resumo encontra-se inscrito nos anais do SILEL, de 2001, como um trabalho pertencente ao campo teórico da Análise do Discurso. Assim, partimos do pressuposto de que o resumo em análise está sendo considerado como um resumo inscrito na AD, pelo fato de ter sido selecionado no evento como um resumo pertencente a este campo teórico. Relevante ressaltar, também, que, reconhecemos que o resumo investigado, não pertence ao campo da ADF, uma vez que, observando sua enunciação, o respaldo teórico que o sujeito pesquisador propõe fazer seu trabalho, se utiliza das noções de dialogia e polifonia propostas por Bakhtin. Entretanto, situamos a análise do resumo como se esse fosse um resumo pertencente ao campo da AD, porque o resumo foi classificado no evento como pertencente a este escopo teórico.

Dito isso, passaremos a análise do resumo, a partir da matriz que propomos abaixo:

Fragmentos que evidenciam a palavra discurso	Enfoque-Suporte Teórico	Centralidade- Objeto que o resumo enfoca	Focalização – Representação acadêmica objeto- suporte
1. O <i>Discurso</i> dialógico dos personagens 2. a representação do <i>discurso</i> das personagens Deus e Satanás em <i>Paradise Lost</i> de John Milton	Análise do Discurso	Discurso	Enquanto representação acadêmica, temos um resumo acadêmico, cuja inscrição teórica é postada nos anais do evento como um resumo de inscrição ao campo da AD. Na situação enunciativa encontramos no título um conceito de <i>discurso</i> , situado em uma outra acepção teórica. A palavra dialógica remete a um viés bakhtiniano, de modo que o resumo parece pertencer ao campo da Análise Dialógica do Discurso (ADD). Assim sendo, observamos que neste

<sup>29</sup> Anexo do resumo 2 de Análise do Discurso, pg.136

			<p>fragmento há tanto um equívoco de natureza entrópica, quanto de natureza exotópica. O equívoco de natureza entrópica encontra-se na questão do termo <i>discurso</i> não ter sido utilizado em sua acepção teórica na AD. Já o equívoco de natureza exotópica ocorre porque o sujeito enunciador, inscrito na AD, tal como foi selecionado para apresentar o seu trabalho no evento, ao utilizar o enunciado <i>o discurso dialógico das personagens</i> parece tratar de uma análise literária, que toma por referencial teórico, o escopo da Análise Dialógica do Discurso, corrente de estudos em AD que se utiliza da rede conceitual de Mikhail Bakhtin, buscando, assim, respaldo epistemológico em outro campo teórico.</p> <p>Verificamos, pelo fragmento 2, que a palavra <i>discurso</i> apresenta-se como a noção de dizer. Essa acepção, quando tomada do campo da AD, traduz-se em um equívoco teórico no interior da área de AD, porque se considerarmos a inscrição teórica do sujeito enunciador do resumo no interior da ADD, dizemos que a escolha teórica da noção de <i>discurso</i> enquanto ‘dizer’ é pertinente.</p>
--	--	--	--

O título do resumo é *O discurso dialógico das personagens Deus e Satanás em “Paradise Lost” de John Milton* e, ao recortarmos deste fragmento o enunciado “O discurso dialógico”, observamos que a acepção da palavra *discurso* não significaria no escopo teórico da AD. A palavra dialógica no fragmento 1, remete a um viés bakhtiniano, de modo que o resumo parece pertencer ao campo da ADD – Análise Dialógica do Discurso.

Ainda no fragmento 1, encontramos um outro indício de equívocidade, pois, ao enunciar “dos personagens Deus e Satanás em ‘Paradise Lost’ de John Milton”, verificamos que o sujeito enunciador parece remeter seu trabalho ao campo da análise literária. Desse modo, temos uma equívocidade de natureza exotópica, porque o sujeito enunciador desloca-se para uma inscrição teórica no campo da Análise Literária.

No fragmento 2, extraído do resumo 2 de ADF, encontramos o termo *discurso* do seguinte modo: “a representação do discurso das personagens Deus e Satanás em Paradise Lost de John Milton”, evidenciando que o lexema *discurso* apresenta-se significando “dizeres” produzidos por personagens de um poema épico. Essa acepção de discurso parece estar inserida no escopo teórico da chamada Análise Dialógica do Discurso, que toma por rede conceitual as noções apresentadas por Mikhail Bakhtin em sua obra.

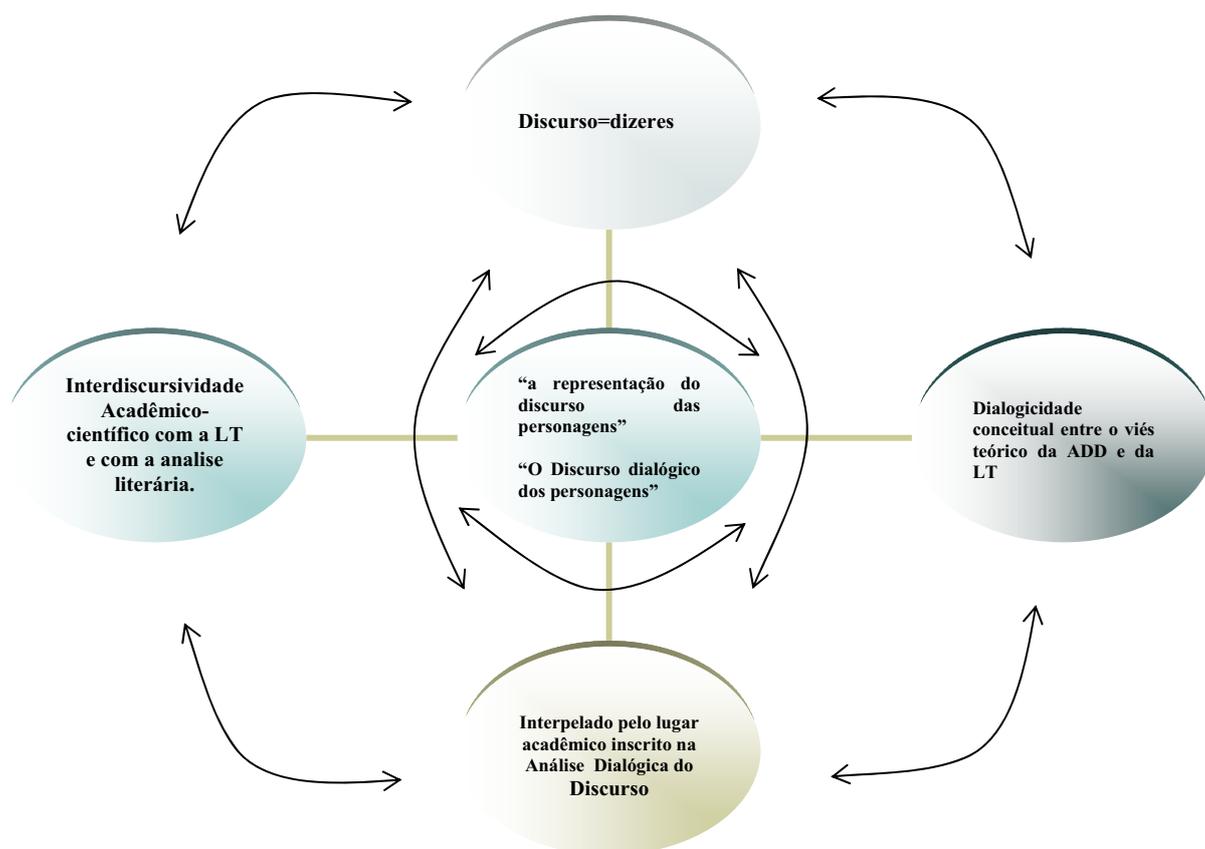
Nesse sentido, a noção de discurso na perspectiva teórica da ADD, aborda a questão dos “dizeres entre interlocutores”. Tal acepção, também é uma noção conceitual contemplada pelos pressupostos teóricos da Lingüística Textual.

Destarte, percebemos que a significação da palavra *discurso*, dada a inscrição teórica do sujeito enunciador na ADD, torna o uso da noção pertinente quando consideramos seu resumo filiado a esta corrente teórica da AD.

Observamos que o sujeito enunciador, neste resumo acadêmico, inscreve-se no lugar teórico da ADD e que a interdiscursividade acadêmico-científica é atravessada por inscrições epistemológicas no campo da análise literária e da Lingüística Textual. Assim sendo, concluímos que, sob a perspectiva da ADD é possível estabelecer relações de dialogicidade dessas noções conceituais com os pressupostos teóricos da Análise Literária e da Lingüística Textual.

Entendemos que o princípio dialógico manifesta-se pela relação que o sujeito acadêmico estabelece com o lugar epistemológico que enuncia, no caso do sujeito pesquisador produtor deste resumo, a Análise Dialógica do Discurso remete a uma dialogicidade entre o discursivo, o textual e o literário, uma vez que os elementos discursivos, neste caso, podem, também, ser abordados pelo escopo teórico da Lingüística Textual ou pelo campo da Análise Literária.

Relacionando os indícios enunciativos encontrados na materialidade lingüística do resumo 2 de ADF e observando a conjuntura teórica que funcionam enquanto suporte teórico deste trabalho, formulamos a seguinte quintessência:



Para a descrição do organograma apresentado acima, faz-se necessário ressaltar a posição de centralidade, o sentido da palavra *discurso* enquanto elemento teórico pertencente ao campo da Análise Dialógica do Discurso. Na macropolaridade teórica denominativo-explicativo, verificamos a significação da palavra *discurso* como dizeres. Na outra extremidade da macropolaridade descritivo-explicativa observamos uma interpelação do lugar acadêmico da Análise Dialógica do Discurso. Tais posições, no funcionamento da quintessência, demonstraram um uso pertinente de significação que o termo *discurso* traz no interior da enunciação.

No que se refere à micropolaridade teórica determinativa identificamos um interdiscurso acadêmico-científico, atravessado por dizeres conceituais da Linguística Textual, uma vez que a noção teórica de *discurso* significando dizeres, também é compartilhada teoricamente pelo campo desta área. Já na micropolaridade teórica descritivo-explicativa, verificamos, pois, que existe uma dialogicidade conceitual entre o viés teórico da Análise Dialógica do Discurso e a Linguística Textual.

### 4.2.3 ANÁLISE DO RESUMO 3 DE ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA

A matriz abaixo foi elaborada a partir do resumo intitulado *O atravessamento do discurso pela história de leitura*<sup>30</sup>, publicado nos anais do SILEL de 2004. A proposta do sujeito enunciador do resumo acadêmico é a de analisar o atravessamento da história de leitura do “discurso” dos professores de uma rede municipal de ensino. Para tanto, o sujeito enunciador respalda-se na perspectiva teórica da Análise do Discurso Francesa.

Fragmentos que evidenciam a palavra discurso	Enfoque-Suporte Teórico	Centralidade-Objeto que o resumo enfoca	Focalização – Representação acadêmica objeto-suporte
<p>1. O atravessamento do <i>discurso</i> pela história de leitura</p> <p>2. A temática principal deste trabalho se insere nas teorias da Análise do Discurso de linha francesa e possui como objetivo principal analisar como se processa o atravessamento da história de leitura no <i>discurso</i> do professor de Língua Materna do ensino fundamental da Rede Municipal (...).</p>	<p>Análise do Discurso</p>	<p>Discurso</p>	<p>O termo <i>discurso</i> tomado tal como no título do resumo, evidencia uma equivocidade de natureza entrópica. O termo <i>discurso</i> aparece como uma noção genérica, relacionada à questão do interdiscurso e à historicidade de uma instância-sujeito.</p> <p>No fragmento 2 encontramos a palavra <i>discurso</i> enquanto dizeres. Nesse sentido, evidenciamos uma equivocidade de natureza exotópica, pois, o sujeito enunciador respalda-se teoricamente em uma inscrição teórica outra – LT. Portanto, inferimos que o sujeito enunciador desloca-se de uma provável inscrição teórica no campo da ADF para buscar um suporte conceitual para a palavra <i>discurso</i> no campo da LT. A noção de <i>discurso</i> na perspectiva teórica da LT considera os dizeres enquanto discurso por uma inflexão teórica bakhtiniana que traspassa o viés teórico da LT, coincidindo com a noção de <i>discurso</i> abordada pelo sujeito enunciador.</p>

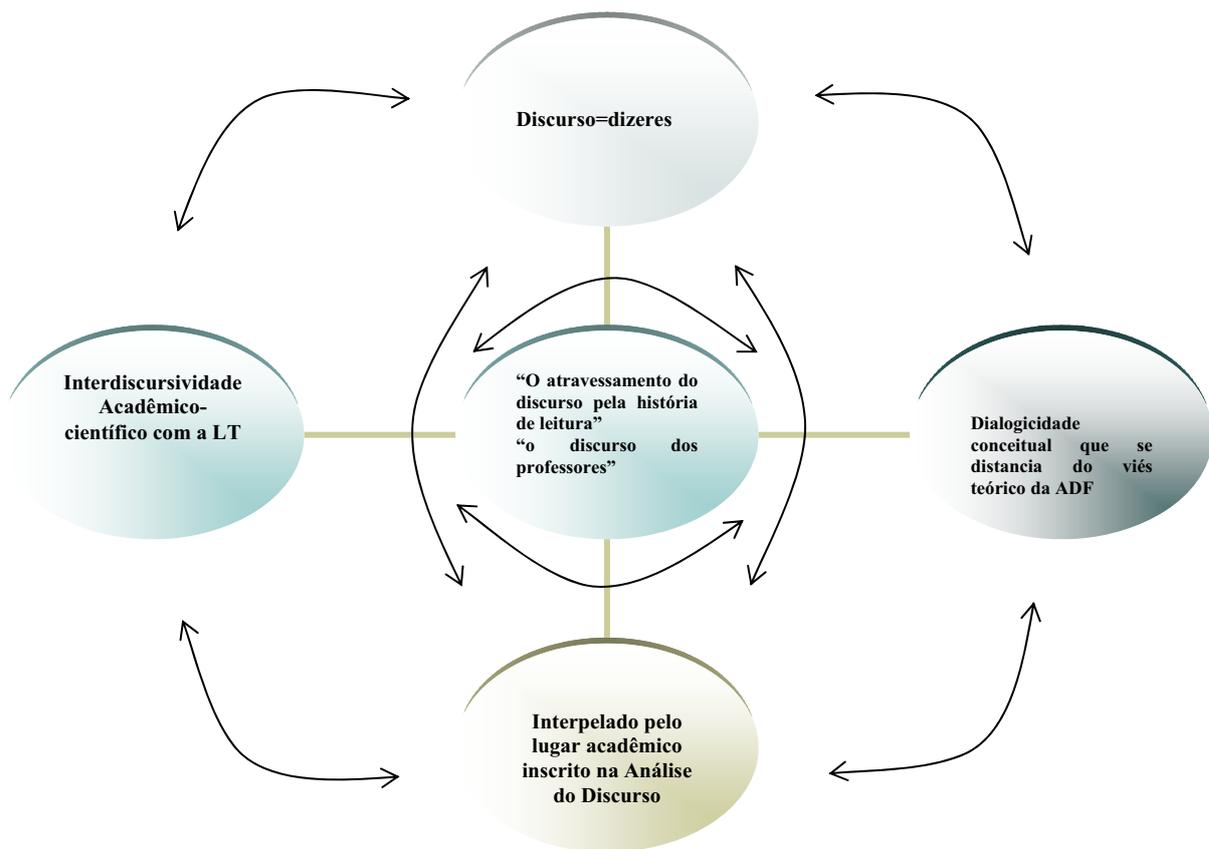
<sup>30</sup> Anexo do resumo 3 de Análise do Discurso, pg.137

Verificamos, no caso do uso da palavra *discurso* no título do presente resumo, a evidência de uma equivocidade entrópica. Logo, no enunciado “o atravessamento do *discurso* pela história de leitura”, podemos observar que a significação de *discurso* adotada, neste resumo inscrito no campo teórico da ADF, aparece como uma noção genérica, relacionada à questão do interdiscurso e à historicidade de uma instância-sujeito. Outra evidência que justifica uma equivocidade entrópica é o fato de que, sob o viés teórico da ADF, o *discurso* não é atravessado, ele é revelado em uma dimensão histórico-ideológica.

O sujeito acadêmico, produtor deste resumo, explicita na situação de enunciação o lugar teórico que respalda sua pesquisa “A temática principal deste trabalho se insere nas teorias da Análise do Discurso de linha francesa”. Entretanto, ao voltarmos na situação de enunciação e recortarmos o segundo enunciado do fragmento, no qual o sujeito acadêmico se refere à palavra *discurso*, temos: *o discurso dos professores*. O conceito de *discurso* apresenta a significação de ‘dizeres’, tal como proposto pelo viés teórico da Lingüística Textual, que considera os dizeres enquanto discurso por uma inflexão teórica bakhtiniana.

Nesse sentido, verificamos que o sujeito enunciador distancia-se teoricamente de sua inscrição na ADF e retoma teoricamente uma inscrição conceitual no campo da Lingüística Textual. Desse modo, evidenciamos uma equivocidade de natureza exotópica porque o uso da palavra *discurso* desloca-se de uma inscrição teórica na ADF, significando, assim, numa inscrição teórica pertencente ao campo da LT. Asseveramos, de tal modo, que neste resumo, o sujeito enunciador desloca-se teoricamente da ADF, buscando respaldo na Lingüística Textual. Na perspectiva teórica da Lingüística Textual, conforme explicita Koch (2002, p.25), “em se tratando de linguagem verbal, temos o discurso, atividade comunicativa de um falante”, assim sendo, observamos que a significação de *discurso* adotada pelo sujeito enunciador aproxima-se desta perspectiva teórica, cujo suporte epistemológico advém de uma inscrição da própria Lingüística Textual numa perspectiva teórica bakhtiniana.

Para formularmos o organograma abaixo, relacionamos os indícios enunciativos examinados na situação de enunciação, com a conjuntura teórica dos conceitos explicitados no capítulo de metodologia.



Para descrever o organograma formulado acima, primeiramente ressaltamos a posição de centricidade, o sentido da palavra *discurso* configurado como elemento de equivocidade teórica entre os campos da ADF e da Lingüística Textual. Na composição do eixo da macropolaridade teórica denominativo-explicativa, observamos a significação da palavra *discurso*, que foi tomado por “dizeres” – acepção do conceito na LT. Na composição do eixo descritivo-explicativo, observamos uma interpelação do lugar acadêmico da Análise do Discurso Francesa.

A composição das macropolaridades, postas em funcionamento pelo dispositivo metodológico da quintessência, revela, no interior do resumo, o deslocamento de significação da noção de discurso. Esse deslocamento conferiu um efeito de equivocidade teórica no campo teórico da ADF.

Na micropolaridade determinativa verificamos um interdiscurso acadêmico-científico, atravessado por enunciações conceituais da Lingüística Textual. Na composição descritivo-explicativa desta micropolaridade, examinamos que a dialogicidade conceitual distancia-se do viés teórico da ADF.

Enfim, a palavra *discurso*, tomada como ‘dizeres’, contrapõe-se com a noção de discurso, tomada no interior do campo teórico da Análise do Discurso Francesa, significando “efeito de sentidos entre interlocutores”, demarcando, assim, uma equivocidade de natureza exotópica.

Feitas as análises, passamos, a seguir, para as considerações finais.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretendeu investigar as possíveis significações da palavra discurso a partir de propostas de trabalhos acadêmicos em duas áreas do conhecimento, a saber: Lingüística Textual e Análise do Discurso Francesa. Desse modo, estabelecemos um percurso teórico-metodológico, buscando as significações em resumos acadêmicos, nas áreas supracitadas, publicados nos Anais do SILEL – Simpósio de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia.

No encaminhamento da investigação tomaram-se os seguintes objetivos, tais sejam:

- i) investigar as diferentes significações da palavra discurso recorrentes nos resumos acadêmicos e, a partir dessas significações, observar as movências e os deslocamentos de sentido que o termo discurso sofre em um determinado campo epistemológico;
- ii) verificar a natureza da significação enunciativa de uso da palavra discurso nos resumos, para então, contrastar as manifestações de alteridade existentes nas relações epistemológicas, subjacentes à noção de discurso, na materialidade enunciativa.

Os resumos analisados evidenciaram diferentes significações da palavra discurso, como: i) efeitos de sentido; ii) interação; iii) texto; iv) atividade comunicativa e v) dizer. Verificou-se, assim, um deslocamento do sentido da palavra em análise no interior das manifestações acadêmicas tomadas como *corpus*.

A natureza das significações do termo discurso, deslocou-se em alteridade com a rede conceitual que o sujeito acadêmico inscrevia-se teoricamente para apresentar o resumo de seu trabalho. Tal fato revelou que a constituição teórica dos resumos trazia quase sempre uma equivocidade epistemológica por parte dos pesquisadores, em relação a seu campo de inscrição teórica e a inscrição teórica a qual submetiam seus trabalhos.

As relações de alteridade foram analisadas a partir das significações encontradas nos resumos, considerando a inscrição do sujeito enunciator e a representatividade dessa significação no interior do campo epistemológico no qual o resumo inseria-se teoricamente.

No que se refere às equivocidades, estas emergiram na enunciação dos resumos, quase sempre demonstrando sua natureza entrópica e/ou exotópica.

As equivocidades de natureza entrópica ocorrem quando o equívoco acontece no interior do próprio campo de conhecimento, isto é, quando o pesquisador trabalha com um dado conceito, evidenciando distanciamentos, inversões ou avessos da natureza epistemológica desse conceito no escopo teórico da própria área que este conceito é utilizado. Um exemplo disso no *corpus* desta pesquisa foi quando o enunciador acadêmico de um dos resumos inscritos no campo da ADF utilizou o seguinte dizer “efeito de sentido dos discursos”. A equivocidade entrópica manifesta-se a partir do momento que o enunciador constrói uma relação epistemológica para expressar “o conceito do conceito”, dito de outra forma, “efeito de sentido dos discursos”, entendido, pois, como “discurso dos discursos”.

A equivocidade de natureza exotópica configura-se quando o equívoco acontece em torno de uma teoria em relação à outra, ou ainda, uma teoria deslocada para outros campos de conhecimento sem uma devida convergência epistemológica na utilização dos conceitos. Um exemplo constante no *corpus* desta pesquisa foi a inscrição de pesquisadores do campo da Análise do Discurso na rede conceitual da Lingüística Textual e vice-versa.

A hipótese trabalhada foi a de que existe uma relação de equivocidade que provoca deslocamentos nas significações da palavra discurso, quando utilizada em diferentes propostas de trabalhos acadêmicos nas áreas da linguagem, mais especificamente nos campos da Lingüística Textual e da Análise do Discurso.

Nesse sentido, percebemos em cinco, dos seis resumos analisados que existiu pelo menos uma equivocidade epistemológica por parte dos sujeitos enunciadores. Verificou-se que essas equivocidades aconteceram devido à semelhança de terminologias que existe entre a Lingüística Textual e a Análise do Discurso Francesa. Assim, os sujeitos acadêmicos inscritos nessas epistemes, utilizaram a palavra *discurso* enquanto um conceito teórico no escopo da ADF, no entanto, seus resumos estavam inscritos teoricamente no campo da Lingüística Textual. A recíproca também ocorreu por diversas vezes nas ocorrências do *corpus* estudado.

As análises encaminharam-se considerando essas relações de equivocidade, como também, a representatividade dessas equivocidades no interior dos campos de conhecimento. O que se pôde perceber, a partir das análises, foi que essas equivocidades epistemológicas aconteceram, muitas vezes, devido a uma espécie de apagamento conceitual que interpelou os enunciadores na construção de seus resumos. Diríamos que, por vezes, até de forma inconsciente, ao utilizarem a palavra discurso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, J. M. . **Éléments de linguistique textuelle**. Theorie et pratique de l'analyse. Liège, Mardaga.,1990.

ALTHUSSER, Louis.(1978) **Aparelhos ideológicos de Estado**. 3º edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987

AUTHIER-RÉVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: Cadernos de estudos lingüísticos, Campinas, UNICAMP – IEL, n. 19, jul./dez.,1990.

\_\_\_\_\_. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Editora Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: \_\_\_\_\_ **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 4ª ed., 1988.

\_\_\_\_\_. 1953. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

BENTES, A.C. Lingüística Textual. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. **Introdução à lingüística** : domínios e fronteiras, v.1. São Paulo: Cortez, 2005. p. 245-285.

BEAUGRANDE, R; DRESSLER, W. U. **Introduction to text Linguistics**. Londres: Longman, 1981.

BRAIT, B. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In:\_\_\_\_.(Org.) **Bakhtin: dialogismo e a construção dos sentidos**. Campinas: Editora Unicamp, 1997, p.98-99.

BRAIT, B. O Discurso sob o olhar de Bakhtin. In: GREGOLIN, Maria do Rosário & BARONAS, Roberto. (Orgs.) **Análise do Discurso: as materialidades do sentido**. 2 ed. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2001, p.1930.

Brandão, H.N. **Introdução à Análise do discurso**. 7. Ed. Campinas, Editora da UNICAMP, 1998, p.56.

BRIGHT, W. As dimensões da Sociolingüística. In. Fonseca, M. S.; Neves, M. F. (orgs). **Sociolingüística**. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974.

BRONCKART, J.-P. **Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: Editora da PUC/SP, 1999.

Caderno de Resumos do 10º Simpósio Nacional de Letras e Lingüística, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2004

CHAROLLES, M. **Introdução aos problemas da coerência dos textos**. In: GALVEZ, C. (org.) **O texto: leitura e escrita**. Campinas, Pontes, 1989

CHOMSKY, N. **Linguagem e pensamento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971

DIJK. T.A. **Some Aspects of Text Grammars**. Paris: Mouton, The Hague, 1972.

\_\_\_\_\_, **A note on Linguistic Macro-Structures**. Trad.ital.Conte. La Linguistica Testule. Milão: Feltrinelli Econômica, 1977.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol. 4 tradução de Suely Rolnik. - São Paulo: Ed. 54, 1995

DRESSLER, W. Einführung in die Textlinguistik. Trad. ital. Niemeyer, Tübingen. Introduzione allá Lingüística del Texto. Roma: Officina ED, 1974

FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 10ª Ed. 2004.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. **Lingüística textual: introdução**. São Paulo: Cortez, 1988.

FERNANDES, C. A. A Lingüística e história: formação e funcionamentos discursivos. In: FERNANDES, C. A e SANTOS, J. B. C. (Orgs.) **Análise do discurso**: unidade e dispersão. Uberlândia: Entremeios, 2004.

\_\_\_\_\_, **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas , 2005.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 4ªed.1995.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GADET, F. & HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

GREGOLIN, M. R. Lugar de enfrentamentos Teóricos. In: Fernandes, C. A.; Santos, J. B. C. (orgs) . **Teorias Lingüísticas: Problemáticas Contemporâneas**. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 21 – 34.

HABERLAND, H.; MEY, J. L. Editorial: **Pragmatics and linguistics**. Journal of Pragmatics 1 (1): 1977.p.1–12.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward,Arnold Publishers, 1985.

HALLIDAY, M. A. K.& MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Introduction to functional grammar**. Third edition. London: Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K.& HASSAN, R. **Cohesion in English**, London; New York, Longman1976

HARWEG, R. **Pronomina und Textlinguistik**. Munique: Fink, 1968

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da Análise Automática do Discurso. Trad. E. P. Orlandi. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

INDURSKY, F. Polêmica e Denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. In: ORLANDI, E. E GERALDI, J. W. (Orgs.) **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, v. 19. Campinas: Unicamp, 1990.

KOCH, Ingedore G. V. e TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 1989.

KOCH, I.G.V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, I.G.V. **O texto e a construção do sentido**. São Paulo: Contexto, 1997. p.22-23.

\_\_\_\_\_, **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2000

\_\_\_\_\_, **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_, **A coesão textual**. São Paulo: Contexto. 19ªed. 2004.

\_\_\_\_\_, Produção e compreensão de textos: A perspectiva da Lingüística Textual. In: TRAVAGLIA, L.C.(org) **Encontro na Linguagem**, Uberlândia: EDUFU, 2006b. p.11-24.

LYONS, J. **Lingua(gem) e Lingüística**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, (1987)

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3.ed. Trad. Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da AD na França. In: Orlandi, E. (org.) **Gestos de Leitura**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

MALDIDIER, D. **A Inquietação do Discurso: (Re) ler Michel Pêcheux hoje.** Trad. E. P. Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MARCUSCHI, L. A, **Lingüística Textual:** o que é e como se faz. Recife, UFPE, 1983. (Série Debates).

\_\_\_\_\_, **Rumos Atuais da Lingüística Textual.** Texto da conferência pronunciada no LXVI Seminário do grupo de Estudos do Estado de São Paulo (GEL). UNESP, São José do Rio Preto, junho, 1998.

\_\_\_\_\_, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: BEZERRA, M. A.; DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R. **Gêneros textuais & ensino.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MORATO, E. M. O Interacionismo no campo lingüístico. In. Bentes, A.C.; Mussalim, F.(orgs.) **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos.** Vol.3. São Paulo: Cortez, 2004.p. 311-351

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In. Bentes, A.C.; Mussalim, F.(orgs.) **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos.** Vol.2. São Paulo: Cortez, 2004.p. 101-142

OMNES, R. **Filosofia da ciência contemporânea.** Trad. Roberto Leal Ferreira. São. Paulo: EDUNESP, 1996

ORLANDI, E.P. **Análise do Discurso:** Princípios e Procedimentos. Campinas, SP. 5 ed. Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. R. **Unidade e dispersão:** Uma questão do texto e do sujeito. São Paulo: Cadernos PUC, 1986.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. (1975) A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas . Trad. Péricles Cunha In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990, p. 163-262.

PÊCHEUX, M. **L'étrange miroir de l'analyse de discours.** *Langages*, n. 62. Paris:Didier Larousse, 1981.

\_\_\_\_\_, Análise automática do discurso (AAD-69). Trad.E.P.Orlandi. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

\_\_\_\_\_, Análise de discurso: três épocas.(1975) In: GADET, F; HAK, T, **Por uma análise automática do discurso.** Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Ed da UNICAMP, 1990, p. 311-319.

\_\_\_\_\_, (Thomas Herbert). Observações para uma teoria geral das ideologias. In: **Revista Rua.** n. 1. São Paulo, Campinas : Unicamp, 1995. p. 63-89.

\_\_\_\_\_, M. **Semântica e Discurso.** (1975) Uma crítica à Afirmação do Óbvio. 3.ed. Campinas,SP: Editora da Unicamp,1997.

\_\_\_\_\_, M. **Estrutura ou acontecimento.** Tradução Eni Puccionelli Orlandi. 3 ed. Campinas: Pontes, 2002. p. 56.

PETÖFI, J. **Zu einer Grammatischen Theorie Sprachlicher Texte.** LiLi, ano 2, fasc.5, 1972, p.31-58.

\_\_\_\_\_, J. **Towards and Empirically Motivated Grammatical Theory of Verbal Texts.** Rieser, 1973, p.205-275.

\_\_\_\_\_, J. **Semantics, Pragmatics, Text Theory.** Università di Urbino, Centro Internazionzle di Semiótica e di Lingüística, Worling Papers, série A, nº 36, 1976.

PINTO, J. P. Pragmática. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**, v.2. São Paulo: Cortez, 2004, p.47-68.

SANTOS, J.B.C. “Reflexões discursivas em torno da essência sêmica dos enunciados e seu uso no ensino de produção escrita” In: Mari, H. (org.). **Categorias e práticas de Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/ FALE/UFMG, 2000. p.35-45.

\_\_\_\_\_, J. B. C. Uma reflexão metodológica sobre análise de discursos. In: FERNANDES, C. A. **Análise do discurso – unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004.p.109-118.

\_\_\_\_\_, J.B.C. “Entremeios da Análise do Discurso com a Lingüística Aplicada” In: Fernandes, C.A. & SANTOS, J.B.C. **Percursos de Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos: Claraluz, 2007.p.187-206.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1970.

TEXEIRA, M. **Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

TRAVAGLIA, L.C. (2003). Típelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. In FÁVERO, L. L.; BASTOS, N. M. O. B., *et al* (orgs). **Língua Portuguesa e ensino**. São Paulo: Cortez/ EDUC, 2003.

SWALES, J.M. **Genre Analysis** -English in academic and research settings. Cambridge University Press, 1990. (Cap.2 e 3)

VAN DIJK. T.A. **Some Aspects of Text Grammars**. Paris: Mouton, The Hague, 1972.



# **ANEXOS**



## ANEXO 1 DE LINGÜÍSTICA TEXTUAL

SOB A ÓTICA DOS QUADRINHOS: UMA PROPOSTA TEXTUAL-DISCURSWA PARA O GÊNERO TIRA (2004, p. 36)

Este trabalho tem como objetivo descrever a narratividade em textos quadrinizados conhecidos as. Esta abordagem que agora apresento, faz parte de um recorte de minha pesquisa de mestrado em andamento, cujo objetivo principal é descrever e categorizar esses textos tipologicamente, e caracterizá-los levando em consideração, também, o gênero textual. O estudo é regulado pelas bases da Teoria da Enunciação conforme é entendida por Travaglia (1991, 1998, 2002, 2003), a partir do conceito de gênero de Bakhtin (2000), e com a ancoragem de discurso de Orlandi (1987, 2001). Assim, o texto é entendido enquanto texto e discurso, tendo em vista os aspectos textuais, explicitados na superestrutura e discursivos, desvelados no espaço exterior à linguagem. Como texto, as tiras são entendidas como objeto de significação a partir de um todo organizacional ou estrutural; como discurso as tiras são vistas como objeto de interação entre sujeitos. O meu estudo focaliza, de modo especial, as tiras intituladas Níquel Náusea de Fernando Gonsales e leva em consideração, também, as linguagens visual e verbal e o humor. Com o suporte teórico de Travaglia (2002,2003), entendemos que o tipo textual é identificado e caracterizado por instaurar um modo de interlocução, segundo perspectivas que podem variar, constituindo critérios zérios para o estabelecimento de tipologias diferentes. Na narração, o enunciador se posiciona na perspectiva do fazer/acontecer inserido no tempo. Segundo o autor (Travaglia), o tipo é sempre definido pela relação entre propriedades textuais e as marcas formais. O tipo narrativo pode se apresentar sob as espécies história e não-história. No primeiro caso, o enunciador narra uma série de episódios que fazem o texto progredir rumo a um fim gerado a partir de um problema. Nas narrativas da espécie história há necessariamente um antes e um depois, enquanto que, na espécie não-história, os episódios caminham paralelamente ao texto, sem detonar um conflito. Neste momento, apresento resultados parciais da pesquisa, relativos à análise da narratividade, classificando os textos como história e não-história, delimitando as partes da da superestrutura e discutindo as várias posições do sujeito enunciador. A pesquisa demonstra que as partes essenciais da superestrutura da história são, muitas vezes, omitidas, mas o texto é concebido como um todo textual que faz sentido, a partir dos modelos cognitivos acionados pelo alocutário e pela noção da reversibilidade. Comprovo, também, que o tipo narrativo toma forma no gênero, ou seja, a narratividade potencializa procedimentos textuais-discursivos próprios e específicos para o gênero intersemiótico reconhecido como tira.

PALAVRAS-CHAVE: textos quadrinizados, discurso, narratividade, humor.

## **ANEXO 2 DE LINGÜÍSTICA TEXTUAL**

### **O DISCURSO DE NEUTRALIDADE NO JORNALISMO NOTICIOSO (2001, p. 201)**

Tem-se como objetivo, neste trabalho, compreender como os sentidos construídos nos manuais de estilo e de que forma o jornal significa. Para isso, serão analisados 3 manuais de redação jornalística. Em vista da discussão sobre a pureza da língua (Cameron,1996) e a constituição dos gêneros textuais (ver Marcuschi, 2000) observou-se como são construídos conceitos sobre a língua. Na análise dos manuais de redação, verificou-se a supervalorização de uma língua transparente na produção dos textos noticiosos. Concluímos que este discurso corrente, no jornalismo, serve como sustentação da imagem da imprensa como um veículo compromissado apenas com a verdade dos fatos, usando, para isso, aparelhos de referência (ver Barros,1997) que criam uma imagem ética e estética da língua.

### ANEXO 3 DE LINGÜÍSTICA TEXTUAL

O TEXTO EDUCACIONAL LEGAL EM SUA DIMENSÃO TEXTUAL-DISCURSIVA (2004, p. 41)

Desde a literatura clássica, há uma preocupação em reunir textos que obedeçam a uma tipologia pelas semelhanças e diferenças que mantêm entre si, o que provocou uma diversidade de teorias e abordagens. Além disso, os estudos envolvendo texto e gênero são ilimitados, tendo em vista o surgimento de “novos” gêneros associados aos avanços tecnológicos e à velocidade na comunicação no mundo contemporâneo. Com o objetivo básico de analisar um determinado modo de utilização da língua escrita - o texto educacional legal, partimos da concepção sócio-interacionista do discurso de Bakhtin (2000, p279), de que todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua, e que o caráter e os modos dessa utilização são tão variados como as próprias esferas da atividade humana. Desse modo, é necessário, antes de mais nada, encarar esse tipo de texto como um gênero, como uma estrutura que permite a realização de uma prática social. Os gêneros são os enunciados que se baseiam em formas-padrão e relativamente estáveis de estruturação de um todo, marcados sócio-historicamente por estarem diretamente relacionados às diferentes situações sociais. Do ponto de vista da tipologia textual (TRAVAGLIA, 2002, 2003), podemos enquadrar o texto educacional legal como um texto injuntivo, argumentativo ou não, e preditivo por considerar o enunciador na perspectiva do fazer posterior ao seu tempo da enunciação; por ter o enunciador o objetivo de incitar a realização de uma situação; pelo interlocutor se instaurar como aquele que determina que seja feito; e pelo tempo referencial ser sempre posterior ao da enunciação. Nas tipologias textuais, o texto legal pertence à tipologia textual que, quando aplicado, procura criar um cenário cujo intuito é fazer o outro agir. Para a criação desse cenário é possível utilizar outros meios lingüísticos além do modo verbal imperativo característico do tipo injuntivo: o futuro do presente e com sujeito determinado ou indeterminado, na voz ativa ou passiva, com o sentido de obrigação; locuções verbais constituídas pelo futuro do presente e particípio passado, e futuro do presente e infinitivo; os substantivos obrigação e dever; expressões verbais impessoais como haver por bem, ser conveniente; os verbos ordenar, mandar; e o emprego do verbo modal dever. Já as tipologias de discurso usam critérios ligados a questões sócio-histórico-ideológicas ou à interrelação ou interação entre eles. Dessa forma, encontramos vários critérios pelos quais se constituem tipologias em análise do discurso, sendo a tipologia mais comum, segundo Orlandi (2002, p.85) “a que reflete as distinções institucionais e suas normas. Temos, então, o discurso político, o jurídico, o pedagógico, o médico, o científico”. O texto educacional legal, considerado em sua dimensão textual-discursiva, pressupõe uma concepção sócio-interacionista de linguagem. Nessa visão, esse tipo de texto pode ser utilizado como um gênero para desenvolvimento da pesquisa, além de a inclusão desse tipo de texto em nosso cotidiano e no cotidiano das escolas pelos profissionais da educação, ser urgentemente necessária. Essa inclusão poderá despertar o aluno participativo, capaz de descobrir os problemas da sociedade e da educação inclusive para definir se esta é a sociedade que ele quer do ponto de vista educacional, político, científico e tecnológico e, se julgar pertinente para o bem social propor mudanças junto aos Poderes Legislativo e Executivo.

## **ANEXO 1 DE ANÁLISE DO DISCURSO**

### **O DISCURSO JURÍDICO E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO (2004, p. 164)**

O discurso jurídico criminal se vale de uma concepção positiva de ciência completa, racional e fechada. Paralela a essa ciência, desenvolve-se uma teoria lingüística que quebra com essa base epistemológica de ciência e de homens completos. Com a Análise do Discurso, diferentes teorias ganham forma, e maneira a entender a linguagem ( e por extensão o homem) como uma ferramenta imperfeita. Na perspectiva da Análise do Discurso, acredita-se que uma formação discursiva, em relação com outras formações discursivas que atravessam seu campo, irá preestabelecer os possíveis efeitos de sentidos de um discurso, contribuindo para a constituição da identidade do sujeito. Este trabalho tem como objetivo analisar, na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, os discursos construídos em um processo criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Considerando que o processo de significação de um discurso se dá pelos sentidos constituídos a partir de uma ou mais formações discursivas de onde o sujeito enuncia e que esse sujeito não é autônomo, já que o que diz está historicamente construído, visamos a apreender esse processo pelo qual o sujeito constrói o seu discurso. Propomos, assim, analisar um recorte dos textos presentes em processo de crime de estupro, em que tentaremos mostrar as formações ideológicas e discursivas nas quais o sujeito se insere e se constitui.

## **ANEXO 2 DE ANÁLISE DO DISCURSO**

O DISCURSO DIALÓGICO DAS PERSONAGENS DEUS E SATANÁS EM “PARADISE LOST” DE JOHN MILTON (2001, p. 208)

Teve-se por objetivo analisar aspectos dialógicos na representação do discurso das personagens Deus e Satanás em *Paradise Lost* de John Milton, tornando-se por base os cantos (*Books*) I e II. A construção dos pressupostos teóricos deu-se através de utilização dos conceitos de dialogismo e polifonia formulados por Bakhtin (1979), além do conceito de argumentação por autoridade de Maingueneau (1983); Koch (1996). A análise fundamentou-se na versão original do poema épico.

### **ANEXO 3 DE ANÁLISE DO DISCURSO**

#### **O ATRAVESSAMENTO DO DISCURSO PELA HISTÓRIA DE LEITURA (2004, p. 98)**

A temática principal deste trabalho se insere nas teorias da Análise do Discurso de linha francesa e possui como objetivo principal analisar como se processa o atravessamento da história de leitura no discurso do professor de Língua Materna do ensino fundamental da Rede Municipal, e as influências deste atravessamento na constituição do professor como sujeito leitor. No desenvolvimento do nosso trabalho, observamos que há um imaginário de professor leitor que advém dos PCNs, dos alunos, das instituições de ensino e da sociedade. Ocorre que esse professor-sujeito-leitor não corresponde necessariamente a essas expectativas que lhe são impostas. Nessa perspectiva, espera-se do professor que este seja um modelo de leitor quando, na verdade, pela série de fatores que constituem a sua história de leitura, ele não se configura nesse modelo esperado. Isso justifica-se uma vez que esse professor é idealizado, não se levando em conta que ser professor constitui apenas uma das dimensões de sua identidade.